FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA

O CAMINHO DAS VIVÊNCIAS URBANAS

EQUIPAMENTOS DE UM PERCURSO NA COLINA DO CASTELO

Tomás de Azevedo Rodrigues Duarte Filipe

(Licenciado)

Projeto Final de Mestrado

Para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Orientação Científica

Especialista, Arquiteto João Favila Menezes

Professor Doutor José Luís Crespo

Júri

Presidente: Professor Doutor Jorge Nunes

Vogal: Professora Doutora Bárbara Massapina Vaz

Orientador: Especialista, Arquiteto João Favila Menezes

DOCUMENTO DEFINITIVO

Lisboa, FA.ULisboa, Dezembro 2019

O CAMINHO DAS VIVÊNCIAS URBANAS

EQUIPAMENTOS DE UM PERCURSO NA COLINA DO CASTELO

Tomás de Azevedo Rodrigues Duarte Filipe

(Licenciado)

Projeto Final de Mestrado

Para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Orientação Científica:

Especialista, Arquiteto João Favila Menezes

Professor Doutor José Luís Crespo

Lisboa, FA. ULisboa, Dezembro 2019

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar um agradecimento espacial aos meus orientadores Professor João Favila Menezes e Professor José Luís Crespo por todo o apoio e dedicação ao longo deste processo.

Ao Professor João Favila Menezes pelo conhecimento que me transmitiu, levando-me sempre a explorar um pouco mais. Pela disponibilidade em me ajudar desde o momento em que lhe lancei o desafio de orientação neste tema.

Ao Professor José Luís Crespo pela sua sabedoria, pela sua disponibilidade e interesse permanentes, pelos seus conselhos que me guiaram neste trabalho e pelas suas palavras de motivação.

Um agradecimento à minha família; pai, mãe, irmãos e avós. Agradeço o seu incondicional apoio, interesse e preocupação, fundamentais, não só na superação do desafio que foi este trabalho, mas principalmente em toda a minha formação que faz de mim quem sou hoje.

Aos meus amigos da faculdade por toda a ajuda e conversas producentes.

Aos meus amigos mais próximos por me desencaminharem do trabalho, proporcionando-me momentos regeneradores.

A todos os outros que não mencionei, mas que de algum modo se cruzaram e marcaram o meu percurso académico.

RESUMO

A Colina do Castelo é um lugar de grande afluência, o que, como consequência, gera uma grande pressão sobre os espaços públicos e acessibilidades, numa cidade de tempos anteriores que, permanentemente, se tenta regenerar e adaptar às exigências de cada tempo e do presente. A par desta realidade, tem-se apostado na reabilitação do edificado, que, por diversos motivos, destina-se maioritariamente à ocupação temporária, desvalorizando-se a população residente, o leva a um défice de raízes ao lugar e às pessoas do lugar, fundamentais na caracterização e preservação da identidade, memória e cultura de um lugar e de um povo, naquele que se considera o centro histórico mais antigo de Lisboa, carregado de património material e imaterial.

Pretende-se encontrar uma solução que dê resposta a esta afluência a que a Colina do Castelo é sujeita, com centenas de turistas e de Lisboetas, que, diariamente, cruzam as suas difíceis ruas, marcadas por uma topografia acentuada e por uma aparente morfologia "labiríntica" do tecido. Em simultâneo procura-se criar espaços que valorizem os moradores dos bairros antigos, num compromisso entre eles e os visitantes, de modo a que se gerem lugares coletivos inclusivos, variados, integrados e completos, lugares de referência para as vivências urbanas.

Assim, procura-se permeabilizar o tecido histórico, estabelecendo um percurso que atravessa os três principais bairros da Colina do Castelo, o Bairro do Castelo, o de Alfama e o da Mouraria, onde são propostos espaços coletivos que funcionam como continuidade da rua, lugares que pretendem potenciar um conjunto de atividades laborais, recreativas, sociais e de lazer como forma de promover as relações interpessoais. Estas intervenções acontecem em espaços atualmente abandonados e inacessíveis que funcionam como barreiras ao percurso desenhado.

PALAVRAS-CHAVE

Vivências urbanas | Bairro e Comunidade | Percurso | Permeabilidade | Equipamento Coletivo

ABSTRACT

Colina do Castelo is a place of great affluence, which, consequently, generates a great pressure on public spaces and accessibility in an ancient city permanently trying to regenerate and adapt to the demands of each time and the present. This leads to an excessive temporary occupation, which makes it impossible to create roots to the place and local people, fundamental relation in the characterization and preservation of identity, memory and culture of a place and people, in what is considered the oldest historical center of Lisbon, rich in material and immaterial heritage.

It is intended to find a solution that responds to this affluence that Costa do Castelo is subject, with hundreds of tourists and residents, who daily cross their difficult streets, marked by a sharp topography and an apparent "labyrinthine" morphology of the urban form. At the same time seeks to create spaces that value the residents of ancient neighbourhoods in a compromise between them and the visitors, in a way that powers inclusive, varied, integrated and complete collective places, reference locations for urban experiences.

Thus, it seeks to permeate the historical form, establishing a path that crosses the three Colina do Castelo's main neighbourhoods, Bairro do Castelo, Alfama and Mouraria, where the proposed Collective spaces act as continuity of the paths, places that pretend to potentiate a set of labour, recreative, social and recreative activities has a way of promoting interpersonal relationships. These interventions happen in currently abandoned and inaccessible spaces that act as barrier to the defined route.

.

KEY WORDS

Experiences | Neighborhood and Community | Route | Permeability | Collective Equipment

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS V

RESUMO VII

ABSTRACT IV

ÍNDICE GERAL XI

ÍNDICE DE FIGURAS XII

INTRODUÇÃO 1

1. ORIGENS | Centros antigos e o património 11

1.1. Cidades e Culturas 16

1.2. Morfologias 27

2. IDEAIS | Bairro, Comunidade e Memória 37

2.1. Memórias de um Percurso 43

2.2. A Cidade Vivida 48

3. REALIDADES | A atualidade dos bairros e da comunidade 55

3.1. As Pessoas 60

3.2. Os Programas 64

3.2.1. Acessibilidades na Colina do Castelo 65

3.2.2. "Uma Praça em Cada Bairro" 71

3.2.3. Programa "BIP/ZIP" 76

4. POSSIBILIDADES | Propostas de Intervenção 79

4.1. O Percurso 82

4.2. O Construído 95

4.2.1. Pátio Santa Helena 95

4.2.2. Pátio de Dom Fradique 98

4.2.3. Costa do Castelo 105

CONSIDERAÇÕES FINAIS 109

BIBLIOGRAFIA 113

ANEXOS 119

ÍNDICE DE FIGURAS

01. Fotografia Miradouro de Santo Estevão; Tomás Filipe, 2019, Alfama, Lisboa | p.1

ORIGENS | Centros antigos e o património

02. Fotografia Arco Rosário; Tomás Filipe, 2019, Lisboa Alfama | p.11

03. Fotografia Núcleo Arqueológico do castelo; Fernando Guerra, Fonte: https://www.carrilhodagraca.pt/castelo |p.13

04. Planta Anfiteatro romano sobre o traçado de Alfama; Fonte: Dias Coelho, 2018, p.153 | p.14

05. Fotografia Cordoaria Nacional; Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/cordoaria-nacional | p.15

06. Simulação tridimensional da Cidade de Olíssipo; Fonte: https://allunos.wordpress.com/tag/olissipo/ | p.17

07. Esboço da planta de Timgad; Fonte: Goitia, 1982, p.57 | p.19

08. Esboço da planta Pompeia; Fonte: Goitia, 1982, p.58 | p.19

09. O circo romano na planta de Lisboa antes do terramoto; Fonte: Dias Coelho, 2018, p. 20 | p.20

10. Imagem aérea do circo romano de Mérida na atualidade; Fonte: Google Earth | p.20

11. Imagem aérea da Praça do Rossio na atualidade; Fonte: Google Earth | p.20

12. Traçado do Bairro de Albaicin, Granada; esboço de Fernando Chueca Goitia, Fonte: Goitia, 1982, p.76 | p.22

13. Traçado do Bairro de Alfama; Tomás Filipe, 2019 | p.22

14. Fotografia Rua na Medina de Fez; Tomás Filipe, 2019, Fez, Marrocos | p.22

15. Fotografia Trav. De São João da Praça; Tomás Filipe,2019, Alfama, Lisboa | p.22

16. Fotografia Souk na Medina de Marraquexe; Tomás Filipe, 2019, Marraquexe, Marrocos | p.23

17. Pintura Assim seria Lixbûna; Martins Barata, 1947, Fonte: http://acervo.museudelisboa.pt/ | p.24

18. Gravura Vista da Praia de Santos em 1877, Lisboa; Albert Dufourcq, Fonte: http://acervo.museudelisboa.pt/ |p.25

19. Carta Lisboa do séc. XVI; Franz Hogenberg, 1598, http://acervo.museudelisboa.pt/ | p.26

20. Planta do edificado do centro antigo da cidade de Lisboa; Tomás Filipe, 2019 | p.28

21. Os tecidos da Colina e a sua relação com a topografia e elementos agregadores; Tomás Filipe, 2019 e Dias Coelho, 2015, p.30 | p.29

22. Amostras dos tecidos de Alfama, Bairro de Castelo e Mouraria; Tomás Filipe, 2019 | p.30

23. Planta Becos de Alfama; Dias Coelho, 2015, p.114 | p.31

24. Decomposição Sistémica do tecido de Alfama; Tomás Filipe, 2019 | p.32

25. Decomposição Sistémica do tecido de Alfama; Tomás Filipe, 2019 | p.35

IDEAIS | Bairro, Comunidade e Memória

26. Fotografia Espaço público ativo; Tomás Filipe, 2019, Centro Cívico de Carnaxide, Oeiras | p.36

27. Carta dos Bairros de Lisboa; CML, 2015, Fonte: Caderno *Uma Praça em cada Bairro*, Lisboa, Divisão de Projetos e Estudos Urbanos | p.39

28. Fotografia Marchas populares; CML, 2019, Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/marchas-populares-2019 | p.41

29. Fotografias Largo das Alcaçarias; Tomás Filipe, 2019, Alfama, Lisboa | p.42

30. Fotografias Pormenor do painel de azulejos do Largo; Tomás Filipe, 2019, Alfama, Lisboa |p.42

31. Fotografias Painel de azulejos do Largo; Tomás Filipe, 2019, Alfama, Lisboa | p.42

32. Guia psicogeográfico de Paris, 1957; Fonte: Careri, 2002, p.107 | p.45

33. Fotografia Walking a Line, Richard Longe, (1972); Fonte: Careri, 2002, p.124 | p.47

34. Fotografia Secant, Carl Andre (1977); Fonte: Careri, 2002, p.125 | p.47

35. Fotografias Níveis de atividade; Tomás Filipe, 2019, Colina do Castelo, Lisboa | 49

36. Fotografia Moradora; Tomás Filipe, 2019, Alfama, Lisboa | p.50

37. Fotografia Sapateiro; Tomás Filipe, 2019, Baixa, Lisboa | p.51

38. Fotografia Apoio urbano; Tomás Filipe, 2019, Baixa, Lisboa | p.52

39. Serigrafia Depois do terramoto; Antônio Jorge Gonçalves, 2019 |p.54

40. Fotografia Convívio; Tomas Filipe, 2019, Bairro do Castelo, Lisboa | p.60

41. Fotografia Rua dos Cegos nº26 antigamente; Fonte: http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF | p.41

42. Fotografia Rua dos Cegos nº26 atualmente; Tomás Filipe, 2019, Alfama, Lisboa | p.41

43. Gráfico da evolução da população residente; Tomás Filipe,2019, Dados: CML | p.62

44. Gráfico da evolução do alojamento local; Tomás Filipe,2019, Dados: CML | p.62

45. Fotografia Crianças em Alfama; Joshua Benoliel, 1910, Beco de São Miguel, Fonte: http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF | p.62

46. Fotografia Alfama antiga; Alberto Carlos Lima, Fonte: http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF | p.62

47. Fotografia Ruas de Alfama; Amadeu Ferrari, Fonte: http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF | p.63

48. Fotografia Crianças Brincando na Rua; Fonte: http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF | p.63

49. Plano de acessibilidades da CML na Colina do Castelo; Fonte: CML | p.66

50. Planta Percurso Baixa/Castelo; João Falcão de Campos, 2009, Fonte: archdaily | p.67

51. Fotografia Entrada do edifício; José Manuel Rodrigues, Fonte: https://www.falcaodecampos.pt/ | p.68

52. Fotografia Saguão das comunicações verticais; José Manuel Rodrigues, Fonte: https://www.falcaodecampos.pt/ | p.68

53. Corte Percurso Baixa/Castelo; João Falcão de Campos, 2009, Fonte: archdaily | p.68

54. Escadinhas da Saúde; Tomás Filipe, 2019, Martim Moniz, Lisboa | p.69

55. Fotografia Transição entre a Rua Norberto de Araújo e o Miradouro de Santa Luzia; Tomás Filipe, 2019, Alfama, Lisboa | p.70

56. Fotografia Desenho urbano; CML, 2015, Fonte: Caderno *Uma Praça em cada Bairro*, Lisboa, Divisão de Projetos e Estudos Urbanos | p.72

57. Fotografia Pavimentação com vista à mobilidade suave; CML, 2015, Fonte: Caderno *Uma Praça em cada Bairro*, Lisboa, Divisão de Projetos e Estudos Urbanos | p.72

58. Carta das 30 praças a intervir; CML, 2015, Fonte: Caderno *Uma Praça em cada Bairro*, Lisboa, Divisão de Projetos e Estudos Urbanos | p.73

59. Diagramas Abordagem PPS; CML, 2015, Fonte: Caderno *Uma Praça em cada Bairro*, Lisboa, Divisão de Projetos e Estudos Urbanos | p.74

60. Análise; CML, 2015, Fonte: Caderno *Uma Praça em cada Bairro*, Lisboa, Divisão de Projetos e Estudos Urbanos | p.75

61. Planta Análise da situação existente; CML, 2015, Fonte: Caderno *Uma Praça em cada Bairro*, Lisboa, Divisão de Projetos e Estudos Urbanos | p.75

62. Planta Apresentação da proposta; CML, 2015, Fonte: Caderno *Uma Praça em cada Bairro*, Lisboa, Divisão de Projetos e Estudos Urbanos | p.75

63. Carta dos BIP/ZIP; CML, 2011, Fonte: habitacao.cm-lisboa.pt | p.76

64. Fotografia Edifício-Manifesto; Rui Pinheiro, Fonte: http://www.arteria.pt | p.77

POSSIBILIDADES | Propostas de Intervenção

65. Maquete do percurso; Tomás Filipe, 2019 | p. 78

66. Fotografia Largo João do Outeiro; Tomás Filipe, 2019, Mouraria, Lisboa | p.81

67. Fotografia Largo dos Trigueiros; Tomás Filipe, 2019, Mouraria, Lisboa | p.81

68. Chafariz de Dentro 1907; Joshua Benoliel, Fonte: http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF | p.83

69. Planta Praças; Tomás Filipe, 2019 | p.84

70. Planta Acessibilidades; Tomás Filipe, 2019 | p.85

71. Planta Edificado; Tomás Filipe, 2019 | p.86

72. Planta Intenção de Intervenção; Tomás Filipe, 2019 | p.87

73. Percurso em Alfama; Tomás Filipe, 2019 | p.89

74. Percurso no Castelo; Tomás Filipe, 2019 | p.91

75. Planta Coleginho Filipe Folque 1858; Fonte: Centro cartográfico FA.UL| p.93

76. Percurso na Mouraria; Tomás Filipe, 2019 | p.94

77. Planta de cobertura Pátio Santa Helena; Tomás Filipe, 2019 | p.96

78. Planta Pátio de Dom Fradique Filipe Folque 1858; Fonte: Centro cartográfico FA.UL | p. 98

79. Fotografia Pátio de Dom Fradique, 2019; Tomás Filipe, Lisboa | p.99

80. Panorâmica sobre o Pátio de Dom Fradique, início do séc XX; Eduardo Portugal, Fonte: http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF | p.100

81. Pátio de Dom Fradique 1907; Machado e Souza, Fonte: http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF | p.100

82. Planta piso 0 Pátio de Dom Fradique; Tomás Filipe, 2019 | p.103

83. Planta piso 1 Pátio de Dom Fradique; Tomás Filipe, 2019 | p.104

84. Planta cobertura Pátio de Dom Fradique; Tomás Filipe, 2019 | p.105

85. Planta cobertura Costa do Castelo; Tomás Filipe, 2019 | p.106

Fig.01 Miradouro de Santo Estevão

INTRODUÇÃO

Tema e Área de Trabalho

O presente trabalho pretende estudar a realidade atual da população residente nos centros antigos, procurando a sua valorização, fazendo-se uma reflecção sobre a importância da comunidade para os bairros históricos e destes últimos para a cidade.

Um dos grandes símbolos, e talvez o principal, da cidade de Lisboa, é a Colina do Castelo de São Jorge, com todo o património, história, herança, cultura, bairros e vivências tão característicos, que vêm desde a zona baixa da cidade e culminam no topo da colina com o castelo, onde as vistas, para toda a cidade, são privilegiadas.

A Colina do Castelo é o berço da cidade de Lisboa, pois foi aqui que se fixaram os primeiros povos que vieram a habitar este território. É a partir deste lugar que a cidade vai crescendo e expandindo os seus limites, primeiro com as sucessivas cercas que se foram alargando com os anos e as várias civilizações que ocuparam o território, desde a Muralha de Alcáçova, à Cerca Moura e ainda à Cerca Fernandina, até à contemporaneidade onde os limites da cidade já se tornam difíceis de definir.

Derivado desta sua condição, a Colina do Castelo é um lugar de grande afluência, carregado não só, de todo o património, mas também de habitação, comércio, restauração, serviços, museus, entre outros. É um lugar da cidade muito procurado tanto pelos locais, que são fundamentais na preservação e manutenção da identidade do lugar, uma vez que a sua presença lhe atribui a cultura e as vivências urbanas características da cidade de Lisboa, mas também pelos turistas, que se revelam um elemento significativo para a economia, bem como para a internacionalização da imagem e da cultura portuguesa.

A pressão sobre esta área histórica não pára de aumentar, movida em grande parte pelo aumento do turismo em Lisboa, que, juntamente com as características físicas da colina, tais como a acentuada topografia e o tecido urbano, tendem a tornar o território num lugar caótico onde a circulação é difícil, a acessibilidade pouco eficiente e os espaços públicos estão sobrelotados. A esta realidade acresce um processo de gentrificação que se tem assistido, com a sobrevalorização das habitações nos bairros históricos, uma vez estes lugares se tornam atrativos para sectores que comportam valores arrendatários mais elevados e atrativos para a economia, como por exemplo o setor turístico. O conjunto dos referidos fatores está a levar a que os moradores se vejam forçados a sair destes bairros históricos, levando a que haja um abandono destes lugares por partes dos locais.

O conjunto dos referidos fatores leva a uma degradação da identidade do lugar, pondo em causa todas as dinâmicas e vivências que caracterizam o sítio histórico.

A fim de contrariar a preocupante tendência identificada, é necessário dar respostas aos fatores que estão na sua origem, fazendo um estudo de percursos que atravessem o miolo dos bairros. Estes percursos devem ser pensados como parte da estrutura urbana e elemento de coesão social, articulando estruturas de apoio às atividades da comunidade, funcionando como geradores das vivências urbanas.

Objetivos

A Colina do Castelo em Lisboa é o lugar da cidade onde perduram os tecidos mais antigos da cidade. É aqui que encontramos as primeiras malhas urbanas que foram surgindo de forma não planeada e que foram sendo adaptadas com as sucessivas civilizações e acontecimentos neste território, como tal, é onde a cultura e a herança da cidade estão mais enraizadas.

Posto isto, a identidade do lugar está presente no património histórico-cultural, tendo o fator social um importante cargo. Este fator social é assegurado pela população e por aqueles que vivem a cidade, por isso, é fundamental a valorização da população, com vista ao estímulo das vivências urbanas.

As referidas experiências interpessoais necessitam de um espaço físico qualificado onde possam acontecer. São eles lugares singulares num território, como associações, largos, praças, miradouros, equipamentos públicos, equipamentos coletivos, edifícios com valor patrimonial, etc., que servem, também, como marcos de referência no território urbano, levando a que as pessoas se desloquem de e até eles. Deste modo, pretende-se pensar num percurso que agregue estes lugares particulares para as vivências de bairro, facilitando assim o acesso a eles, o que possibilita uma maior afluência.

O referido percurso, que pretende valorizar a população, tendo como finalidade a promoção das vivências urbanas, deve ser pensado de modo a integrar um conjunto de elementos que recebam e promovam as atividades da comunidade, valorizando-se e criando-se espaços e equipamentos coletivos de apoio a estas, procurando sempre melhorar a mobilidade, para que estes lugares possam estar facilmente acessíveis e para que possam ser vividos por todos.

Questões de Trabalho

Expostos os objetivos a serem tratados no trabalho, foram definidas questões a que se pretendem dar resposta, a fim de encontrar linhas que guiam o processo de trabalho. São elas:

Como contrariar a tendência de diminuição da população residente?

Nos últimos anos tem-se assistido a uma regeneração e reabilitação, resultado de um processo de gentrificação, no centro da cidade de Lisboa que se revela positivo na medida em que, existe investimento na recuperação das estruturas deste lugar, mas tem levado a uma diminuição da população residente. Este fenómeno dá-se como consequência de uma inflação imobiliária movida pelo setor turístico que comporta valores mais elevados, forçando a população residente a abandonar estes bairros ou dificultando o acesso aqueles que se querem ali fixar. Deste modo, pretende-se projetar de forma a valorizar a população, preservando e promovendo as vivências urbanas características de lugares como a Colina do Castelo.

Como trabalhar a acessibilidade para aqueles que percorrem e vivem o lugar?

O território em estudo está numa colida marcada por uma topografia acentuada e malhas antigas, como tal, este lugar é de difícil mobilidade, existindo muitas barreiras à circulação e zonas que exigem um grande esforço para as percorrer. Tendo consciência desta realidade, procura-se desenhar um percurso que facilite a acessibilidade, resolvendo as referidas barreiras e permitindo um acesso mais fácil a estruturas relevantes na vida quotidiana do bairro, levando a que os peões se desloquem de forma eficiente no bairro, do bairro e para o bairro.

Qual o programa que valoriza a população?

No seguimento da problemática lançada e dos objetivos definidos, importa fazer uma reflecção sobre como programar as intervenções de modo a que tenham impacto na vida dos indivíduos. Pretende-se que estes lugares estimulem as dinâmicas caracterizadoras de um bairro, procurando integrar atividades de interesse para a comunidade. Para tal, vão ser estudas as atividades que marcaram e marcam quem habita a Colina do Castelo, procurando compreender de que modo as podemos reintroduzir na vida contemporânea da cidade, fazendo-se uma reinterpretação destas, para que, melhor se adaptem a uma realidade atual e futura.

De que modo desenhar equipamentos como espaços coletivos numa malha antiga?

Neste trabalho pretende-se fazer intervenções cirúrgicas para que se respeite e preserve a herança da malha antiga, procurando soluções de pouco "impacto físico", mas de grande relevância social, funcional e de leitura clara. Assim, vai-se procurar compreender de que modo devemos desenhar estes lugares estratégicos para que também sejam continuidades do espaço público, funcionando como espaços coletivos de apoio às atividades dos bairros.

Concretizando os objetivos e questões aqui introduzidas, neste trabalho pretende-se criar um percurso que atravesse os três bairros da Colina do Castelo, são eles Alfama, Bairro do Castelo e Mouraria, sendo os seus extremos os dois principais largos dos bairros de Alfama e Mouraria que estão geograficamente opostos, o Largo do Chafariz de Dentro e a Rua da Mouraria (junto ao Martim Moniz), respetivamente. O percurso será desenhado de modo a percorrer espaços coletivos de interesse para a população, tais como, lavandarias públicas, associações, edifícios notáveis, paróquias, escolas, miradouros e largos.

Metodologia

O presente trabalho tem uma componente teórica e outra prática, que foram trabalhadas em simultâneo e em complementaridade. Na componente teórica procurou-se investigar conceitos e temáticas que são aplicados na parte prática, com a elaboração de um projeto. Ambas as partes estão permanentemente em aberto, pois durante o desenvolvimento do trabalho prático, surge a necessidade de investigar novos conceitos, assim como ajustar a componente prática quando novas investigações assim o justificaram.

Uma primeira fase consistiu num processo refletivo que procurou definir o tema da investigação bem como o seu âmbito de estudo e conceitos a serem abordados. Esta fase foi complementada com uma primeira investigação procurando um primeiro contacto com o trabalho, para que a sua definição inicial fosse mais assertiva. Foi uma fase de pesquisa e documentação, fundamentalmente de recolha e análise de informação, de modo a construir uma base sobre a qual se desenvolveu todo o trabalho.

Definido o âmbito de estudo, fez-se uma análise e leitura do território a fim da elaboração da primeira intenção de intervenção no território. Esta fase assentou numa recolha e análise de documentos e cartografia, planos, propostos e projetos para o lugar, bem como na recolha e análise de informação por observação direta. Teve como finalidade conhecer e compreender a evolução histórica do território, a sua posição na cidade, o seu património, as suas características físicas e demográficas e por último as suas carências e potencialidades. Este processo resultou na elaboração de um conjunto de desenhos analíticos que traduzem a realidade do território.

Conhecida a realidade do território, definiu-se uma primeira intenção de intervenção no território, onde foram elaborados desenhos esquemáticos representativos das intenções estratégicas para a Colina do Castelo, resultado da análise anteriormente feita, cujo objetivo foi dar resposta às problemáticas e trabalhar as suas potencialidades. Nesta aproximação teve-se em conta o desenho da proposta, a articulação entre os diversos momentos do território, os elementos e eixos estruturantes, as suas características físicas, as necessidades populacionais e ainda a ideia do projeto conceptual abordado.

Posteriormente, procurou-se definir as intervenções necessárias bem como o seu programa base. Para tal compreendeu-se a realidade da população que habita os bairros para melhor poder adequar a proposta às suas necessidades, explorando conceitos presentes em projetos de lugares comunitários. Em seguida foram analisados casos de estudo e referências para lançar linhas gerais que nos guiaram numa fase inicial, de modo a esboçar o programa, a conceção espacial ou ideias, sendo proveitoso para apreender informação a partir de trabalhos que já careceram de uma reflexão e investigação semelhantes.

Com um programa base definido, começou-se a desenvolver a proposta a nível de projeto, começando pelo desenho urbano, que foi trabalhado em simultâneo com o projeto arquitetónico. Esta fase consiste no desenho dos diferentes espaços presentes no programa. A proposta de projeto careceu ainda de um desenvolvimento até uma escala de pormenor, de modo a ser trabalhada a sua componente construtiva.

Por fim, o documento escrito foi finalizado com toda a investigação que a componente prática exigiu. Por sua vez, esta parte prática vai ser apresentada através de um conjunto de peças finais, onde é apresentado o desenho da solução arquitetónica, fazendo-se uma síntese da resposta que a arquitetura dá à problemática inicialmente lançada.

O documento organiza-se em quatro capítulos, sendo que cada um segue uma lógica de aproximação, iniciando-se uma procura de conceitos e a sua definição, para que seja possível a posterior investigação e compreensão da temática a fim de uma aproximação ao caso em estudo neste trabalho.

O primeiro capítulo, *ORIGENS | Centros antigos e o património*, procura olhar para o passado para compreender a evolução da cidade de Lisboa, sendo assim possível ler a cidade que nos chegou aos dias de hoje. Inicia-se o capítulo com uma investigação e discussão teórica na tentativa de compreender o que está na origem de uma cidade, bem como na sua caracterização e diferenciação, levando a concluí-la como resultado de um processo espácio-temporal. Posto isto, torna-se necessário compreender as cidades e culturas que construíram Lisboa, a fim de uma posterior leitura do território, recorrendo-se ainda à fragmentação morfológica dos seus tecidos, tendo como referência a abordagem da Decomposição Sistémica.

Concluído o primeiro capítulo, após uma leitura assente em elementos físicos que participam na morfologia da cidade, verifica-se o défice de um olhar sobre uma cidade imaterializável na tentativa de uma maior aproximação à escala humana, numa cidade que se quer vivida. Esta necessidade é colmatada no segundo capítulo, *IDEAIS | Bairro, Comunidade e Memória*, onde se começa por definir conceitos como Bairro, Comunidade e Memória, tornando inegável a relação que se estabelece entre a população e o lugar. É neste sentido que se introduz o conceito de percurso como relação que o indivíduo estabelece ao percorrer ou deambular o território. Compreendido o que se entende por percurso sobre várias formas e olhares, a cada tempo, necessidade ou pensamento. Aproximamo-nos a uma escala humana do lugar, das interceções, das relações interpessoais, das atividades e até mesmo do desenho do espaço público, analisando um conjunto de variáveis determinantes para as vivências urbanas.

Compreendida a origem da cidade e a importante relação entre as pessoas e o lugar, o terceiro capítulo, *REALIDADES | A atualidade dos Bairros e da Comunidade*, voltamos aos conceitos já definidos, aplicando-os à atualidade numa tentativa de compreender o presente que se projeta no futuro. É neste sentido que se debate a atual situação dos bairros, especulando sobre o seu futuro, a fim de estabelecer o que para eles se pretende. Esta discussão é oportuna na medida em que o presente trabalho aborda três bairros caracterizadores da cidade de Lisboa, é então que se inicia o relato e análise da atual realidade destes bairros lisboetas e das suas comunidades, tendo como base a demografia, a experiência no território e as conversas informais com os moradores, através de várias visitas ao lugar e da observação direta. O capítulo termina com o estudo de projetos e programas que a CML tem implementado na Colina do Castelo, que têm como propósito atenuar as problemáticas aí vividas.

No último capítulo, *POSSIBILIDADES | Propostas de Intervenção*, esclarece a intervenção proposta por este trabalho. Começa por definir o processo que resultou na definição do percurso, justificando o seu desenho, onde posteriormente é descrito, numa narrativa que nos leva pelo percurso, fazendo-se uma breve descrição dos principais lugares, experiências e sensações. Finalmente descreve-se e fundamenta-se o programa e as opções de projeto dos três edifícios desenvolvidos, primeiro no Pátio de Santa Helena, o segundo no Pátio de Dom Fradique, que foi desenvolvido com maior detalhe, e por último na Costa do Castelo.

Concluídos os capítulos de desenvolvimento do trabalho são feitas as considerações finais onde se apresenta uma reflecção sobre o trabalho, sobre o seu contributo e sobre as respostas dadas às problemáticas e aos objetivos lançados no início do trabalho. Por fim, anexam-se peças que fizeram parte do processo de trabalho, desenhos da leitura urbana e apresentem-se os elementos que explicam o percurso traçado, bem como as três intervenções arquitetónicas desenvolvidas.

Em suma, o documento organiza-se sobre uma lógica de olhar e compreender o passado à escala da cidade, definir os conceitos a uma escala bairrista introduzindo-se o carater humano e a sua relação com a cidade, para que, posteriormente seja possível ler e interpretar a situação atual da cidade e da sociedade. Tal investigação informa o último capítulo onde se apresenta a solução de projeto.

Fig.02 Arco Rosário

1. ORIGENS | Centros antigos e o património

"As cidades são o texto da história" (ROSSI, 2001, p.187)

As cidades antigas como um processo espacio-temporal

A cidade material, construída e edificada advém de um processo no tempo e do tempo, resultando num testemunho histórico e cultural de um território e de um povo. A cidade, como espaço físico construído, mas também como espaço imaterial, cultural, é, assim, o resultado da sobreposição de várias camadas temporais, marcadas por diferentes povos, culturas, conhecimentos, realidades e acontecimentos de que esse território foi palco, como é testemunho o núcleo arqueológico de Castelejo, projeto do Arquiteto João Carrilho da Graça (fig.03).

Fig.03 Núcleo Arqueológico do Castelejo

Intervenção contemporânea sobre resquícios da cidade islâmica séc. XI e da idade do ferro

Acredita-se que a cidade é consequência de um processo temporal num determinado território, onde, a cada tempo, se identifica a mesma cidade, mas sobre formas diferentes. Este processo origina características diferenciadoras de cada cidade. *"A forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade; e existem muitos tempos na forma da cidade"* (ROSSI, 2001, p.80). Identificamos deste modo os dois principais fatores urbanos na sua definição, o fator espacial e o fator temporal.

Os dois fatores, espaço e tempo, estão relacionados, sendo o espacial relativo a características territoriais, assim como a características morfológicas urbanas, que resultam de um processo de crescimento da cidade. É aqui que surge o termo *tempo*, que se refere a um processo histórico, onde estão presentes os sinais físicos

do passado que perduraram no tempo, abordando-se um sentido cronológico, onde se identificam factos urbanos da cada forma da cidade, ou seja, dos sucessivos tempos da cidade.

O francês Henri Pirenne (1927) procura compreender este processo de sucessiva sobreposição das cidades sobre a sua antecessora. Por exemplo, a cidade de Lisboa aquando ocupada pela civilização Árabe, a seu tempo denominada por Aluxbuna, foi edificada sobre a anterior cidade Romana, a cidade de Olíssipo. O autor defende que este fenómeno se deve ao facto de as cidades não serem criações artificiais, reunindo assim, no território, todas as condições de ordem natural, sem as quais a urbanidade não seria possível de se criar e prosperar.

Teoria da Permanência e o Património Material

Deste modo, o passado é em parte experimentado no presente através dos vários elementos da cidade. Esta ideia é nos apresentada por Marcel Poète (1910), com a Teoria da Permanência onde a Permanência se traduz nos elementos do passado que ainda são experimentados no presente, revelando-se através de monumentos, de sinais físicos do passado ou ainda através da persistência de traçados e planos (fig.04). Assim, o autor, numa análise histórica sobre a cidade, identifica duas partes principais, constituintes da cidade, a residência e os elementos primários. Defende que a residência raramente apresenta um caráter de permanência, uma vez que é um elemento de maior dinamismo, sendo necessário para o analisar a sua evolução, estudar conjuntamente com a sua área envolvente. Os elementos primários são aqueles que se apresentam decisivos na formação e constituição da cidade, tendo um forte caracter permanente, dadas as suas características complexas e necessárias, que não se modificam facilmente; são exemplos, o traçado, a praça ou o monumento.

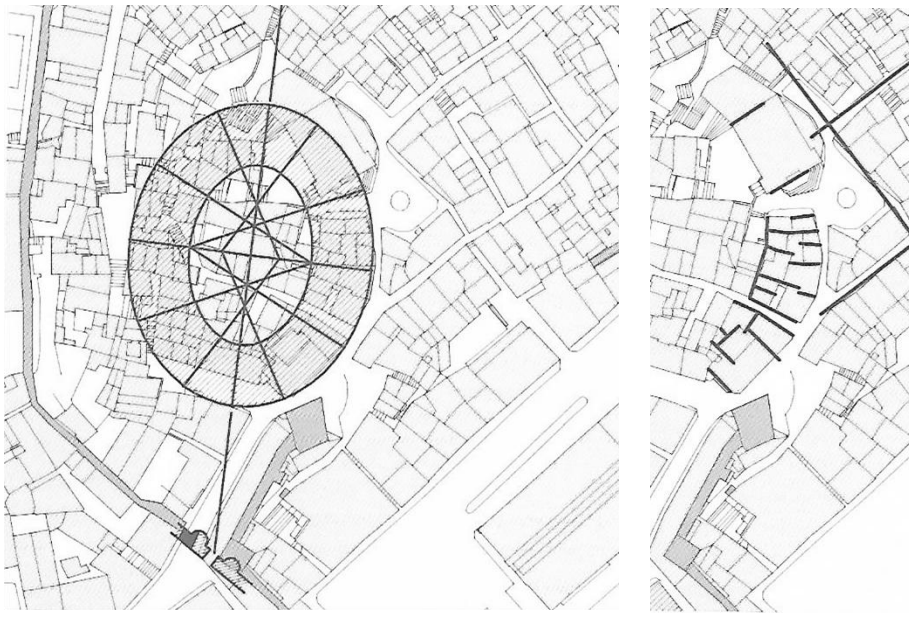


Fig.04 Anfiteatro romano sobre o traçado de Alfama

Persistência temporal da curvatura e alinhamentos periféricos e radiais no tecido de Alfama

Neste método histórico de olhar a cidade, a função dos elementos é ignorada, uma vez que se acredita que esta é perdida, defendendo-se que a função é caracterizada no tempo e na sociedade, residindo o seu valor, unicamente, na forma, que tem uma forte presença no contexto geral da cidade.

É, assim, oportuno olhar para a permanência como o património de uma cidade, mas que, nesta teoria de Poète, seria apenas o património físico, contruído.

Património Imaterial

Com a afirmação *"…, o caracter de nações inteiras, civilizações e épocas, fala através do conjunto de arquitecturas que possuem como se fosse através de um revestimento externo dos seus modos de ser"* (BURCHKARDT, 1958, p.98), Burchkardt introduz um novo conceito que importa esclarecer, visto que, deste modo, o autor defende que, no construído, está presente o caracter de um povo, introduzindo assim o conceito de património imaterial, para além do já abordado, património físico.

Uma intervenção arquitetónica apenas incide sobre o património material, mas pode e deve ter influência no património imaterial, já que estes dois estão intimamente ligados. O património arquitetónico, sejam eles monumentos ou não, são objetos singulares testemunhos do passado, contendo neles a memória de um povo, representativos da identidade da cidade. Esta ideia está presente na expressão "Brick and Mortar", de Fawcett (1998), simbolizando a continuidade de uma comunidade, que se traduz pela matéria construída. Deste modo, os objetos arquitetónicos devem ser lidos e respeitados, dada a sua relevância como testemunho histórico, uma vez que, fazendo parte da cidade, são agentes ativos na sua história, é exemplo a Cordoaria Nacional (fig.05).

Fig.05 Cordoaria Nacional

Edifício testemunho do tempo dos Descobrimentos, altura em que os Portugueses navegaram pelo mundo, acontecimento que ainda está muito presente no orgulho português

Posto isto, o património arquitetónico é fundamental para os centros urbanos, e como tal a sua valorização é necessária para a manutenção da cultura e identidade das cidades, fazendo a ponte entre o passado e o presente, entre a história e a contemporaneidade. A reabilitação urbana deve, assim, ser uma constante nas cidades, tendo em vista a valorização e respeito pelo vasto património urbano, muitas vezes votado ao abandono e a um incompreensível esquecimento.

Abordando, o presente trabalho, o centro antigo da Colina do Castelo da cidade de Lisboa, torna-se necessário estudar e compreender os acontecimentos e culturas que foram responsáveis pela cidade que hoje vivemos, bem como a morfologia urbana que se originou, consequência deste processo espacio-temporal.

1.1. Cidades e Culturas

A Colina do Castelo é o centro da cidade embrionária, a partir do qual Lisboa se começa a formar como lugar urbano, crescendo e expandindo as suas fronteiras. A posição geográfica da colina oferecia excelentes condições defensivas e uma articulação privilegiada com o rio, o que levou a que a cidade de Lisboa se viesse a desenvolver, em grande parte, movida pelas atividades portuárias, representando o comércio marítimo a principal atividade económica da cidade, durante vários anos. Foi na época da romanização que, a anterior ocupação rural, começa a adquirir uma configuração urbana, sendo que, a mais significativa expansão, densificação e reorganização do território, se dá maioritariamente durante a Idade Média (a partir do séc. X), primeiro com a ocupação Árabe e posteriormente com a ocupação Cristã. A cidade nasce no núcleo do Castelo de São Jorge e cresce maioritariamente para sul, em direção ao rio, levando à construção da Cerca Moura que mais tarde se veio a verificar insuficiente para acompanhar a expansão da cidade, construindo-se, em 1411, a Cerca Fernandina (FRANÇA, 1997).

O parágrafo introdutório faz uma breve contextualização histórica da Colina do Castelo, mas não é a abordagem que importa para este trabalho. Tal abordagem é feita por diversos autores em variadas obras, salientando-se o trabalho de José-Augusto França (1997) ou de Norberto de Araújo (1993), um olisiponense que relata a história dos vários lugares que vai cruzando na cidade. Augusto Vieira da Silva (1987) é outro autor que merece ser referido já que, desenvolveu um trabalho interessante na descrição histórica do lugar, com o conjunto de livros, *Dispersos*, *A Cerca Moura de Lisboa* e *A Cerca Fernandina de Lisboa*, onde vai descrevendo diversos lugares da Colina, tendo como propósito máximo o estudo das várias cercas de Lisboa.

A cidade de Lisboa resulta pois como uma consequência da sobreposição de camadas temporais, sendo possível identificar no tecido urbano características que são atribuídas às cidades das várias civilizações que ocuparam a cidade, primeiro a cidade de Olíssipo com a civilização Romana (fig.06), posteriormente a cidade de Aluxbuna com a ocupação Islâmica e por fim a cidade de Lisboa, após a reconquista Cristã. Deste modo importa conhecer o caracter tipológico e cultural de cada uma destas cidades que, em confrontação, geraram a cidade de Lisboa que experimentamos nos dias de hoje, onde é possível viver e identificar heranças de cada uma destas culturas originárias. A fim de uma melhor leitura e compreensão da cidade, iremos, assim, estudar a cidade romana, a cidade islâmica e a cidade medieval, segundo a classificação e análise de Fernando Chueca Goitia (1982).

A cidade Romana

Fig.06 Simulação tridimensional da Cidade de Olíssipo

A civilização romana herdou muitos dos ideais helénicos, desenvolvendo-se como uma sociedade capitalista que levou a civilização camponesa romana a converter-se numa civilização urbana, com uma nova aristocracia, novos negociantes e uma nova burguesia. Deste modo, o império romano prosperou e cresceu com o poder central em Roma, mas dando independência a cada cidade, que tinha um governo autónomo, havendo assim liberdade na vida política local.

É neste contexto cívico que se constroem as cidades romanas, que, a par de ideais políticos, herdaram muitas das características do urbanismo e das tecnologias das cidades gregas, como por exemplo, esgotos, aquedutos, água corrente, balneários, pavimentos, serviços de incendio, mercados, entre outros.

A cidade romana é considerada uma cidade consolidada onde se experimentava uma vida urbana, com uma centralidade reconhecida, o lugar do poder, e na periferia uma área rural, mais, ou menos, extensa. Estas cidades surgem de diferentes contextos, podendo-se reconhecer três situações, sendo que, por consequência, originavam traçados urbanos diferentes. É possível, então identificar as cidades que surgem como desenvolvimento das antigas aldeias e povoações indígenas, as que surgem como consolidação de antigos acampamentos militares e colónias de veteranos e ainda aquelas que surgem por ampliação de grandes propriedades rústicas.

O povo romano era um povo prático e organizado, como tal, procurava soluções simples e claras, resultando na procura pelos traçados regulares e geométricos, recorrendo à arte, ornamentação e escala como meio de expressão de poder e majestosidade. As cidades que melhor representam os seus ideais urbanos são aquelas que têm origem em acampamentos militares, caracterizadas por um perímetro retangular muralhado, com dois eixos centrais principais, perpendiculares, onde no centro ficava a zona mais nobre a cidade com o foro, templos, a cúria e a basílica, sendo a restante malha, uma malha perfeitamente regular, marcada por quarteirão retangulares. A cidade de Timgad, na Numídia (Argélia), é um bom exemplo deste tipo de cidade do Império Romano (fig.07).

Nem sempre era possível a concretização da cidade ideal romana quer por motivos topográficos do lugar, quer por preexistências no território, como é o caso das cidades que surgem a partir da evolução das antigas aldeias e povoações indígenas. Nestas situações, os romanos procuravam equipar a cidade com conjuntos urbanístico-arquitetónicos de grande impacto, que funcionavam como espaços centrais da cidade. Eram construções imponentes pela sua escala e geometria, vistos com enclaves monumentais, dentro de tecido urbano irregular, muitas vezes encaradas como próprias composições urbanísticas, são exemplo palácios, templos, anfiteatros e circos (fig.08).

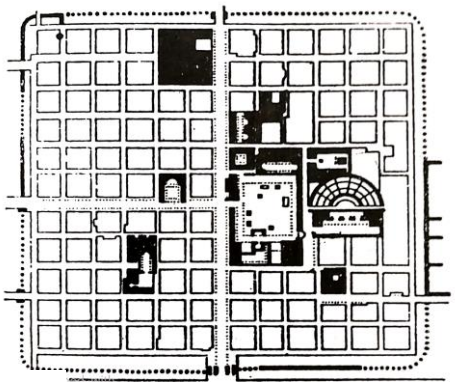


Fig.07 Timgad

Traçado tipo regular de uma cidade Romana

Fig.08 Pompeia

Traçado irregular tipo de uma cidade Romana

A cidade de Olíssipo ergue-se no contexto anteriormente referido quer pela topografia acentuada quer pela anterior ocupação autóctone. Deste modo, destacam-se duas importantes estruturas romanas cuja memória perdurou até à contemporaneidade, são elas o teatro que pode ser vivido através das suas ruínas, e o circo romano que ainda pode ser sentido pela permanência da sua geometria na malha da cidade de Lisboa, correspondendo atualmente à Praça do Rossio (fig. 09, fig.10 e fig.11).

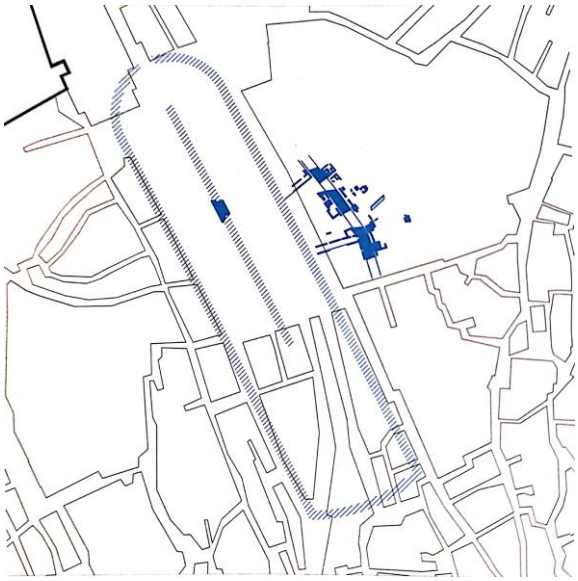


Fig.09 O circo romano na planta de Lisboa antes do terramoto

Fig.10 Imagem aérea do circo romano de Mérida na atualidade

Fig.11 Imagem aérea da Praça do Rossio na atualidade

A cidade Islâmica

A cidade islâmica está baseada na vida privada e no sentido religioso, originando uma cidade que se entende por Cidade Íntima. Este carater da cidade deve-se à cultura muçulmana, onde todo o poder vem e é exercido por Deus, que se manifesta através do livro sagrado, o Corão. Deste modo, toda a filosofia, moral, política e legislação, ficam reduzidos aos textos deste livro sagrado, tendo a cidade o propósito do lugar onde se adora o Deus Supremo, onde se lê o seu livro e onde as suas ordens são cumpridas.

O carater da cidade Islâmica é profundamente religioso, onde a casa se revela como o espaço mais importante da cidade, sendo um lugar de privacidade, recolha, oração e adoração ao seu Deus. Esta ideologia muçulmana pode ser compreendida no versículo 4 e 5 do capítulo XLIX do Corão, onde, abordando "O Santuário", se referem à casa, lendo-se *"O interior da tua casa - disse Maomé – é um santuário: os que o violem, chamando-te quando estás lá dentro, faltam ao respeito e devem ao intérprete do céu. Devem esperar que saias dali: exige-o com decência."*. Tal crença leva a que estas cidades sejam construídas de dentro para fora, ou seja, da casa para a rua, em oposição às cidades ocidentais, onde as cidades são desenhadas segundo um traçado de ruas e os edifícios vão ocupando o seu lugar, limitando do lugar público com as suas fachadas que valorizam estes lugares exteriores.

Para os muçulmanos, como vimos, o espaço privado é o mais importante, por isso, as casas são recintos completamente fechados, com as fachadas exteriores cegas, desprovidas de qualquer elemento arquitetónico, não manifestando o tipo de riqueza ou posição social, podendo estar por de trás do muro um grande palácio, ou uma modesta casa. São assim edifícios que vivem do pátio interior, um lugar de contemplação, intimidade, onde se desfruta da vida ao ar livre dentro de um espaço primado. É, nestes pátios, que se erguem as fachadas, mais ou menos ricas, dependendo do valor do edifício. Tal realidade dá-se como sinal de respeito e igualdade para com os outros, não ostentando no exterior, a sua hierarquia ou fortuna, já que, todos são iguais perante o seu Deus.

Fig.12 Traçado do Bairro de Albaicin, Granada

Fig.13 Traçado do Bairro de Alfama

A valorização da casa na cultura árabe, leva a que, nestas cidades, as ruas se caracterizem pela sua irregularidade, pela constante alteração de largura e dimensão e pela sua ramificação que muitas vezes termina em becos sem saída, criando uma malha labiríntica num amontoado de edifícios (fig.12 e fig.14). Deste modo, o pátio é o lugar de desafogo da cidade, em vez da rua como acontece na tradição ocidental. A rua na cidade islâmica é, assim, vista como meio de acesso "sem rosto", ou seja, sem fachadas, ao lugar íntimo, a casa, e não como um espaço público, lugar de percursos e urbanidade. São ruas descontínuas, quebradas por esquinas e cotovelos, que, quebrando alinhamentos e uma perspetiva contínua, permite à cidade adquirir um sentido mais íntimo, não sendo um espaço privado, mas que também não se pretendendo um espaço público. Como descreve Fernando Chueca Goitia *"… foi a casa que prevaleceu e obrigou a rua a acomodar-se, um pouco sub-repticiamente, por entre os côncavos que as casas lhe deixavam. Daqui que as ruas se tenham tornado tortuosas, labirínticas e inverosímeis."* (GOITIA, 1982, pp. 13-14).

Fig.14 Rua na Medina de Fez, Marrocos

Fig.15 Trav. de São João da Praça

Uma vez que a rua não era vista como espaço público, o povo árabe reunia-se nos pátios das mesquitas, nos banhos e nos mercados, sendo estes três os únicos espaços da cidade onde havia manifestações de relações sociais. Os mercados ou "souks", importantes para a atividade económica da civilização, eram vistos como os principais espaços públicos da cidade (fig.16). Fixavam-se nas portas da cidade, tidas como grandes vestíbulos, onde se vivia um sentido de urbanidade.

Fig.16 Souk na Medina de Marraquexe, Marrocos

Aquando a reconquista cristã da Península Ibérica, o legado deixado pelo povo muçulmano era mal visto, por isso foi feito um esforço por o apagar, perdendo-se, deste modo, muita da sua herança. Contudo, em Lisboa, podemos reconhecer algumas marcas deixadas por esta civilização, como por exemplo através da toponímia, que é o caso do Bairro de Alfama que decorre da apropriação do termo árabe "Alhama", que significa "fonte quente", note-se a importância dos banhos para a cultura islâmica, ou ainda pelo traçado irregular num edificado denso, marcado por vários pátios. É também possível encontrar adufas, na atualidade, que são elementos que a civilização árabe utilizou de modo a adaptar a anterior cidade de Olíssipo, à sua cultura de carater privado e sagrado, ocultando os vãos que se abriam para as ruas.

A Idade Média é marcada por uma civilização rural que se dissipa pelo território, perdendo-se alguma da importância da concentração urbana, uma vez que, a sociedade agrária estava na base da economia, onde o rei se auxiliava dos senhores feudais para defender o território em caso de guerra e para governar as terras, tirando do campo todos os bens necessários, levando à exploração da classe trabalhadora. Desde modo, as cidades medievais tinham um caracter campesino, que se manifestava na arte, na sua vida eclesiástica, na política, na organização social, na economia e na vida militar.

Tanto quanto o feudalismo, a vida monástica tinha grande importância na Idade Média, uma vez que o mosteiro era um edifício religioso isolado, fora da cidade e com uma forte relação com o campo, tendo também ele um importante papel para a exploração das terras, como ilustra a figura 17.

Fig.17 Assim seria Lixbûna

Pintura onde se observa atividades rurais no primeiro plano e ao fundo avista-se a cidade densa intramuralhas

O crescimento das cidades, neste tempo, deve-se ao surgimento de uma nova burguesia, que procurava desenvolver negócios próprios, de modo a se libertarem da servidão do campo. A pouco e pouco a concentração de população nos centros urbanos vai aumentando, assistindo-se a uma migração do meio rural para a cidade, movido pela procura de uma vida melhor por parte da classe agrária que procurava estabelecer na cidade, o seu próprio negócio. Procurava, assim, lugares de tráfico,

como por exemplo mercados importantes, portos, vilas de artesãos, etc. Dado o seu carater comercial e portuário, a cidade de Lisboa, era um dos lugares que oferecia as condições desejadas por esta nova classe (fig.18).

Fig.18 Vista da Praia de Santos, 1877, Lisboa

Observa-se negociantes, ricos e pobres, que beneficiam do comércio transatlântico, junto à atual Rua da Boa Vista, onde construíam os seus palacetes, unidade manufatureiras e oficinas de artífices.

A par do crescimento da cidade medieval, assistiu-se à criação e desenvolvimento do sistema legislativo, como forma de governar e ordenar estes centros urbanos em crescimento. Assim, as cidades tinham um sistema jurídico forte a fim da aplicação de penas mais gravosas para os infratores das cidades. Esta necessidade surge da concentração de vagabundos e malfeitores nos centros urbanos. Outra norma que a legislação introduziu na cidade foi o pagamento obrigatório de uma taxa municipal, tendo como finalidade, o contributo para as despesas em obras comuns e para a manutenção da via pública. Inicialmente, surge como uma contribuição voluntária da burguesia para cobrir os custos que a muralha da cidade impunha, sendo que apresentava como um elemento fundamental para a cidade medieval. Apenas mais tarde é que esta contribuição se torna vinculativa, estendendo-se a toda a população urbana. Segundo Pirenne (1970) *"comuna comercial e industrial que habitava dentro de um recinto fortificado, gozando de uma lei, de uma administração e de uma*

jurisprudência excepcionais que faziam dela uma pessoa coletiva privilegiada." (Pirenne citado por GOITIA, 1982, p.87).

Fisicamente as cidades medievais são facilmente caracterizáveis, uma vez que, por razões defensivas, situavam-se geralmente em lugares dificilmente expugnáveis, como em colinas ou sítios abruptos, ilhas e lugares junto a rios, de modo a que as características do lugar se tornassem um obstáculo ao inimigo. Posição ideal para uma destas cidades é, por exemplo, numa colina rodeada por um fosso natural de um rio, é o caso da cidade de Toledo, ou uma saliência avançada na confluência de dois rios. Tais características de ordem territorial, obrigavam a cidade a adaptar-se à difícil topografia, originando malhas irregulares, onde o traçado tentava resolver os obstáculos que a localização impunha (fig.19).

Fig.19 Lisboa do séc. XVI

As cidades medievais resultam de um crescimento natural e orgânico, por isso a variedade de formas planimétricas que encontramos são inumeráveis. Não obstante, estas cidades tendem a ter uma geometria radio-concêntrica, onde, em linhas gerais, as ruas principais partem do centro e desenvolvem-se radialmente para as portas do

recinto fortificado, maioritariamente circular ou elítico, e as ruas secundárias, de tráfego pedonal, encontram-se geralmente, em círculo, à volta do centro, ligando as primeiras ruas. Nestas cidades, o centro era ocupado por um edifício marcante, geralmente pela catedral, uma vez que eram cidades com um forte carater espiritual. Era nestes lugares que existia a praça onde habitualmente se faziam os mercados e se erguiam os edifícios mais caraterísticos para a cidade.

Consequência

Após a análise de várias e distintas culturas que construíram a cidade de Lisboa, concluímos que a sobreposição de todas as dinâmicas, culturas e formas de viver e construir a cidade, descritas, geraram a malha que hoje caracteriza a Colina do Castelo. Decorre como consequência das sucessivas mudanças, quer do sentido formal, quer do espiritual, a que a cidade foi exposta, sendo, a cidade, a cada conquista, sujeita a alterações, de modo a responder às necessidades dos novos ocupantes, dado que, nem sempre o sentido de rua, praça, espaço ou edificado foram os mesmos. Assim Lisboa resulta de uma constante sobreposição e adaptação da cidade antiga à nova cidade, dados os diferentes ideais das anteriores civilizações que ocuparam o território, confinando-se que a cidade é consequência de um processo temporal, onde o passado é em parte experimentado no presente, através de elementos que foram permanecendo na cidade, alimentando, assim, a relação que se constrói entre os cidadãos e o lugar.

1.2. Morfologias

A Colina do Castelo

A Colina do Castelo é um lugar de acentuada topografia, onde a morfologia do tecido urbano se ajusta aos declives, desde o topo da colina, descendo pelas suas encostas até chegar às cotas mais baixas. Resulta, deste modo, num tecido orgânico, formado por ruas estreitas que contornam a colina e por percursos acidentados que criam uma rede de circulações interna, estabelecendo, também, ligações às áreas envolventes. Neste tecido é possível identificar três bairros históricos, na vertente sul o Bairro de Alfama, no topo o Bairro do Castelo e na vertente noroeste o Bairro da Mouraria, e ainda resquícios de antigos palácios, conventos e antigas áreas agrícolas. Este

conjunto gera um tecido urbano único, com espaços públicos diversificados e carregados de significado, onde a presença da herança e da memória é inegável.

Fig.20 Planta do edificado do centro antigo de Lisboa

A fim da leitura do tecido urbano, importa agora fazer uma análise da sua forma na atualidade (fig.20), tendo em conta os acontecimentos que estão na sua origem, pois a cidade deve ser interpretada e compreendida como um todo, não se perdendo de vista a reflexão de que a cidade nasce da sua experiência. Assim, como defendido por Dias Coelho (2015), no texto *O Tecido, Leitura e interpretação, a* interpretação da cidade deve compreender estas duas abordagens, a análise da forma, que será feita neste momento do trabalho, e a sua justificação, a partir de acontecimentos de estão na sua origem, já feita em 2.1. *Memórias de um Percurso*.

Tecido

No tecido de uma cidade é possível distinguir diversas partes, que em si mesmas partilham características, ou seja, em cada parte da cidade, os diversos componentes do tecido, que são o traçado, o parcelamento e a malha, apresentam as mesmas características que estão articuladas da mesma maneira. Por estas partes da cidade entendemos como "tecidos homogéneos", cujas morfologias resultam de fases de desenvolvimento da cidade, operações concretas ou suportes naturais distintos (DIAS COELHO, 2015).

Olhando para a zona central de Lisboa, numa tentativa de definir tecidos homogéneos, deparamo-nos com elementos que, não pertencendo a nenhum dos tecidos construídos, articulam os tecidos justapostos. Deste modo, verifica-se uma fragmentação do tecido da cidade de Lisboa que revela, as várias confrontações a relevos, mais, ou menos, acentuados; as zonas de renovação integral, o caso da Baixa de Lisboa; ou ainda novas zonas de crescimento da cidade, o caso do Bairro Alto, como demonstrado na figura 21.

Fig.21 Os tecidos da Colina e a sua relação com a topografia e elementos agregadores

Encontrados estes elementos excecionais tornam-se mais claros os distintos tecidos homogéneos. Para podermos comparar de forma objetiva esta distinção, é feita uma tabela de amostras dos vários tecidos, que, postos lado a lado e à mesma escala, leva-nos a perceber a riqueza formal da cidade, bem como as suas diferentes características, iludindo até, que não se encontram na mesma escala (fig.22).

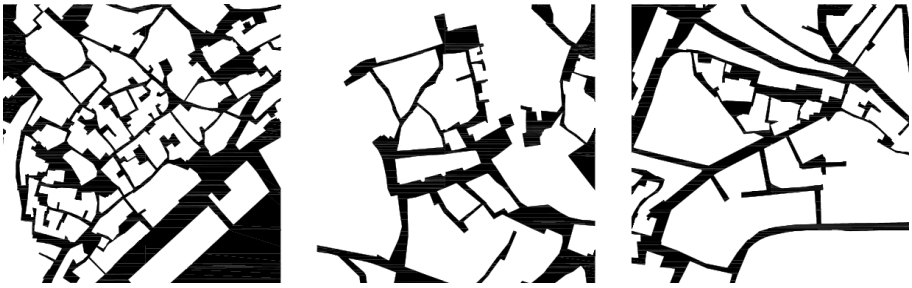


Fig.22 Amostra dos tecidos de Alfama, Bairro do Castelo e Mouraria, respetivamente

Uma vez feita a identificação dos diferentes tecidos do centro da cidade, é oportuno compreender o tecido do Bairro de Alfama (fig.24) e o tecido da Mouraria (fig.25). A escolha destes dois justifica-se pelo facto de ilustrar duas situações distintas perante contextos diferentes, de lugares que fazem parte da área de intervenção. Tendo como base duas amostras do tecido destes bairros, a sua leitura será baseada num método de decomposição do tecido, tendo como referência a abordagem feita pelo conjunto de textos do livro *Os Elementos Urbanos* (DIAS COELHO, coord., 2015), que consiste na desagregação abstrata dos diversos elementos que compõem o tecido, são eles o traçado urbano, o parcelário e a malha.

Decomposição Sistémica; Traçado; Parcelário; Malha

Por traçado urbano entende-se um conceito abstrato e bidimensional que representa apenas duas realidades, a branco a área ocupada pelas parcelas e a preto o espaço coletivo que as estrutura (FERNANDES, 2015), enquanto que o parcelário representa as unidades autónomas e com interesse próprio, que constituem a cidade parcelar (LEITE, 2015). Por fim a malha que consiste num modelo de especulação intelectual que define o esquematismo do sistema que está na base da ordenação formal do traçado. Tem por base a simplificação, supressão e esquematização do traçado, podendo estar na sua ordenação um sistema prévio desenhado, escrito ou simplesmente linhas de força que involuntariamente surgiram numa malha irregular,

por força de fatores temporais e físicos, que estruturam o tecido urbano (TRINDADE, 2015).

Alfama

O Bairro de Alfama é um dos mais típicos bairros da Colina do Castelo, marcado pela forte presença cultural que se faz sentir. Um lugar carregado de memória onde, ainda, se vive numa experiência de um tradicional bairro lisboeta. Como tal é um lugar particular da cidade com ruas, becos, pequenas e irregulares praças e pátios que se vão relevando nos interstícios de um edificado denso, que o torna único na cidade e indissociável da identidade da cidade de Lisboa (fig.23).

Fig.23 Becos de Alfama

Alfama localiza-se no sopé da Colina do Castelo orientada a sul, onde se reconhece uma zona de declive menos acentuado que permitiu construir a malha irregular que hoje conhecemos. A estas características de ordem topográfica, junta-se a sua proximidade ao rio e ainda fatores geológicos que geram, em Alfama, diversas

nascentes, com águas abundantes, que se revelaram significativas para a vida da população, servindo-se delas para consumo, banhos, termas, motivos medicinais, tanques para lavar e curar tecidos e peles. É de notar que as condicionantes observadas, vão ao encontro da, já abordada, teoria de Henri Pirenne, onde defende a justificação do lugar das cidades dado um conjunto de fatores, não artificiais, que criam condições à urbanidade.

Conhecemos o tecido de Alfama como um tecido irregular que se foi erguendo sem planeamento, dando resposta às necessidades de crescimento da cidade, densificando-se cada vez mais o edificado. Deste modo geraram-se ruas estreitas e sinuosas, becos, largos e pátios que surgem como negativo do construído, ou seja, como o espaço sobrante do edificado. Os largos pequenos e irregulares, funcionam como o espaço público do bairro, destacando-se o Largo de São Miguel e o Largo do Chafariz de Dentro, já que os mais variados arruamentos que são possíveis de encontrar, servem como caminho de acesso às muitas e pequenas parcelas, desde as ruas principais, a Rua de São Pedro e a Rua de São Miguel, que se encontram perpendiculares ao declive, percorrendo, deste modo, pontos de mesma cota; aos

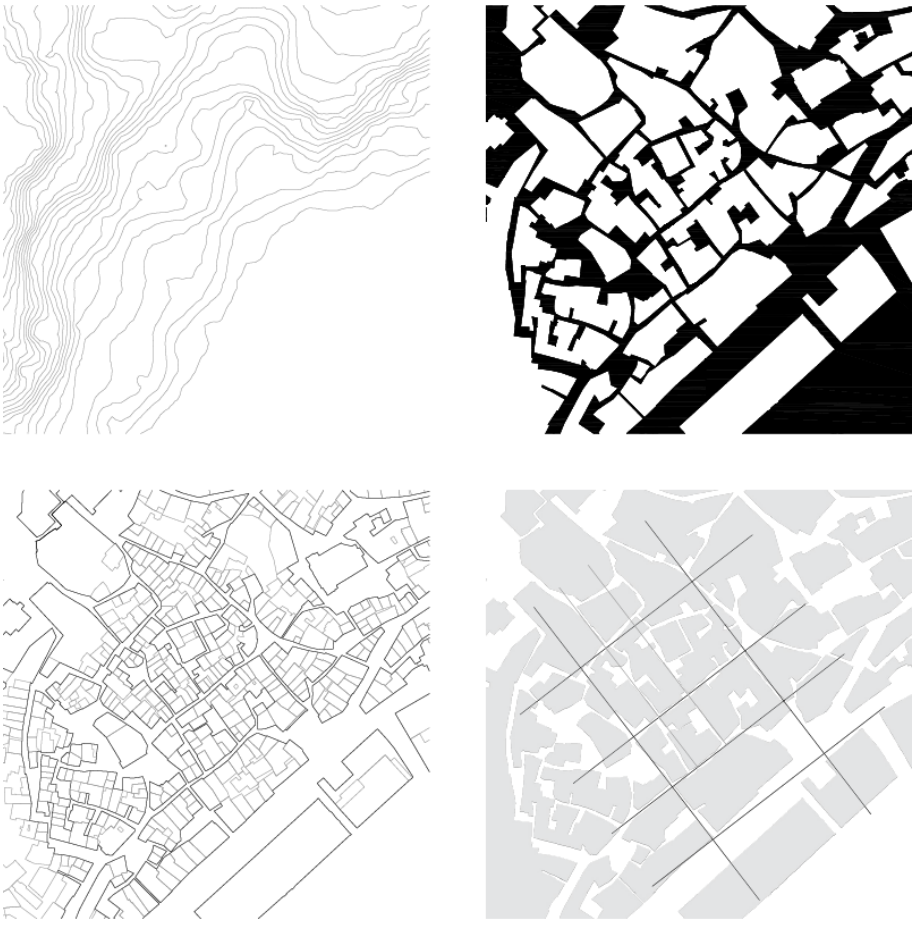


Fig.24 Decomposição sistémica do tecido de Alfama

becos que servem como percursos secundários alternativos aos percursos primários, estando tendencialmente transversais às primeiras, vencendo declives mais acentuados, exemplares são o Beco de Santa Helena, o Beco da Cardosa ou o Beco do Pocinho; e ainda aos becos mais exíguos e sem saída como é o Beco dos Cortumes.

Apesar de aparentemente labiríntico, consequência da diversidade de ruas irregulares, é possível identificar uma regra que ajuda a compreender a organização deste bairro, identificando-se de uma forma abstrata uma malha regular retangular neste traçado irregular com as ruas principais orientadas perpendicularmente ao declive e a secundárias, de declive acentuado, transversais às primeiras. Deste modo, geram-se quarteirões aproximadamente retangulares, que são perfurados por becos e pátios, de modo a tornarem acessíveis as muitas e pequenas parcelas que existem em cada um destes densos quarteirões.

Mouraria

O Bairro da Mouraria teve origem aquando a conquista cristã da cidade de Lisboa aos mouros. Neste acontecimento os cristãos expulsaram os mouros da cidade intramuralhas, que, não tendo lugar dentro da cidade, vieram-se a instalar no território que hoje conhecemos como Mouraria, lugar que naquele tempo eram terras exteriores à muralha. Atualmente, tal como Alfama, a Mouraria é um bairro caracterizador de Lisboa, mas que vive uma atmosfera multicultural, sendo mesmo considerado o bairro com maior diversidade cultural da cidade. Esta realidade leva-nos a refletir sobre a possibilidade de ser consequência da memória do acontecimento que esteve na origem do bairro, como defende Halbwachs (1997), da relação entre os cidadãos e o lugar, bem como da ideia que estes têm dele.

Na vertente oposta à de Alfama temos o Bairro da Mouraria, ou seja, na colina do Castelo orientada a norte. Esta colina é de declive bastante acentuado, e, deste modo, o tecido é resultado de uma adaptação e utilização da topografia, através da capacidade de ajustamento das condicionantes do sítio, bem como da integração das características morfológicas. O traçado da Mouraria é de maiores dimensões que o de Alfama embora, tal como Alfama, resulte num traçado irregular que procurou dar respostas às exigências impostas pelo crescimento da cidade, onde se reconhecem

duas ruas principais circulares, a Costa do Castelo e a Rua do Marquês de Ponte Lima, que, com uma geometria curva e sinuosa, une dois pontos à mesma cota, tornando o percurso mais eficiente. Estas ruas principais são atravessadas por um conjunto de outras ruas secundárias, travessas, becos e escadinhas, que percorrem a colina no sentido do declive e que vencem, quando possível, barreiras físicas impostas pela grande diferença de cotas, são exemplo as Escadinhas do Marquês de Ponte Lima, as Escadinhas da Saúde ou a Rua João do Outeiro.

Uma vez descritas as tipologias e organização das ruas da Mouraria podemos associar a uma malha radioconcêntrica, embora este bairro não tenha sido desenhado sobre qualquer tipo de geometria definida, com as principais ruas de forma circular em redor da Colina do Castelo e as secundárias de forma radial, unindo lugares de cotas altas a lugares de cotas baixas. As primeiras podem ser lidas na topografia da colina como patamares, que percorrem lugares com as mesmas contas em volta da colina.

O tecido da Mouraria gera quarteirões que funcionam como unidade de agregação entre vias, ou seja, resultam do espaço sobrante entre as vias que foram possíveis definir-se, dadas as variáveis impostas pelo lugar. Deste modo, onde a topografia é mais acentuada encontramos menos ruas e quarteirões de grandes dimensões com vazios no seu interior, e onde o relevo é menos acentuado, nas cotas mais baixas do bairro, ruas em maior número, logo, mais quarteirões e de menores dimensões que os anteriores, lógica esta que é acompanhada pelo parcelário da Mouraria, encontrando-se um edificado mais denso nas cotas baixas do que onde o relevo é mais acentuado.

Fig.25 Decomposição sistémica do tecido da Mouraria

Fig.26 Espaço público ativo

2. IDEAIS | Bairro, Comunidade e Memória

"(…) são a vida quotidiana, as situações comuns e os espaços em que a vida diária é vivida, que devem formar o centro da atenção e do esforço." (GEHL, 2017, p.51)

Tanto quanto o caracter material, mais concreto e objetivo, é importante compreender os conceitos imateriais, mais humanos e sociais, presentes na cidade, e que se revelam fundamentais para a sua qualidade urbana. Os lugares, a relação estabelecida entre os habitantes e o lugar, as deslocações, as relações interpessoais, a forma de viver o espaço público, entre outros, são temas que vamos agora abordar, a fim de melhor conhecer esta cidade viva que existe para além da cidade como matéria.

Bairro

Começando pelo polo social de uma cidade habitada, o bairro é amplamente estudado na sua relação com a cidade, no trabalho de autores como Aldo Rossi (2001), Kevin Lynch (1999) ou Léon Krier (1999) que procuram compreender a importância do bairro na estrutura da cidade; ou no trabalho de outros como Georg Simmel (1903), Henri Lefebvre (2009), Amos Rapoport (1978) e Jan Gehl (2014) que procuram investigar a articulação entre as estruturas físicas e sociais do bairro e da cidade; ou ainda no do Lefebvre que defende que o bairro se assume, não só, como a relação entre "o espaço geométrico" e "o espaço social", como também a forma que organiza o espaço e o tempo da cidade.

Do conjunto de autores importa salientar a ideia comum de que o bairro se apresenta como um organismo morfológico, definido pela homogeneidade física e sociológica, parcialmente autossuficiente, onde o património físico e a componente social são parte integrante do património da cidade, participando na definição da sua identidade, uma vez que, partilha do mesmo processo temporal que vai construindo a cidade.

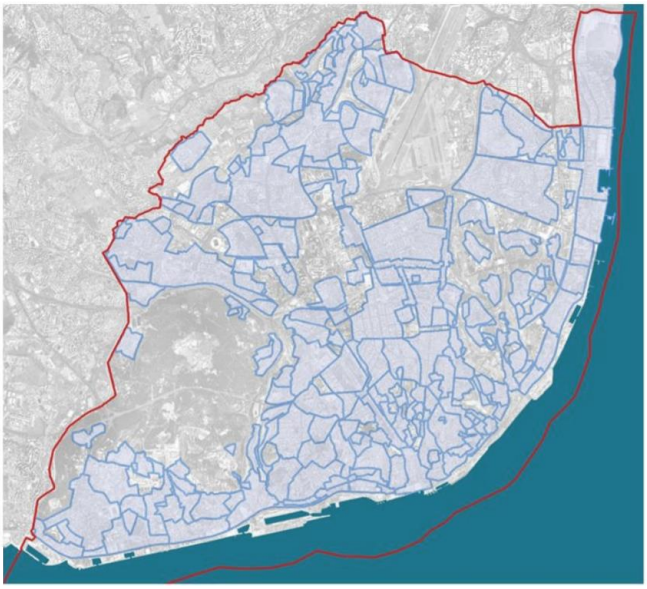


Fig.27 Carta dos bairros de Lisboa

Na cidade encontramos uma grande diversidade de bairros (fig.27), onde podemos identificar vários aspetos como a sua função, os seus limites, a sua homogeneidade e ainda as suas vivências. Este conjunto de características presentes em cada bairro, permite-lhes serem autossuficientes em si mesmo, sem que dependam dos seus contíguos, pois são capazes de dar resposta às exigências de habitabilidade, que, segundo Léon Krier *"integram a totalidade das atividades, funções e usos urbanos, habituais ou eventuais, públicos ou privados, comerciais, produtivos, residências, escolares, recreativos."* (KRIER, 1999, p.121). O autor vai mais longe e defende que o bairro é definido pela existência de uma escola infantil ou primária, um mercado quotidiano ou abastecimento alimentar, um mínimo de um posto de trabalho por habitação e ainda equipamentos de saúde, cultura e lazer, que, no seu conjunto, não distam mais de dez minutos percorridos pelo peão.

Pois isto, defende-se que a área de um bairro é o espaço onde existe homogeneidade, quer seja tipológica, física ou sociológica, sendo que a alteração de um destes fatores é suficiente para fixar o seu limite, como por exemplo, antiguidade do bairro, modos de vida, memória ou história, características da população (profissão, faixa etária, etc.), características diferenciadoras do restante tecido urbano, diferenciação económica, social, histórica, entre outros.

O bairro é assim parte da estrutura urbana, uma forma física que cresce no território, onde se partilha uma lógica espaço-social. Deste modo, existe uma forte identidade coletiva, que faz parte da memória da cidade, o que promove a construção dos laços sociais entre os indivíduos, entre eles e a cidade, bem como entre estes e a sociedade. Assim, a fronteira é um facto sociológico que adquire uma forma espacial, e não um facto espacial que define fatores sociológicos. Esta partilha socio-espacial leva a um espírito comunitário entre os indivíduos.

Comunidade

O conceito de comunidade está associado à definição de bairro existindo uma forte ligação de cada indivíduo ao seu bairro, sentimento que é comum a todos os habitantes. Deste modo, geram-se relações interpessoais e um forte espírito comunitário. Nos bairros antigos encontramos um sentido de vizinhança mais presente, já que a sua relação com o bairro e com a comunidade, ganha um significado simbólico, social e cultural. São lugares marcados por um forte sentido identitário, de memória e herança, e que oferecem segurança, intensificam a

profundidade e a intensidade da experiência humana, levando a um maior envolvimento do indivíduo na comunidade local, que se revela ativa. Em Lisboa são exemplo as marchas populares, onde as comunidades dos diferentes bairros de Lisboa apresentam a marcha que representa seu bairro, a qual foi sendo trabalhada em comunidade durante o ano (fig.28).

Fig.28 Marchas populares

Evento representativo do sentimento comunitário

Memória

O tema da comunidade levamos a abordar o conceito de memória, já que, segundo Halbwachs (1997), a memória vive da relação entre o lugar e os cidadãos, ou seja, a par do conceito de comunidade, está dependente de fatores socio-espaciais. Deste modo, a memória é, não só o conjunto de fatores históricos que resultam do processo evolutivo que foi construindo a cidade e a sua identidade, como também a ideia que a população tem do lugar, sendo aquilo que o lugar representa através dos seus elementos físicos que se foram prolongando no tempo, que segundo Rossi (2001), se entende por permanências, como também a cultura e a tradição do lugar e do seu povo, dos saberes e dos costumes, podendo até considerar que um mito é também parte da memória de um lugar e do seu povo. Exemplo deste argumento é a toponímia de diversos lugares, que, na Colina do Castelo, podem ser dados como exemplos o Beco dos Curtumes, o Beco das Barrelas, o Largo das Alcaçarias (figs. 29, 30 e 31) ou ainda o Largo do Terreiro do Trigo também denominado por Campo da Lã, por ser onde a lã secava após ser lavada no Beco dos Curtumes.

Fig.29 Largo das Alcaçarias

Fig.30 Pormenor do painel de azulejos do Largo

Fig.31 Painel de azulejos do Largo

Largo que dava lugar à abundante Fonte das Ratas, onde havia um tanque utilizado pelas mulheres para lavagem de roupa, couro e lã. Inegável presença da memória dada a sua toponímia e painéis de azulejos com motivos de água

Deste modo, a cidade é mais complexa do que apenas os elementos físicos que a constituem, quer sejam monumentos, edifícios comuns ou singulares, o seu traçado como ruas, praças ou largos. É um organismo policêntrico, composto por pequenos organismos autónomos, consequência do processo temporal que constrói a cidade, originado não só pelas "permanências" de Pirenne, como também em todo o seu significado histórico-social e a ideia que a população tem deste. Assim, ao olharmos a cidade, devemos ir para lá do visível, compreendendo as dinâmicas entre os indivíduos e entre estes e o lugar, já que esta relação é o caracter distintivo da cidade.

2.1. Memórias de um Percurso

Pretende-se com este trabalho estudar e propor formas de valorizar a vida e as vivências da cidade, promovendo a permeabilidade do tecido urbano, através de um percurso que se estabelece por intervenções que potenciam o espaço público e as atividades urbanas. Deste modo, vamos estudar o tema do percurso sob a abordagem de Francesco Careri (2002), que, dada a temática, é oportuna, visto que, pode ser tida como uma leitura da memória do que veio sendo entendido, ao longo dos vários tempos, por percurso.

Percurso como necessidade

O percurso surge com a necessidade nómada do homem em atravessar o território na busca de alimento e na procura de condições indispensáveis à sobrevivência. Uma vez satisfeitas estas exigências primárias, as seguintes civilizações, depressa transformam o mero espaço atravessado, numa ação estética, capaz de gerar e organizar o território, ganhando o percurso, ou o ato de caminhar, um valor simbólico. É então, que o termo percurso passa a referir, ao mesmo tempo, o ato de atravessar o território (ação de caminhar), a linha que atravessa o espaço (percurso como objeto arquitetónico) e o relato de espaço atravessado (como estrutura narrativa).

Tal entendimento, apenas, é consciencializado no século XX, com o surgimento de correntes artísticas como o Dadaísmo ao Surrealismo (1921-1924), a Internacional Situacionista (1956-1957) e o minimalismo da Land Arte (1966-1967), onde se começa a propor o percurso como forma estática, percecionada pelos caminhantes, presente e transformadora da arquitetura e da paisagem. Primeiro com manifestos de base literária e depois experimentada através da cultura com a Landa Arte.

O homem começa por se deslocar como resposta às suas necessidades primárias, procurando a recolha de alimento e a caça, dando origem ao que se entende por percurso errático. Este percurso errático é a primeira transformação da paisagem, com a variação das perceções que o homem recebe do lugar quando o atravessa, embora não se observe qualquer sinal visível, sendo apenas uma modificação cultural e do significado do lugar para quem o atravessa. Mais tarde, com a domesticação dos animais, ou seja, do pasto, e dos vegetais, a agricultura.

A distinção entre a civilização agrícola e a pastora, deu origem ao mito de Abel e Caín, utilizado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1980) para explicar os dois tipos de comunidades, que, dado o seu modo de vida, são responsáveis pelos dois tipos de espaços e percursos. Abel representa o homem nómada, que dedicando-se à cultura dos animais, percorre o território a fim de pastar os animais, sendo associado à arquitetura, uma vez que se a sua intervenção no e com o território, ou seja a arquitetura, baseia-se na perceção e construção simbólica do espaço, enquanto que, Caín representa o homem sedentário, o dito arquiteto, uma vez que, por arquitetura, entende a construção física do espaço e da forma. O mesmo é dizer que estamos perante o nascimento da arquitetura como princípio de construção da paisagem, com Abel, e da arquitetura do espaço interior, com Caín, através da evolução do nomadismo das primordiais deambulações erráticas.

Percurso como ação estética

A fim de encontrar uma consciencialização do percurso como forma estética, como uma ação simbólica, temos de percorrer o tempo até ao ano de 1921, em Paris, aquando a formação do Dadaísmo. Esta corrente artística pretendia romper com a arte tradicional e com as suas formas de representação, deste modo, encara o espaço percorrido como forma de arte autónoma, de modo a utilizar o espaço percorrido como forma estética capaz de substituir a representação, ou seja, passam da representação para o movimento na sua prática real, sendo todo o sistema tido como forma de arte. Esta ideia é experimentada por Walter Benjamin, nos anos 20 do século passado, que se serve do passeio por Paris como forma artística que se insere num determinado tempo e espaço.

Percurso Dada

Deste modo, a posição Dada, com os textos de Tristan Tzara (1916) afirma-se oposta à cidade do futuro, a cidade dos fluxos, da velocidade e dos automóveis, atribuindo o valor estético ao lugar e não ao objeto. Esta ideia está presente na operação de Saint-Julien-le-Pauvre (1921), onde publicou na imprensa "nova interpretação da natureza aplicada desta vez não à arte, mas à vida"[1](CARERI, 2002, p.70), representando uma chamada revolucionária para a vida quotidiana, contra a arte e o quotidiano contra o estético. Assim os artistas passam a olhar para o lugar banal como arte e a intervir diretamente na cidade e não apenas através de objetos colocados na cidade.

O movimento Dada introduz deste modo o conceito do inconsciente da cidade, na altura em que surgem a investigações freudianas, intervindo não num lugar da cidade

[1]Tradução livre de *"new interpretation of nature applied this time not to arte but to life"*.

previamente eleito, mas sim num percurso errático por um vasto território, que vai guiando o indivíduo de forma inconsciente. Esta posição marca a passagem para o Surrealismo que encara a viagem como um ato sem finalidade e sem objetivo, convertendo-se na experiência em si, exprimindo-se os surrealistas através de textos sobre o espaço, descrito sobre um mapa mental do território, como mostra a fig. 32, ou seja, da psicogeografia que cada indivíduo desenvolve do território.

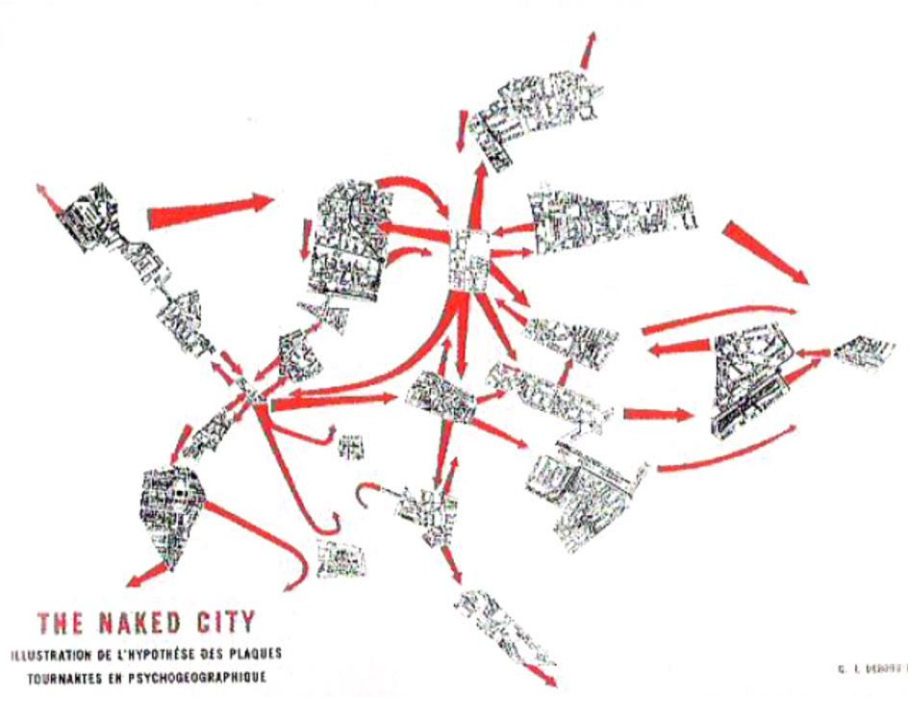


Fig.32 Guia psicogeográfico de Paris, 1957

Deste modo, os surrealistas defendem uma relação pessoas/espaço, uma vez que o espaço, ativo e vibrante, guia o indivíduo de forma inconsciente, sendo produtor autónomo de afetos e relações. Deste modo, cria-se a *"Deambulação é a conquista de um estado de hipnose ao caminhar, uma desnorteante perda de controle. É o meio através do qual se entra em contato com parte inconsciente do território"*[2] (CARERI, 2002, pp. 82-83) e introduz-se a ideia dos territórios do inconsciente, tendo como base o nascimento da psicanálise. Esta ideia está presente na publicação "Le Payson de Paris" de Louis Aragon (1924), onde são descritos lugares inéditos e relatos de vida que existem no interior das cidades, para além dos itinerários turísticos, como que uma espécie de universo submergido e indecifrável. Assim, a mente atravessa o

[2]Tradução livre de *"Deabulation is the achievement of a state of hypnosis by walking, a disorienting loss control. It is a médium through wich to ente rinto contact with unconcious part of territory".*

espaço público, do mesmo modo que a cidade se revela por uma realidade invisível e imaterial. Por conseguinte, o trabalho dos surrealistas resulta numa investigação psicológica da relação humana com a realidade urbana.

Em suma, o dadaísmo trata o espaço como lugar estético mediante ações simbólicas, abandonando-se as formas tradicionais de representação, intervindo diretamente no espaço público. Já o surrealismo surge como ideal não tão interessado pela estática, mas mais pelo ato de percorrer o território, conhecendo e descobrindo zonas inconscientes da cidade, ou seja, a parte da cidade que não é projetada e por isso impossível de representar, resultando o surrealismo em textos. O fato de os surrealistas não terem sido capazes de concretizar as suas ideias, motivou o movimento situacionistas a, também, trabalhar o tema de percorrer o território, acusando os surrealistas de não terem levado a sua tese até às últimas consequências, defendendo que estes não têm obra nem artistas.

Dérive

Em 1927 estabelece-se uma nova corrente artística, a Internacional Situacionista, que introduz o conceito de *dérive*, no seguimento da visita dos Dada e da deambulação dos surrealistas. Por *dérive* entende-se como uma atividade lúdica que, tal como no surrealismo, aponta para as zonas inconscientes das cidades e investiga a influência psíquica dos contextos urbanos nas pessoas, mas propõe uma superação da corrente anterior, procurando uma aproximação mais objetiva, ou seja, o espaço físico para além do que apenas o subjetivo e o inconsciente.

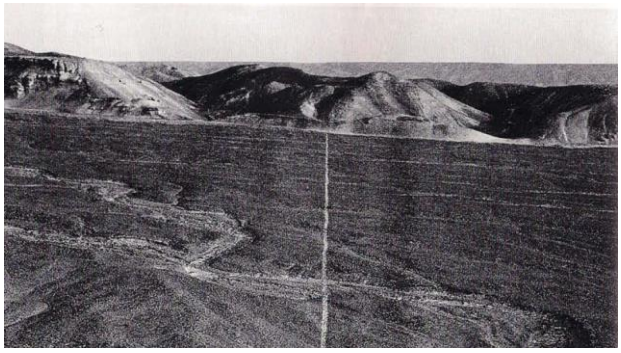
Os Situacionistas rejeitam a separação entre a vida real, alienante e aborrecida, e a vida imaginária do maravilhoso, acreditando que a própria realidade se torna maravilhosa. Deste modo, o trabalho desta corrente converte-se em textos, como que guias de itinerários exóticos e multiétnicos que devem ser percorridos a pé. Aceita assim o acaso, mas, contrariamente aos surrealistas, não se baseiam apenas nele, submetendo a deambulação a regras que são previamente estabelecidas.

Land Walk

Land Arte

Em 1966, o tema do percurso é mais uma vez questionado, quando Tony Smith viaja pelas novas urbanizações norte americanas em construção e observa que a rua, não é mais do que, uma linha de asfalto sobre o solo. Smith, anuncia assim o fim do percurso como forma de arte. Esta publicação de Smith originou desconforto no meio artístico que entrou em defesa da continuidade do percurso como forma estática, cria-se, então, o conceito *Land Walk.*

A fim da preservação e valorização da ação de atravessar o território, a *Land Walk,* expressou-se através, da chamada, *Land Arte* que trabalhou a escultura e a arquitetura como objetos inorgânicos, que segundo Hegel, são obras, estéticas e simbólicas, que procuravam marcar o território percorrido. Sobre a *Land Arte*, importa destacar o trabalho de dois escultores, que partilhando do mesmo ideal de olhar para o ato de andar como arte e para a rua como escultura, tinham abordagem opostas, são eles Carl Andre (1977) e Richard Long (1972). Enquanto que Long (fig. 33) trabalha a ausência de objetos, sendo a arte de andar que gera a escultura, ou seja, a própria travessia como experiência, Andre (fig. 34) assume a instalação do objeto, sobre o qual é possível andar sendo o objeto materializado que realiza a travessia do lugar.



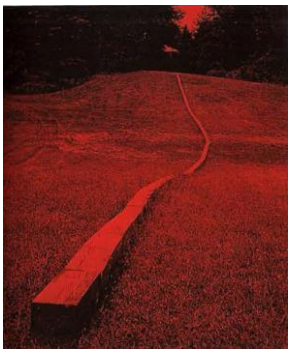


Fig.33 Walking a Line, Richard Long (1972)

Fig.34 Secant, Carl Andre (1977)

Em suma, com a Land *Walk*, o mundo converte-se num território estético, resultado do ato de andar, sendo que, se tem consciência de que não é uma base de trabalho artística "em branco", mas sim um lugar com infinidades de sedimentos históricos e geográficos que definem a intervenção, encarada como ato de acrescento à base (ao território). Deste modo, a estrutura física do território, reflete-se no movimento do corpo que o percorre, apreendendo os acontecimentos do percurso, as sensações, os obstáculos, os perigos e as variações do terreno.

Feita a anterior discussão teórica, importa esclarecer, que se considera que o percurso começa, por um lado, a ser tido como o espaço atravessado, e por outro, como uma estrutura narrativa. O percurso é, assim, uma forma de intervenção urbana, formada por sucessivos espaços que surgem de forma espontânea, e também

um ato estético, repleto de significados simbólicos. É com a perceção desta última dimensão que se começam a estabelecer, sendo que a arquitetura não só potencia o percurso como é seu integrante, tal como o percurso o é da arquitetura.

2.2. A Cidade Vivida

Atividades necessárias, opcionais e sociais

Parte integrante e indissociável de um percurso urbano é o espaço público, a relação entre este e as pessoas e ainda as relações interpessoais que nele acontecem. O ato de caminhar é o ponto de partida para a cidade que se pretende vivida, uma cidade que ofereça um espaço público de qualidade, criando lugares para caminhar e para permanecer, que se conectam com as atividades quotidianas, possibilitando outras mais atividades, pois, segundo Jan Gehl (2017), uma cidade vivida é uma cidade com versatilidade de atividades.

Gehl define três tipos de atividades; atividades necessárias; atividades opcionais e atividades sociais. Por atividades necessárias o autor entende as que são obrigatórias, como por exemplo, ir para trabalho, que estão pouco dependentes do ambiente ou das condições que a cidade tem para oferecer, contrariamente às atividades opcionais que são promovidas pela qualidade urbana, ou seja, uma cidade dotada de lugares que convidem à permanência e aos consequentes acontecimentos espontâneos. Recuperando o exemplo da deslocação para o trabalho, imaginamos que se no trajeto existir um largo com bancos à sombra e uma vista desafogada onde podemos observar diferentes atividades, sentimo-nos tentados a parar, sentar, ver e ouvir o que nos rodeia, ou seja, somos convidados a uma atividade opcional, o que não aconteceria na ausência de um espaço como o descrito, apenas realizaríamos o mínimo de atividade, neste caso apressar-nos-íamos a ir para o trabalho. As terceiras atividades, as sociais, são aquelas que acontecem espontaneamente como consequência de as pessoas estarem no mesmo lugar, ou seja, dependentes das condições do espaço público tal como acontece com as opcionais. Recuperando novamente o exemplo dado, acrescentamos uma terceira situação, imaginando que

uma outra pessoa se senta ao nosso lado e comenta um acontecimento que se observa a partir daquele banco.

Esclarecendo, existem três níveis de atividades; as necessárias, onde vamos diretos para o trabalho (fig. 35a); as opcionais, onde, no nosso trajeto, somos convidados a sentar e a permanecer num lugar (fig. 35b); e as sociais, onde somos abordados enquanto usufruímos do banco e de toda a sua envolvente/situação urbana (fig. 35c).

Fig.35 Níveis de atividade

Travessia numa rua onde nada se oferece ao espaço público.

Sentar para disfrutar de uma sombra num jardim

Conversar num banco onde a vista é privilegiada

a b c

Cidade viva, segura, sustentável e saudável

As atividades urbanas, nomeadamente as opcionais e as sociais, já que são essas duas que se possibilitam pela qualidade urbana, acontecem numa cidade viva, segura, sustentável e saudável. Por cidade viva entende-se uma cidade onde a vida urbana é variada e complexa, cruzando atividades sociais e de lazer, a fim da participação da população na vida urbana. Para que as pessoas se sintam convidadas para as referidas atividades, exige-se uma cidade segura, não só criminalmente, como também no tráfego, com áreas destinadas à circulação dos diferentes meios de locomoção suave, já que são meios de transporte mais lentos e convidativos a experiências urbanas, comparativamente com o rodoviário. O meio de transporte é também relevante para uma cidade sustentável, onde se premeia a deslocação pedestre e de bicicleta, combatendo-se assim o sedentarismo (caminhar e pedalar como rotina diária). Tem ainda como vantagem o facto de serem um meio de transporte barato, silencioso e não poluente, fatores que contribuem para uma cidade saudável.

Necessidade de interação

Procura-se uma cidade viva para satisfazer a necessidade humana de interação, contacto e conhecimento, que são tão determinantes quanto as necessidades físicas (comer, beber, dormir, …). É interessante referir o estudo apresentado por Gehl

(2017) onde se demonstra que quem trabalha em casa, demora, em média, três vezes mais tempo nas compras do que quem trabalha fora. O homem gosta de ver o homem, bem como as suas atividades, por exemplo, em bairros, como Alfama ou Mouraria, como nos mostra a figura 36, é costume vermos moradores à janela de casa a observar o movimento da rua, isto porque existe a necessidade humana em não se estar isolado e, a presença de outros, bem como das suas atividades, cria a sensação de estar acompanhado mas de uma forma relaxada e pouca exigente, ou seja, é uma relação de pouca intensidade, apenas se vê e ouve. Para lá desta, podemos identificar muitas outras formas de contacto como o direto, encontros, pedir informação, conversas casuais, inspiração ou estimulação.

Fig.36 Moradora

Moradora sentada à porta de casa a observar a rua e quem nela passa

A qualidade urbana está dependente da sua capacidade de promover atividades variadas, sendo que quanto maior for a sua variedade e a oferta, mais interessente será o lugar, já que, nestes espaços complexos, haverá mais que apreender e com que interagir. Deve-se pensar num lugar de possibilidades de encontro, um lugar de presença humana, com acontecimentos, inspirações e estimulações, isto porque, em lugares onde não há atividades, não oferecendo nenhum tipo estímulo, nada acontecerá nem ninguém irá usufruir desse lugar, ou seja, “nada acontece porque nada acontece”, já o contrário também é verdade. Por exemplo, se num largo existir um parque infantil e se estiver uma criança a brincar, outras crianças terão vontade de se juntarem à brincadeira, visto que, a interação é estimulante e rica em

experiências. Por outras palavras, se uma pessoa está a fazer uma coisa, há tendência para outras se juntarem, processo este que também se pode tornar negativo.

Destino como pretexto

Para que um espaço seja ativo tem de haver um pretexto que leva as pessoas a frequentá-lo, ou seja, tão importante quanto oferecer oportunidades para andar e para sentar, é importante dar-lhes oportunidades para agir e fazer coisas, motivando-as a estarem no espaço público. O sucesso deste conceito é maior quando aliado a atividades domésticas, juntando-se o útil ao agradável, "*Nos povoados de sociedades rurais, com um poço e um lavadouro comunitário, é ainda possível ver estes dois equipamentos funcionarem como os únicos catalisadores dominantes para situações de contacto informal.*" (GEHL, 2017, p.117), o mesmo acontece com tabernas onde se vai só para beber um copo, mas é certo que se encontra alguém com quem falar. São assim, situações como estas e outras (banco de jardim, cafés, mercearias, …), que servem como pretexto para ir e estar na rua (fig. 37).

Fig.37 Sapateiro

Sapateiro de rua serve como pretexto de contacto entre moradores

Projeto à dimensão humana

A cidade, capaz de satisfazer os vários requisitos referidos, tem de ser pensada à pequena escala, à dimensão humana, ao piso térreo, ao contacto direto com o homem, à vida quotidiana, às situações comuns e aos espaços que recebem a vida diária. Estas ideias prendem-se com espaços bem desenhados, mobiliário urbano correntemente disposto, com a relação entre os pisos térreos e a rua e ainda com espaços facilmente acessíveis através de percursos confortáveis, com distâncias

curtas, sem obstáculos e com acontecimentos interessantes, que tornam o percurso psicologicamente mais curto, uma vez que se criam etapas.

A importância de uma correta disposição do mobiliário, pode ser justificada com a necessidade de existirem apoios urbanos, como por exemplo encostar a um poste, ou um banco, uma árvore, uma coluna, entre muitos outros, já que nos é confortável estar junto a algo. Se observarmos uma praça, as pessoas tendem a fixar-se na orla, onde normalmente existem bancos ou pilares ou postes e até mesmo a própria da fachada, raro é encontrarmos alguém parado no centro de uma praça, na ausência de qualquer referência. Este facto justifica-se também pelo prazer de ver e observar o que nos rodeia e, estando num dos estremos de um lugar, temos as costas protegidas o que nos conforta, já que sabemos que não seremos apanhamos desprevenidos pois controlamos tudo o que nos rodeia. A figura 38 traduz esta tendência.

Fig.38 Apoio urbano

Boca de incêndio junto à fachada serve como ponto de repouso

Do mesmo modo, o desenho das fachadas bem como o que acontece para lá destas tem influência na forma como a cidade é vivida na medida em que as fachadas podem ser dinâmicas, criar recantos de encosto, zonas de sombra, elementos para sentar, contrariamente às fachadas monótonas onde não existe nenhum tipo de exceção. Estas frentes de rua devem permitir que o interior do piso térreo, possa ser visto da rua e que este possa ver o exterior, fazendo com haja uma simbiose entre as atividades interiores e as exteriores, procurando um lugar híbrido entre o espaço

público e o privado, isto é, o edifício não se deve fechar ao espaço público, procurando que o espaço público o sirva, mas é sim o edifício que deve servir o espaço púbico.

Em suma, após a compreensão da complexidade de interações, acontecimentos e experiências que fazem da cidade uma cidade vivida, importa esclarecer que é o ambiente físico que os condiciona. Assim, pretendem-se cidades para caminhar, permanecer e encontrar pessoas, potenciando várias atividades, que são promovidas através do cuidadoso desenho urbano à escala humana.

Fig.39 Depois do terramoto

3. REALIDADES | A atualidade dos bairros e da comunidade

"A cidade é o passado apropriado pelo presente e a utopia como projeto atual. É o espaço da soma dos tempos. Do mesmo modo que não há comunidade sem memória, também não há cidade sem projeto de futuro. Sem memória e sem Futuro a cidade é um fantasma e uma decadência…".[3] (BORJA, 2003, p.27)

[3]Tradução livre de *"La ciudad es el pasado apropiado por el presente y es la utopía como proyecto atual. Y es el espacio suma de tempos. Así como no hay comunidad sin memoria tampoco hay ciudad sin proyecto de futuro. Sin memoria y sin futuro la ciudad es un fantasma y una decadencia..."*

Existe uma relação intrínseca entre o passado das cidades e o futuro que se projeta, uma vez que, como já concluído, o presente é o resultado dos vários tempos do passado de um território. Uma vez compreendido o que se entende por bairro e qual a sua importância para a cidade, não só como estrutura física da cidade, como, também, lugar de memória, que se revela definidora de comunidades, importa agora compreender qual é a atual realidade dos bairros e quais as tendências futuras para a sua evolução.

Sobre a temática que se aborda, existem várias teses, sendo que algumas são antagónicas, dado que esta cabe às ciências sociais, onde muitas vezes se recorre a análises empíricas, tornando-se uma tarefa difícil, pois, como alertado por Lefebvre (2009), para lá do que os dados revelam, cada um de nós tem um ideal de bairro, o que nos pode levar a encontrar fatores que vão ao encontro do que cada um deseja para o futuro. Deste modo, encontramos duas principais correntes de pensamento, aqueles que acreditam na permanência dos bairros na cidade e os que defendem que estes deixarão de existir.

A extinção dos bairros

Lefebvre (2003), é um dos autores que acredita na extinção dos bairros, criticando o modo de vida rural num espaço urbano, ou seja, o bairro como espaço comunitário, afirmando que as posições que defendem este modo de vida, são consequência de uma análise nostálgica do passado. Para o autor a humanização da cidade está presente na microescala do bairro, onde o peão é o principal ator, promovendo uma maior escala de proximidade, vizinhança e relações interpessoais. Deste modo reconhece a importância do bairro como elemento importante para a vida social urbana, mas que irá desaparecer com o desenvolvimento da cidade, consequência de melhores meios de transportes e novos modos de mobilidade que levam a uma dispersão do aglomerado e afastam o peão das ruas e espaços coletivos.

A posição de Lefebvre, aproxima-se de outros dois autores, François Ascher e Francis Godard (2003), que acreditam que a mobilidade, com o crescimento das vias de comunicação e melhores transportes públicos, associada às TIC (televisão, computador, telemóvel, etc.), vão alterar o modo de vida dos habitantes, o que os vai afastar de práticas sociais, de lugares de encontro, de atividades entre indivíduos, prejudicando os laços sociais, onde a proximidade perde importância e a vizinhança deixará de ser experimentada.

Ascher e Godard, apresentam-se como críticos da tese defendida por Donzelot (1999), que acredita na permanência dos bairros nas cidades. O autor olha para as cidades num tempo de globalização, onde a cidade industrial cresce, criando zonas periféricas da cidade, o que leva a uma nova organização territorial. Estas transformações económicas, políticas e sociais vão levar ao aparecimento de dois mundos opostos com diferenças contrastantes relativas às características da população. Deste modo, o autor reconhece dois tipos de bairro, o "bairro dos vencidos" e o "bairro dos vencedores", onde no "bairro dos vencidos" a população é integrada no bairro por falta de integração na sociedade, enquanto que no dos "vencedores" existe uma forte integração num determinado espaço social. Em ambas realidades se verifica uma falha na relação cidade/sociedade, gerando um polo de "cultura de violência", e outro de "cultura de autonomia" e "urbanismo purificado". Citando o autor *"Os pobres tornam-se ligeiramente mais pobres e ais violentos, os ricos, mais distantes, menos solidários."* (DONZELOT, 1999, p.106).

Na referida argumentação de Donzelot apenas são considerados dois tipos de bairros, contudo existe uma multiplicidade de bairros entre estes dois, facto que o autor não nega, mas que ignora na sua análise, procurando concentrar-se nas tendências emergentes, relacionadas com a respetiva sociedade adjacente.

Semelhante abordagem com a defesa do bairro e com a procura de dois tipos de bairros é a de Jean Remy e Liliane Voyé (1994), onde estabelecem a cidade urbanizada e a cidade não-urbanizada. A cidade urbanizada é aquela onde não existe relações interpessoais, mas sim um projeto individual, ou seja, cada indivíduo vive o seu quotidiano, dentro das suas tarefas, numa mobilidade espacial sem que interaja com os outros, não sendo uma cidade de proximidade entre habitantes. Já por cidade não-urbanizada, os autores entendem por bairros tradicionais, bairros de comunidades de transição, centros urbanos abandonados, bairros de lata e bairros suportes de um modo de vida alternativo, onde prevalecem as relações interpessoais. Deste modo, Remy e Voyé, contrariamente a Donzelot, contemplam no seu trabalho a diversidade de bairros que fazem parte de uma cidade.

Uma terceira tese sobre a evolução dos bairros na cidade atual, é a de Zygmunt Bauman (2006) que não procura classificar as tipologias dos bairros, mas sim identificar relações padrão do indivíduo para com os outros habitantes, já que *"Viver*

numa cidade significa viver em companhia, em companhia de estranhos" (BAUMAN, 2006, p.71). Deste modo, identifica dois movimentos, a mixofobia, onde os estranhos são evitados, e a mixofilia, onde existe um desejo de mistura com as diferenças. Segundo o autor, o futuro da cidade passa pela promoção da mixofilia, através da multiplicidade de interações que podem existir com outros. Assim, a cidade, como organismo que está em mudança com as constantes alterações no modo de vida dos habitantes, como por exemplo com as novas tecnologias da informação e comunicação, é vista como laboratório de si própria, onde se experimenta, aprende e se descobre soluções para os problemas no modo como se vive a cidade.

Do conjunto de autores importa salientar o consenso na alteração observada na interação entre indivíduos e no modo de vida que é experimentado nas cidades, derivada, entre outras, de novas e mais qualificadas formas de mobilidade, das novas tecnologias, de questões económicas como o aumento do desemprego, ou questões sociais como o aumento do sedentarismo. Deste modo, sendo a diversidade de bairros um conjunto importante para a cidade, esta não resulta apenas da sua soma, é, pois, a soma dos indivíduos que habitam os bairros, visto que para estes é necessária uma realidade social, embora não o defina.

Os bairros Lisboetas

Após o estudo feito e considerando a conclusão que foi encontrada, é oportuno fazer referência à situação que se observa na cidade de Lisboa. Sobre esta realidade encontramos um texto, presente na Carta Estratégica de Lisboa 2010/24 (CML, 2011, p.3), onde se lê *"Para os seus habitantes, Lisboa precisa de se transformar numa cidade de bairros, realçando o caráter existente, plantando as sementes do futuro. O bairro deve ser a unidade estruturante, no espaço e no tempo, definidor do orgulho e do prazer da cidadania (...) O cidadão deve gostar de viver e/ ou trabalhar no seu bairro. (...) os bairros devem ter uma escala humana, não excedendo a dimensão espacial das cidades medievais (...)".*

3.1. As Pessoas

Os bairros antigos são caracterizados por um forte sentido de presença e pertença dos moradores, onde o espaço público, a rua, funciona como extensão da casa. Testemunho de tal, são as janelas e portas das casas abertas com os seus ocupantes à janela, a roupa que é estendida sobre as ruas e a proximidade e vizinhança que há entre os residentes.

Fig.40 Convívio

Grupo de moradores a conversar no Miradouro do Recolhimento

Experiência vivida

Em Lisboa, tem-se verificado que as vivências comunitárias, que fazem parte da identidade do bairro, são cada vez mais uma exceção. Tendo por base visitas a estes bairros e conversas informais com alguns moradores, a extinção, que se tem assistido, de caracter imaterial dos bairros pode ser, eventualmente, associado à constante e exaustiva circulação de turistas nestes bairros, o que desincentiva os moradores a abrirem as janelas, a saírem à rua e a frequentarem os cafés e tascas, que são cada vez mais direcionados para os estrangeiros, ou impede que as pessoas estendam a roupa à janela sem que sejam constantemente observadas e fotografadas, realidade observada na confrontação das 41 e 42, onde janelas passam a estar fechadas e a roupa deixa de ser estendida. O facto é que a constante circulação acaba por invadir a privacidade do bairro, uma vez que este funciona como prolongamento da casa,

onde os moradores vivem e convivem. Por este motivo, é possível observar estas interações logo pela madrugada quando ainda não se vêm turistas ou em zonas mais profundas e densas do tecido onde muitos não entram.

Fig.41 Rua dos Cegos nº26, antigamente

Fig.42 Rua dos Cegos nº26, atualmente

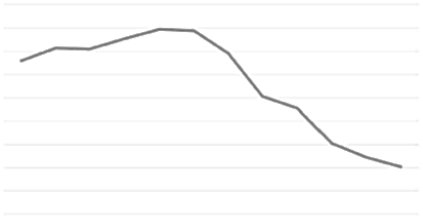
Um dos edifícios mais antigos da zona com origem na época medieval

Nos últimos anos o turismo tem vindo a ser promovido como forma de dinamizar a economia portuguesa e o seu crescimento tem sido exponencial, realidade que tem levado a um descontentamento da população, uma vez que tem levado a uma descaracterização do bairro, à perda de tradições, à invasão do bairro tido como pertença dos moradores. Deste modo tem-se assistido a um decréscimo da população residente, entregando muitas casas e prédios ao abandono, que tendem a ser compradas, reabilitadas e alugadas a estrangeiros, que têm interesse em habitar temporariamente os bairros antigos, dispostos a pagar qualquer valor, o que trás um desequilíbrio no setor imobiliário uma vez que os locais não têm capacidade de comportar tais valores, e fragiliza ainda as vivências do bairros dada a falta de interação entres estes e os novos moradores, que, pelo curto período em que habitam o bairro, não chegam a criar laços com a comunidade.

Dados demográficos

Tendo como base dados do INE, dos Censos, que resultaram nos gráficos das figuras 43 e 44, e ainda de conversas informais com moradores, atualmente, os bairros históricos estão a tornar-se em lugares cujos edifícios são ocupados por turistas, o comércio local é quase inexistente e com novos elementos e infraestruturação mais direcionada para a exploração turística do que para aqueles que os habitam. Deste

modo, tem-se assistido a uma contradição entre a valorização da economia que tem permitido a reabilitação e preservação do edificado e do património material, mas que tem destruído o património imaterial, lavando à perda de tradição e ao abandono dos locais.



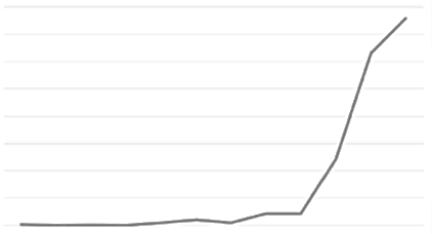


Fig.43 Gráfico da evolução da população residente

Fig.44 Gráfico da evolução do alojamento local

Nostalgia

A fim de melhor compreender a realidade descrita, centremo-nos no Bairro do Castelo que em 1999 tinha cerca de 700 habitantes. Era um lugar onde se vivia a vida do bairro e que contava com vários equipamentos comunitários, entre eles, o Grupo Desportivo, o Grupo Excursionista, a Associação de Moradores, a Escola, Balneários, Lavadouros, seis mercearias, duas lojas de souvenirs, dois cafés, e ainda as várias tascas e tabernas que abriam "fora de horas". Atualmente, a diminuta comunidade, de cerca de 300 habitantes, sente-se desiludida ao recordar o que foi, em tempos, a vida daquele bairro com todas as suas tradições, como por exemplo pendurar uma cruz por cima da porta do Castelo sempre que alguém falecia mas que hoje é proibida, ou com o convívio e proximidade entre os moradores, ou as tabernas e cafés onde só se ouvia a língua portuguesa, ou as marchas populares em que o bairro sempre concorreu ou, ainda, as inúmeras crianças que enchiam a escola.

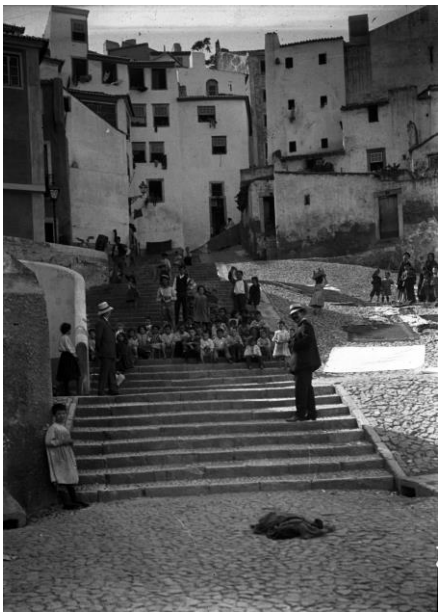


Fig.45 Crianças em Alfama, 1910

Fig.46 Alfama antiga

Fig.47 Ruas de Alfama

Fig.48 Crianças Brincando na Rua

Deste modo, o turismo representa um fator importante para a economia da cidade, por isso devemos dar a conhecer as tradições e caraterísticas de cada lugar, mas sem que se esqueça a valorização das vivências urbanas, visto que, o défice destas vivências afasta os moradores, originando lugares históricos ou tradicionais, em lugares culturalmente "desertos" onde existe uma artificialização dos contextos urbanos, dado que, um lugar "deserto" não é um lugar "urbano". Por esta razão, no caso de Lisboa, procurou-se criar iniciativas que visavam a valorização dos bairros e dos seus moradores, mas que nem sempre se verificaram eficazes, são exemplos, um programa criado aquando da Expo de 1998, financiado pelo então IPPAR, onde se disponibilizou uma verba para a reconstrução e reabilitação do Castelo; ou ainda o programa PIC (Projeto Integrado do Castelo) que contemplava a desapropriação temporária das casas, com o objetivo de as renovar, dotando-as de melhores condições de habitabilidade, projeto este que não teve sucesso porque as obras demoraram demasiado tempo e os antigos moradores, que já tinham reconstruído as suas vidas noutros locais, não quiseram regressar para o bairro.

Programas falhados

3.2. Os Programas

Atualmente a boa prática destes programas urbano-sociais, leva a uma aproximação à realidade dos bairros e às suas comunidades, procurando-se soluções que procuram manter "vivos" estes lugares. A Câmara Municipal de Lisboa, tem desenvolvidos diversos e interessantes programas com vista à reabilitação e requalificação de zonas da cidade críticas, articulando-os com preocupações urbanas, habitacionais, de ação social, cultural, mobilidade, ambiente urbano, económicas e patrimoniais.

A reabilitação e requalificação constitui uma prioridade no PDM (Plano Diretor Municipal) de Lisboa e, como consequência, desenvolveu-se a ERU (Estratégia de Reabilitação Urbana) para Lisboa (2011-2024). Este estratégia começou por definir a ARU (Área de Reabilitação Urbana), tendo como objetivo encontrar incentivos à reabilitação, bem como adotar medidas e programas municipais para a reabilitação do edificado e dos espaços públicos da cidade, tendo, inclusive, dado autonomia às

unidades de projeto dos bairros históricos que pela proximidade ao território, conhecem de perto os munícipes, os seus problemas, os protagonistas locais, entidades públicas e privadas, as suas necessidades e os seus anseios, é o caso da Unidade de Projeto do Castelo e Alfama.

Para o presente trabalho é de referir o Plano de Acessibilidades na Colina do Castelo, o programa "Uma Praça em cada Bairro", um programa de requalificação do espaço público, e ainda o programa "BIP/ZIP" de melhoria da qualidade de vida e coesão social, que está contemplado no PLH (Plano Local de Habitação).

3.2.1. Acessibilidades na Colina do Castelo

O Plano geral de acessibilidades suaves à Colina do Castelo resulta de um conjunto de estudos que procuram atenuar os problemas de acessibilidade na Colina, já que, se por um lado, o acentuado declive do terreno, aliado a uma morfologia urbana ancestral constitui uma das mais valiosas características desta zona, por outro torna difícil a acessibilidade ao Castelo e aos antigos bairros que o envolvem, tanto em termos viários quanto pedonais. É sobre essa resistência que o projeto se preocupa, repensando a acessibilidade entre a parte baixa da cidade e a Colina do Castelo.

O plano apresentado pela CML em 2015 (fig.49) aposta na criação de percursos pedonais, promovendo modos suaves, a mobilidade inclusiva e a motivação do uso dos transportes públicos, fazendo ligação à rede de transportes. Procura deste modo uma nova dinâmica para o território, onde os novos percursos assistidos se cruzam com os existentes, com a rede de transportes e ainda com os parques de estacionamento públicos.

O plano apresenta quatro intervenções que vencem barreiras à boa circulação e permeabilização de tecido, criando atravessamentos que até então não existiam, são eles o Percurso da Graça, o Percurso da Mouraria, o Percurso de Alfama e o Percurso da Sé. É ainda integrado neste plano o Percurso Pedonal assistido da Baixa ao Castelo de São Jorge (2009-2013).

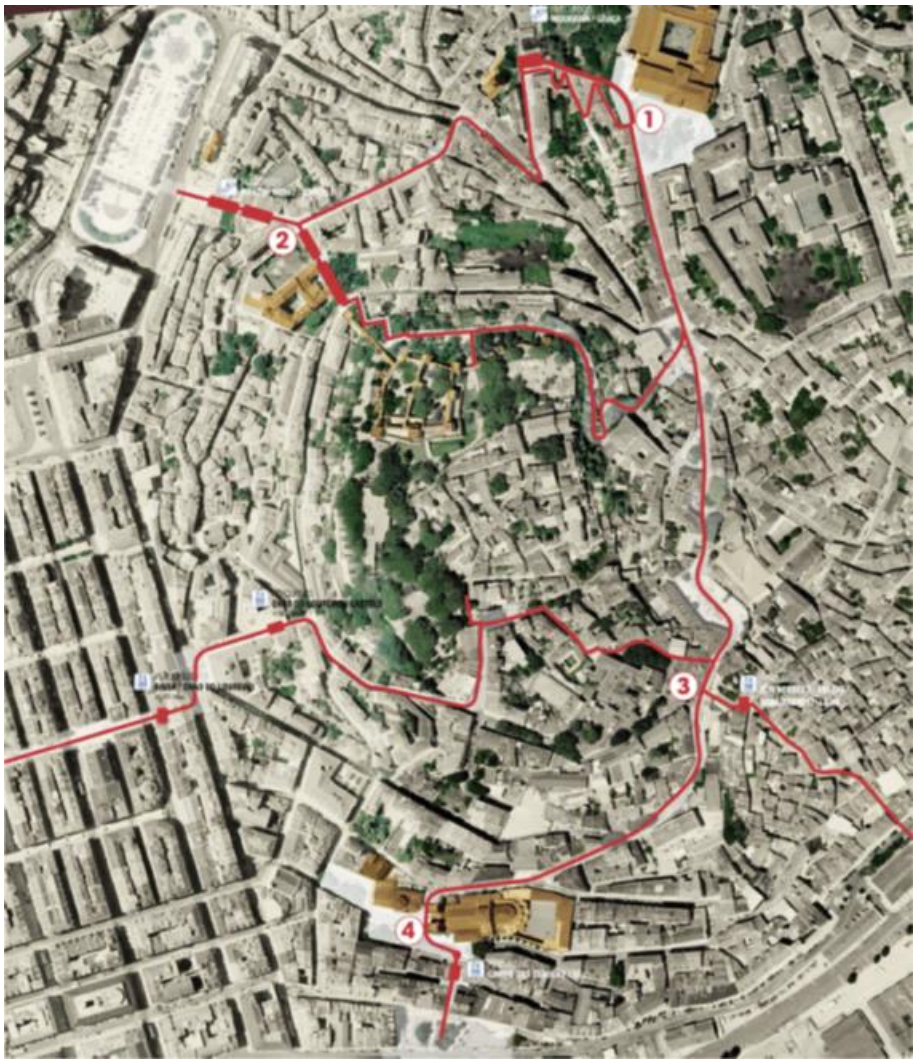


Fig.49 Plano de acessibilidades da CML na Colina do Castelo

Percurso Baixa/Castelo

O já concluído percurso entre a Baixa e o Castelo de São Jorge aquando a elaboração deste plano de acessibilidades na Colina do Castelo, procurou criar um meio de transição através de meios mecânicos, tendo em conta a mobilidade assistida, entre a Baixa de Lisboa e o Castelo de São Jorge. O arquiteto João Falcão de Campos, autor do projeto, começou por estudar o lado poente da Baixa Pombalina (o lado oposto) onde identificou a importante transição, desenhada pelo arquiteto Siza Vieira, que o metro do Chiado possibilita entre a cota alta do Chiado e a cota baixa da Baixa de Lisboa. Deste modo, definiu como eixo de atravessamento da Baixa a Rua da Vitória

que termina na Rua dos Franqueiros onde instala um elevador até a Rua da Madalena, que por sua vez nos leva ao elevador no mercado do Chão do Loureiro (fig. 50 e fig.53).

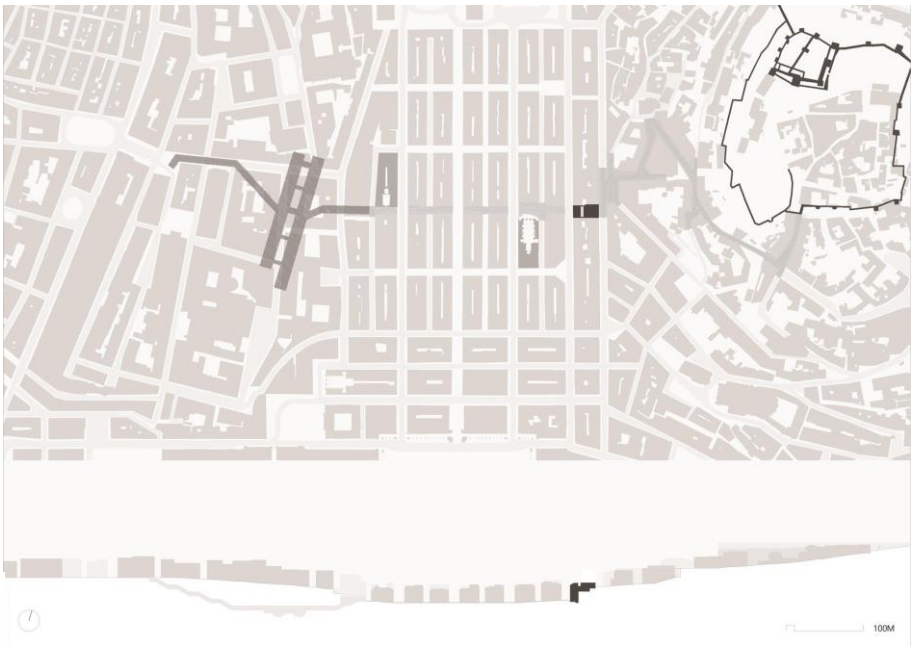


Fig.50 Planta percurso Baixa/Castelo

A intervenção consistiu na requalificação da Rua da Vitória com a repavimentação com um lajeado de lioz e cubos de granito em zonas de maior inclinação, a fim de promover o conforto do espaço público no percurso pedonal. A intervenção que liga a Rua da Vitória à Rua da Madalena, é feita nos edifícios 170-178 e 147-155, respetivamente, onde se instalaram três elevadores em vidro no saguão, de modo a que este continue a funcionar como fonte de luz e ventilação para os pisos inferiores. O projeto permitiu repor a matriz dos edifícios pombalinos, que agora se estendem para o exterior, não só com a passagem de caracter público, mas também com áreas multifuncionais, escritórios e instalações sanitárias públicas.

Fig.51 Entrada do edifício

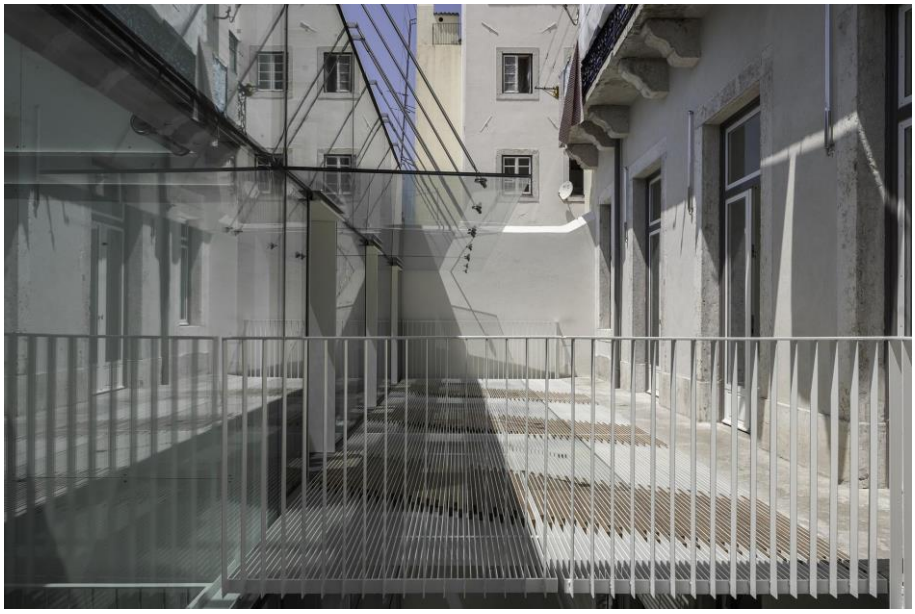


Fig.52 Saguão das comunicações verticais

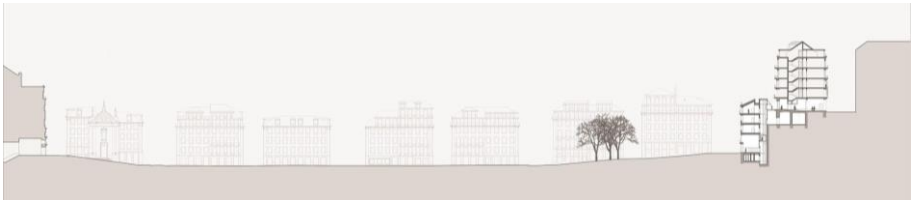


Fig.53 Corte percurso Baixa/Castelo

Metodologia

As quatro intervenções que o Plano de Acessibilidades na Colina do Castelo contempla, foram desenvolvidas segundo a mesma metodologia, para cada situação, de investigação e enquadramento histórico, posterior enquadramento urbano, e leitura da articulação com a cidade e acessos, a fim da definição da estratégia de intervenção.

Percurso da Graça

O Percurso da Graça propõe a instalação de um funicular que faz a ligação entre a cota baixa da Mouraria (Rua dos Lagares) e a cota alta da Graça (Calçada da Graça), num gesto que articula a Cerca do Convento da Graça e as Escadinhas do Caracol, que no momento seguinte entra num túnel e surge no Miradouro Sofia de Mello Breyner.

Percurso da Mouraria

Entre o Martim Moniz e o Castelo de São Jorge é proposto uma séria de escadas que vão coincidir com o traçado da antiga Muralha Fernandina, enfatizando a sua perceção através dos vários enquadramentos e perspetivas que se vão experimentando ao subir e descer. Neste percurso identificam-se quatro momentos; o das Escadinhas da Saúde entre o Martim Moniz e a Rua Marquês de Ponte Lima, com o acerto do seu perfil e a instalação de duas escadas rolantes no sentido ascendente (fig. 54); o que liga a Rua e as Escadinhas Marquês de Ponte Lima, com a sua requalificação e instalação de escadas rolantes, também no sentido ascendente. O terceiro momento é feito através de umas escadas de madeira de caráter provisório

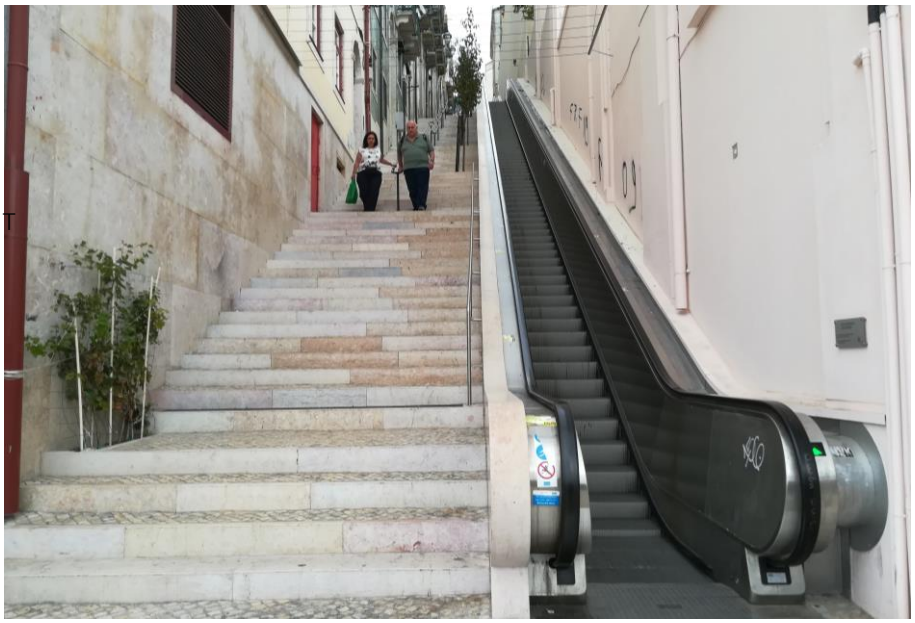


Fig.54 Escadinhas da Saúde

que ligam as Escadinhas Marquês de Ponte Lima e a Costa do Castelo, atravessando o logradouro do Palácio da Rosa; e por último, é proposto o atravessamento entre a Costa do Castelo e o Castelo, através da limpeza e adaptação de escadas e taludes já existentes, mas atualmente inacessíveis.

Percurso de Alfama

A intervenção do Percurso de Alfama é feita na Rua Norberto de Araújo, com a preservação da fachada dos edifícios intervencionados, onde no seu interior foram instalados um elevador e escadas públicas, que levam o pedestre até ao Miradouro de Santa Luzia. Nesta intervenção, entre as fachadas da Rua Norberto de Araújo e os resquícios da antiga Cerca Moura, é criado um edifício que liberta da muralha, criando-se um saguão onde a memória do passado e contemporaneidade dialogam.

Fig.55 Transição entre a Rua Norberto de Araújo e o Miradouro de Santa Luzia

Percurso da Sé

Por último, o Percurso da Sé, propõe a ligação entre o Campo das Cebolas e a Sé, através das Escadinhas do Mar, que atualmente desembocam num beco fechado pelo muro de embasamento da Praça da Sé. Esta proposta consiste na instalação de um elevador que terá acesso por um túnel a ser aberto na Rua Afonso de Albuquerque (junto ao arranque das Escadinhas do Mar), parando no topo das Escadinhas e terminando na Praça da Sé.

3.2.2. ”Uma Praça em Cada Bairro”

O programa ”Uma Praça em Cada Bairro” prevê a intervenção em trinta espaços públicos da cidade de Lisboa que traduzam o conceito de centralidade, tais como jardins, praças, largos e ruas, tendo como principal propósito requalificar estes espaços, a fim de aumentar as áreas de estar ao ar livre, tornando-os mais confortáveis e seguros, através de intervenções como, alargar passeios, instalar esplanadas, plantar de árvores, criar sombras, reintroduzir a água como elemento da paisagem urbana e atenuar o impacto do tráfego automóvel. Deste modo, pretende-se também incentivar o comércio e os equipamentos de proximidade.

O Caderno do Programa, desenvolvido pelo pela Divisão de Projetos e Estudos Urbanos, da CML, começa por fazer um enquadramento teórico onde aborda temos como *Espaço público da Cidade, Evolução do Espaço Público ao longo da História, Lisboa Cidade de Bairros*, e ainda *Mobilidade e Transformação do Espaço Público da cidade*, o que denunciam os valores a serem respeitados na abordagem e concretização do programa, bem com nos projetos para os distintos espaços públicos abrangidos.

Objetivos

Com o programa pretende-se criar espaços acolhedores ao ar livre, valorizando as microcentralidades no espaço público, que se torna, novamente, o ponto de encontro de todos, um espaço inclusivo e o principal lugar de cidadania. Um lugar exterior que contribua para a criação de uma cidade viva e criativa, possibilitando encontros e trocas entre as pessoas.

Procura-se desenhar lugares onde diferentes modos de locomoção possam coexistir de forma segura, valorizando-se modos suaves e saudáveis como, caminhar ou andar de bicicleta. Assim, é necessário reduzir o número de veículos e privilegiar o transporte público, o suave e os elétricos, o que se revela vantajoso para uma cidade onde se valoriza a sustentabilidade ambiental com a redução das emissões de CO^2, a melhoria da qualidade do ar e ainda a redução do ruído (fig. 57).

Fig.56 Desenho urbano

Fig.57 Pavimentação com vista à mobilidade suave

Neste sentido, o Plano de Acessibilidade Pedonal, para o qual "Uma Praça em Cada Bairro" contribui, prevê a implementação de pavimentos mais seguros e confortáveis, ou ainda, novas técnicas para facilitar a transposição de cotas, recorrendo-se a meios mecânicos como elevadores, funiculares e escadas rolantes. Este plano contempla também valores de qualidade ambiental e atenuação das alterações climáticas, com o desenho de espaços verdes, com árvores a fazerem sombra e a presença da água no espaço público; bem como reforçar a base económica da cidade, nomeadamente o turismo, a restauração, o comércio e as atividades criativas.

Um outro ideal que se pretende implementar é o recurso a soluções reversíveis, como forma de testar as propostas antes de se iniciarem as obras, evitando-se soluções definitivas desadequadas. Irá utilizar-se pintura no pavimento, floreiras e outros elementos de mobiliário urbano amovíveis para este fim.

Bairro

Considera-se "Uma Praça em Cada Bairro" um trabalho de microescala que procura identificar pontos de encontro, de convergência de fluxos e de sociabilização. Nesta identificação de microcentralidades ao nível do bairro, foi primeiramente necessário

delimitar os vários bairros da cidade de Lisboa. Para tal, procurou-se definir o conceito de bairro, recorrendo ao PDM, a guias urbanos de Lisboa, a bibliografia olissipográfica, cartografia histórica ou mesmo a trabalhos elaborados por equipas projetistas externas aos serviços da CML. Foi com especial cuidado que a equipa de trabalho do "Uma Praça em Cada Bairro" estudou os prossupostos históricos e morfológicos, bem como a evolução histórica da cidade de Lisboa, e consequente evolução administrativa, uma vez que, para eles, as unidades de vizinhança (delimitação dos bairros), estão diretamente ligadas a este processo temporal. Como resultado, foram identificados 230 bairros.

Fig.58 Carta das 30 praças a intervir

Centralidade

Delimitados os bairros, importa agora procurar centralidades, como tal, definiram o conceito de centralidade e de seguida estudaram o método de avaliação dos espaços públicos PPS, uma organização norte-americana *Project of Public Spaces* que estabeleceu as características de um espaço público bem sucedido, bem como os

parâmetros para a avaliação da qualidade destes espaços (http://www.pps.org). Este estudo justifica-se pelo recurso, a fim da identificação e delimitação de centralidades, a uma forma adaptada da metodologia PPS (*Project for Public Spaces*), ilustrada na figura 59, utilizando diferentes indicadores de caracterização como a densidade populacional, dimensão média da família, frentes de comércio, pontos de sociabilidade, edifícios classificados, equipamentos coletivos, vias e nós viários.

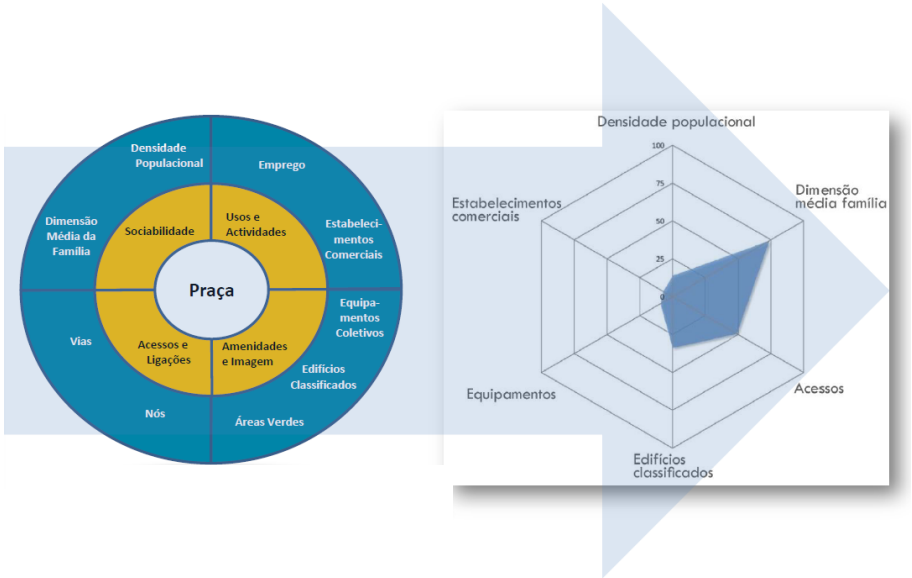


Fig.59 Abordagem PPS

Destacaram-se 150 locais significativos, dos quais 30 foram identificados como prioritários (fig. 58). Estes 30 são alvo de um levantamento e investigação, com vista à elaboração de fichas de caracterização, para posterior análise SWOT (fig. 60 e fig. 61) e concretização em propostas de intervenção (fig. 62).

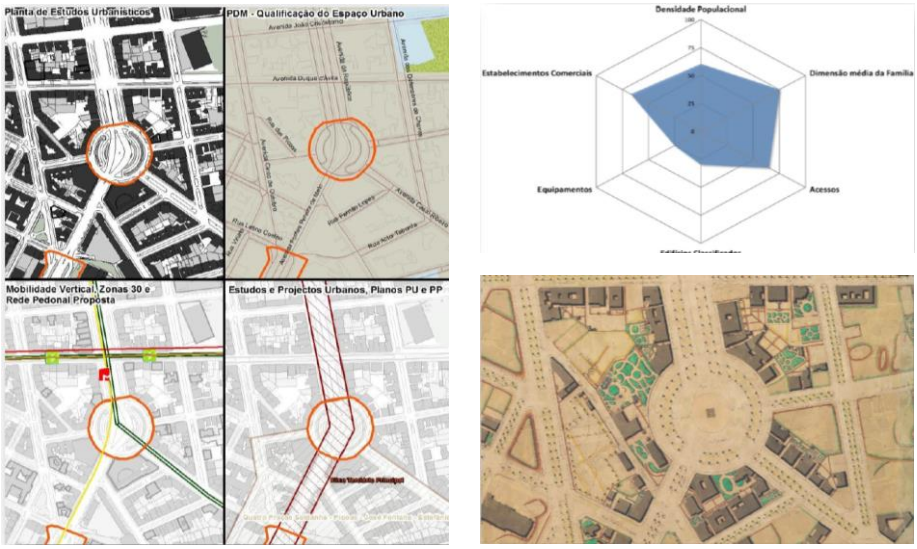


Fig.60 Análise

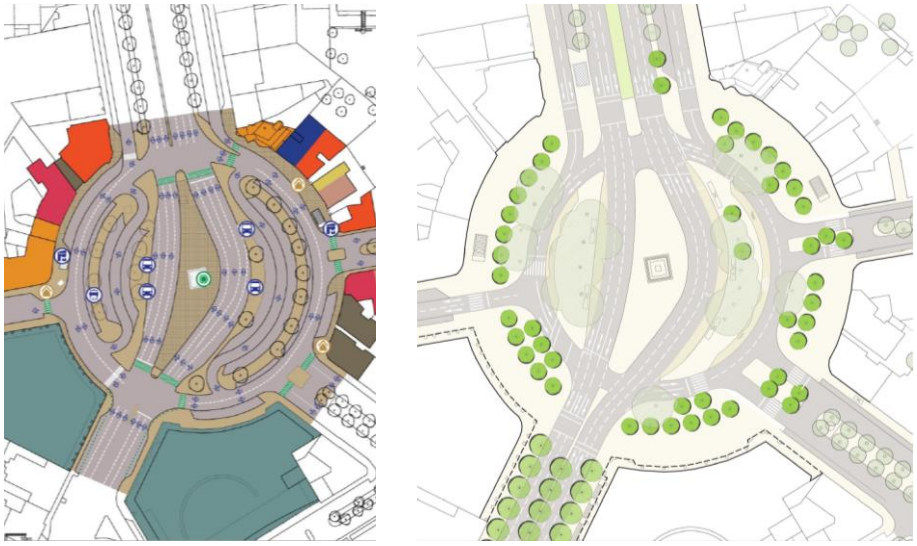


Fig.61 Análise da situação existente

Fig.62 Apresentação da proposta

3.2.3. Programa BIP/ZIP

Objetivos

O programa BIP/ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária, criado em 2011 no âmbito do PLH, pretende dinamizar e apoiar intervenções que visam a melhoria das zonas identificadas.

Foram identificadas 67 BIP/ZIP, identificados na carta a figura 63, ou seja, 67 bairros e zonas onde existem carências sociais, casas degradadas e espaço urbano abandonado, contribuindo para a falta de qualidade de vida dos moradores. Assim, prevê-se desenvolver nestas áreas intervenções prioritárias de melhoria do ambiente urbano e das condições de vida.

Programa de apoios

O programa destina-se apenas a apoiar atividades e projetos nas áreas assinaladas como BIP/ZIP. Procura dinamizar parcerias e pequenas intervenção locais, levadas a cabo por juntas de freguesias, associações locais, coletividades, coletivos não-governamentais e outras entidades, que trabalhem nesses mesmos bairros ou zonas. Deste modo, apoiando projetos pensados para e pelas comunidades, pretende contribuir para o reforço da coesão social no município.

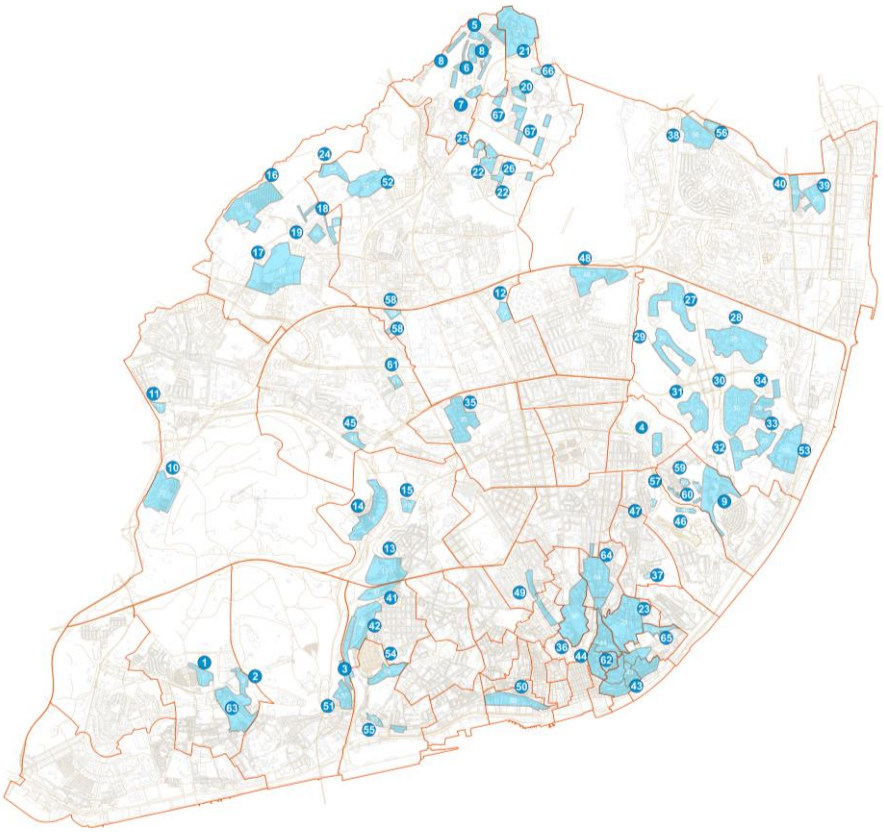


Fig.63 Carta dos BIP/ZIP

Valores

Através de candidaturas, prioriza-se projetos de cariz socioeconómico, como, de apoio social, de promoção da cidadania ou de criação de emprego local; ambiental com intervenções no espaço público; e urbanístico-legal, como intervenções no tecido edificado, apoio à regularização de questões urbanísticas e patrimoniais. As propostas deverão ter consequências diretas em termos de empregabilidade, formação, atuação, nos domínios da saúde, educação, junto dos idosos, jovens desempregados, ou de grupos vulneráveis, estando estabelecido como temáticas do programa melhorar a vida no bairro; promover competências e empreendedorismo; reabilitar e requalificar os espaços; promover a inclusão e a prevenção; promover a dinamização comunitária e a cidadania.

Associação Renovar a Mouraria

A Associação Renovar a Mouraria, criada em 2008, tem como objetivo revitalizar o bairro histórico da Mouraria, envolvendo a comunidade. Em 2011 conseguiu, através do programa BIP/ZIP, financiamento para a construção de sua sede, que fica no Beco do Rosendo. Esta candidatura é exemplo de sucesso do programa, pois, não só a sua sede, o *Edifício-Manifesto* (fig. 64), foi desenvolvido pelo coletivo Artéria em conjunto com a associação e com os moradores do bairro; como é, atualmente um importante ponto cultural. A Associação desenvolve diversas atividades como o ensino de português a imigrantes, alfabetização, apoio ao estudo a crianças e jovens, gabinete de apoio jurídico, medicina tradicional chinesa, cabeleireiro solidário, entre outros.

Fig.64 Edifício-Manifesto

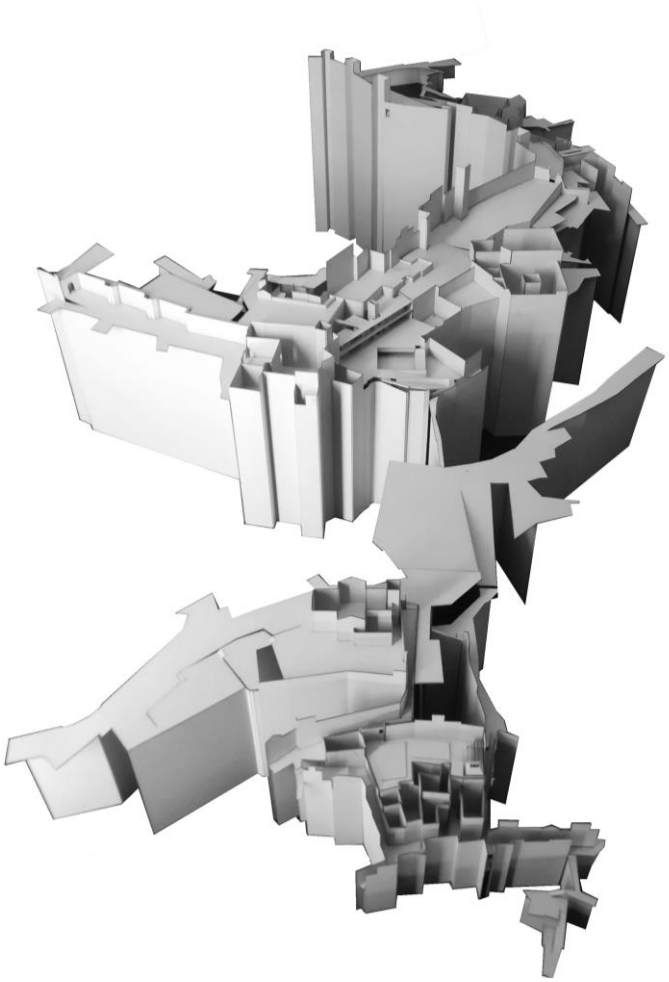


Fig.65 Maquete do percurso

4. POSSIBILIDADES | Propostas de Intervenção

"Um mais um igual a três - pelo menos" (F. van Klingeren citado por GEHL, 2017, p.73)

Os centros históricos, carregados de património, são o epicentro da história e da memória do território. Como tal, aquando intervenções nestes lugares procura-se assegurar e valorizar todos os seus presentes valores. A valorização da história e da memória numa intervenção é fundamental para que possam perdurar no tempo, dando assim continuidade ao seu legado e à construção do testemunho histórico que se vai construindo a cada tempo, sem nunca apagar o tempo anterior. Numa intervenção deve-se garantir a preservação do valor passado, sem que esta se sobreponha, mas que possa aproximá-la do tempo contemporâneo, já que, a memória não deve ser apenas observada, mas sim vivida. A relação entre a população e a história é fundamental na cidade e na preservação da sua identidade, pois, um lugar que não é vivido perde o seu propósito, originando um espaço esquecido e devoluto, entregue ao abandono.

Tendo como base a discussão feita em 3.2. *Programas*, a afirmação de F. van Klingeren, citada no início do capítulo, traduz o ideal que se pretende alcançar com a presente proposta de intervenção na Colina do Castelo. Não se procura atrair mais pessoas para a Colina, já que a sua concentração é elevada, procura-se sim, criar situações de permanência no espaço público, para que uma pessoa se sinta convidada a usufruir da cidade, levando a que algo aconteça nesse lugar, o que irá atrair pessoas. Ou seja, não se trabalha um aumento do efetivo de pessoas na Colina do Castelo, mas sim espaços onde as pessoas permaneçam longos períodos de tempo, levando a que o número de utentes, em simultâneo, nesse lugar específico, seja maior, isto porque, assim é possível atingir um nível de atividades interessante para quem experimenta a cidade, é exemplo a comparação entre os dois largos das figuras 66 e 67.

Fig.66 Largo João do Outeiro

Fig.67 Largo dos Trigueiros

Dois Largos na Mouraria, com afluências semelhantes, onde o primeiro oferece condições à permanência, contrariamente ao segundo que se encontra vazio.

As intervenções trabalhadas têm maior potencial quando em lugares onde "nada acontece porque nada acontece", podendo dotá-los por forma a receber atividades opcionais, potenciando-se também as atividades sociais. Estas querem-se inseridas num percurso que pretende permeabilizar o tecido histórico, funcionando como elementos cruciais que resolvem espaços esquecidos, barreiras intransponíveis e que o dotam de acontecimentos interessantes, para que o percurso se torne fácil, confortável, vivido e marcado por pontos de referência que o tornam mais atrativo, iludindo até distâncias mais curtas, uma vez que o pedestre perceciona o percurso por etapas.

4.1. O Percurso

No presente trabalho propõe-se um percurso que tem como objetivo permeabilizar um tecido histórico denso, valorizando pontos de interesse à população para que se potencie as vivências urbanas caracterizadores dos lugares históricos. Como tal, é oportuno atravessar os três bairros históricos da Colina do Castelo, o Bairro de Alfama, o Bairro do Castelo e o Bairro da Mouraria, isto porque os bairros históricos revelam-se fundamentais na definição da identidade de uma cidade, já que, têm uma forte componente social, onde a cultura e memória estão mais enraizados, como concluído no início do segundo capítulo do presente documento.

Dada a complexidade do território e as muitas variáveis presentes, decompôs-se o território em três camadas, de um modo adaptado da decomposição sistémica, estudada e utilizada em 1.2. *Morfologias*, a fim de encontrar a melhor solução de percurso, tendo em conta os objetivos pretendidos. O território em estudo é assim decomposto em praças e largos; em ruas e acessibilidade; e em edificado.

Decomposição

De referir que neste olhar sintético e sistemático são tidas em conta todas as complexas variáveis presentes num território como a Colina do Castelo, visto que a cidade é mais complexa do que apenas os elementos físicos, resultado de um processo espácio-temporal, onde as permanências, como defende Marcel Poète

(capítulo 2 *IDEAIS Birro, Comunidade e Memória*), nos permitem experimentar em parte o passado. Esta ideia está presente não só no património material, no construído, mas também no imaterial ou social, obrigando a um olhar sobre o lugar para lá do visível, sendo necessária a compreensão da identidade, da cultura, da memória ou da relação da população com o lugar e a ideia que ela tem deste (afirmação feita com base na investigação do segundo capítulo do documento). Posto isto, nestas três camadas estão presentes variáveis previamente estudadas como a morfologia, a malha, o tecido, a história, o património, o edificado, a acessibilidade, a cultura, a tradição, a memória, a população e o significado de cada lugar, para cidade, e para a comunidade.

Praças e Largos

O percurso tem como extremos dois dos mais importantes largos dos bairros de Alfama e da Mouraria, o Largo do Chafariz de Dentro e a Rua da Mouraria, respetivamente. O largo do Chafariz de Dentro, descrito por Norberto de Araújo (1993) como o "Rossio de toda a Alfama, e melhor diria o seu Terreiro do Paço", era o largo intramuralhas da principal porta da Cerca Fernandina que acedia a Alfama. A sua importância não se deve só à sua posição relativa à muralha, mas também à generosa nascente que alimentava o Chafariz de Dentro que se revelava fundamental para a vida da população, sobre a qual se encontram referências desde o séc. XII. O Largo tornou-se assim um lugar de cidadania, que servia a cidade e o bairro, que abastecia a população de água e ainda um lugar de comércio, mercados e feiras, que atualmente são quinzenais (fig. 68).

Fig.68 Chafariz de Dentro 1907

A Rua da Mouraria era um importante lugar para cidade, pois antecipava a antiga Porta de São Vicente ou da Mouraria, inserida na Cerca Fernandina. Lugares como este, a par do Largo do Chafariz de Dentro, junto às portas das antigas muralhas, eram lugares determinantes na organização da cidade, eram espaços de descompressão que funcionavam como "lobbies" à cidade. Note-se ainda que estes lugares eram também importantes para a vida religiosa da cidade, visto que, muitas vezes, associados a eles existiam igrejas que "benziam" a entrada da cidade. É o caso da Capelinha da Senhora da Saúde na Rua da Mouraria.

No seguimento da leitura da Rua da Mouraria, identifica-se o Largo das Portas do Sol, junto à Igreja da Santa Luzia, que antecipava a Porta do Sol na Cerca Moura. Este espaço, a par dos seus semelhantes, revelava-se marcante para a vida de população como lugar público que recebia atividades urbanas. Atualmente, o seu desenho e carater de espaço público é preservado, apesar de já não existirem cercas nem portas, sendo que no Largo das Portas do Sol ainda é possível observar-se troços da antiga muralha. Assim, este largo foi identificado como relevante para o percurso a ser desenhado.

Por último, reconheceu-se o Chão da Feira por anteceder a única porta na Muralha de Alcáçova, que acede ao Bairro do Castelo. Era, também ele, um importante espaço para a cidade, um lugar de cidadania onde aconteciam os mercados e feiras, antecessoras da atual Feira da Ladra.

Fig.69 Praças

Acessibilidades

Focando agora a questão das acessibilidades, traduzido pela figura 70, verifica-se que os três bairros em estudo são servidos por dois eixos principais, o eixo da Almirante Reis, Martim Moniz e Rua dos Fanqueiros, e o eixo da zona ribeirinha. A este dos eixos junta-se uma circular composta pela Rua Augusto Rosa, Rua São Tomé e Calçada de S. André. Sobrepondo, a esta leitura, o já definido eixo Largo do Chafariz de Dentro, Rua da Mouraria, identificam-se três polos importantes; a zona ribeirinha servida pela linha de metro, por autocarros, pela estação de comboios de Santa Apolónia, pela estação fluvial, pelo terminal de cruzeiros e ainda por parques de estacionamentos; o Largo das Portas do Sol, servido por elétricos, autocarros e parque de estacionamento; e por último, o Martim Moniz, servido por metro, autocarro, elétrico e estacionamento para automóveis.

Fig.70 Acessibilidades

Edificado

A Colina do Castelo é um lugar carregado de história, como tal, a identificação do edificado notável torna-se uma tarefa difícil com as muitas construções classificadas como património, ou de interesse, ou até do seu programa que pode ser tido como património imaterial, como por exemplo a lavandaria pública do Beco do Mexias em Alfama. Assim, importa esclarecer que apenas se destacou o edificado com maior impacto no tecido urbano (fig.71).

No eixo sobre o qual se pretende desenhar o percurso, identificam-se o Chafariz de Dentro, a Igreja de Santa Luzia, o Palácio Azurara, os resquícios das antigas muralhas, o Palácio Belmonte, a Igreja Convento do Menino de Deus e ainda a Igreja Convento do Coléginho. Com o percurso pretende-se valorizar todos estes elementos marcantes para a cidade, mas com principal foco no Menino de Deus e no Coléginho que se encontram num ingrato esquecimento, passando despercebidos por entre a vida da cidade.

Fig.71 Edificado

Percurso e Intervenções

Com o levantamento e análise das camadas das praças e largos; das ruas e acessibilidade; e do edificado, definiu-se o percurso que será em seguida descrito, mas, para mais fácil compreensão do que se propõe, importa primeiro esclarecer os lugares a intervencionar e o programa para cada um. São assim propostos novos edifícios em três lugares que se encontram abandonados e inacessíveis, onde se resolvem ligações sem as quais o percurso não seria concretizável. Propõe-se uma cozinha comunitária no Pátio de Santa Helena, uma zona de mercado/feira e restauração no Pátio de Dom Fradique e ainda um edifício manifesto agrícola na Costa do Castelo nº 134.

O percurso atravessa ainda duas grandes áreas de terreno livre, atualmente baldio, que se encontram abandonados e/ou vedados ao acesso. São eles a semicircular junto à Muralha de Alcáçova que vai desde a Porta do Castelo no lado sul, até ao lado norte, à Torre de São Lourenço, e os antigos terrenos pertencentes ao Convento de Coleginho, que atualmente ficam no interior do quarteirão entre a Costa do Castelo, a Rua da Amendoeira, a Rua do Marquês Ponte de Lima e as Escadinhas do Marquês Ponte de Lima. Nestes lugares é proposto um jardim produtivo que visa ao estímulo das atividades exteriores, segundo Jan Gehl, "o pretexto" (2.2. *A Cidade Vivida*), promovendo uma atividade produtiva, com um caracter recreativo e social, aliando-se o útil ao agradável, recuperando-se o antigo costume produtivo nas cidades e programando-se de modo reversível nestes espaços expectantes da cidade. O produto extraído deste espaço verde pode, não só, ter como finalidade o consumo próprio, como também o comércio através de mercados que terão lugar no Pátio de Dom Fradique.

Fig.72 Intenção de Intervenção

A descrição do percurso será feita através de uma narrativa como se estivéssemos a percorrer o espaço, no sentido de sul para norte, Alfama Mouraria. De notar que a experiência varia consoante o sentido, dado que no sentido sul norte, caminhamos de costas para o sistema de vistas sobre o rio, focando-nos mais naquilo que a cidade oferece a curta distância, até que se alcance a cota mais elevada, momento em que passamos a disfrutar de vistas sobre a cidade, desde a Graça à Colina de Santana. Já no sentido inverso, da Mouraria para Alfama, subimos a olhar para Muralha de Alcáçova e descemos com vistas sobre o Tejo, São Vicente e Alfama.

Iniciamos a nossa caminhada no Largo do Chafariz de Dentro onde encontramos o Museu do Fado e o ímpar Chafariz de Dentro, seguimos pelo Beco do Mexias por onde passamos por uma histórica lavandaria pública que em tempos foi alimentada pelas águas da nascente do Chafariz de Dentro. No fim do Beco encontramo-nos num pequeno largo no início da Rua de São Miguel, onde existe o Centro Paroquial e Creche de Bem-Estar Social de Alfama, voltamos à esquerda até que, há direita encontramos o Beco Formosa. Este beco leva-nos até uma escadaria que termina no Pátio do Prior onde existe mais uma lavandaria pública. Ao sair do Pátio do Prior passamos por debaixo de um arco e cruzamo-nos com a Associação Boa-União, onde seguimos pelo Beco Cruzes até chegarmos à Rua do Castelo Picão. Na Rua do Castelo Pição voltamos à esquerda, e, ao cruzarmos as Escadas de Santa Helena, que se encontram à direita, deparamo-nos com a primeira intervenção proposta neste trabalho.

A intervenção proposta para o Pátio de Santa Helena, levamos, até ao interior do quarteirão, onde encontramos um elevador que acede ao novo Pátio de Santa Helena, até então inacessível. Uma vez no Pátio de Santa Helena, deparamo-nos com uma zona de refeições comunitária com vista sobre o Tejo e Alfama. Daqui seguimos para as Portas do Sol pelas escadas da Rua Norberto de Araújo que acompanham a Cerca Moura, ou pelo elevador instalado pela CML que nos leva até ao miradouro de Santa Luzia. Uma vez o Largo das Portas do Sol podemos desfrutar de uma vista única sobre Alfama, de um contacto muito próximo com parte significativa da antiga Cerca Moura, do Palácio da Azurara onde hoje está a Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva e cuja fachada integra troços da Cerca Moura, da Igreja de Santa Luzia e dos seus painéis de azulejos que nos contam episódios da história da cidade de Lisboa, e ainda do Miradouro de Santa Luzia e das suas vistas singulares.

Fig.73 Percurso em Alfama

Saímos das Portas do Sol pelas escadas do Beco do Maldonado, onde, no topo, encontramos uma porta à nossa esquerda. Ao atravessarmos a porta entramos no Pátio de Dom Fradique onde é desenvolvido um segundo projeto. Uma vez aqui dentro sentimo-nos num outro lugar, um espaço amplo, mas contido, como que um refúgio da agitação da cidade. Neste pátio é proposto experimentarmos um espaço de mercado e restauração, que integra um elevador que vence a barreira imposta pela diferença de cotas entre o interior e o exterior da Muralha de Alcáçova, uma vez que, este pátio está adjacente à muralha. Com esta proposta é criada uma alterativa ao único acesso ao Bairro do Castelo, feito pela Porta do Castelo.

Uma vez na cota intramuralha, estamos no Miradouro do Recolhimento, o miradouro de cota mais elevada com vista para o rio, Alfama e São Vicente, e por isso, o ponto do percurso com a vista mais impactante sobre a vertente sul da Colina. Neste miradouro propõe-se um espaço verde produtivo que se atravessado no sentido intramuralha, nos conduz por um caminho sobre a Muralha de Alcáçova, ladeado por espaços verdes, até chegarmos à Porta do Castelo e ao Chão da Feira.

A partir do Miradouro do Recolhimento, optamos agora por tomar o sentido extramuralha, em direção à Mouraria. Tomamos assim um percurso sobre uma laje de betão que atravessa um espaço verde produtivo, fazendo-se alusão à ideia de percurso de Carl Andre (capítulo 2.1. *Memórias de um Percurso*). Com este espaço verde produtivo, atravessado por um passadiço como que se de um caminho de pé posto se tratasse, não o sendo por questões de conforto e acessibilidade do percurso, pretende-se oferecer à cidade um espaço que hoje é inutilizado, um programa que pretende preservar e valorizar a Muralha, o Castelejo e o Menino de Deus (onde atualmente funciona uma creche), desenhando um lugar público que funciona como lugar de descompressão da cidade, onde a população possa interagir e realizar as suas atividades, como produzir e cultivar os seus próprios alimentos, ou até fazer disso, uma fonte de rendimento.

a

b

c

Fig.74 Percurso no Castelo

Após percorrido o novo jardim produtivo da Colina do Castelo, estamos na vertente norte da Colina onde pela primeira vez descobrimos as vistas sobre a zona de Santana, do Martim Moniz, da Mouraria e da Graça. É então que encontramos a terceira e última intervenção deste trabalho. Aqui entramos por um volume que se balança e se estende até à Costa do Castelo e que no fim abre uma janela que olha o Convento da Graça. Entramos num elevador e descemos até à Costa do Castelo, atravessando o edifício manifesto que apoia as atividades produtivas na Colina.

Uma vez na Costa do Castelo voltamos à esquerda até que à nossa direita se abre uma nova vista para a Graça e para a Almirante Reis, aqui entramos num interior de quarteirão que outrora foram terrenos de produção agrícola pertencentes ao Convento do Coléginho. Com o crescimento da cidade, a área da cerca do convento começou a ser reduzida e os terrenos dedicados à agricultura, menores, para dar lugar à urbanização que o crescimento da cidade impôs. Os terrenos deram lugar a novos edifícios, tendencialmente habitacionais, e à abertura da Rua Marquês Ponte de Lima, contudo boa parte da sua área ainda é conservada embora se encontre abandonada, resultando num terreno baldio, nas costas do edificado que alinha as suas fachadas à rua.

Neste espaço é desenhado mais um jardim produtivo atravessado por uma laje de betão, que nos guia pelo espaço verde. Esta laje resulta da consolidação de um caminho de pé posto identificável nas cartas de Filipe Folque, datadas de 1858 (fig. 75). Em paralelo, é desenhado um sistema de escadas e patamares, que se encostam ao tardoz dos edifícios da Costa do Castelo, um deles o Teatro Taborda, valorizando-se os resquícios de uma antiga igreja que aqui existiu, as vistas sobre o espaço verde e ainda a ligação criada às Escadinhas do Marquês Ponte de Liga. A intervenção termina no Pátio do Coliginho, no tardoz do Convento, cruzando um arco que marca a transição.

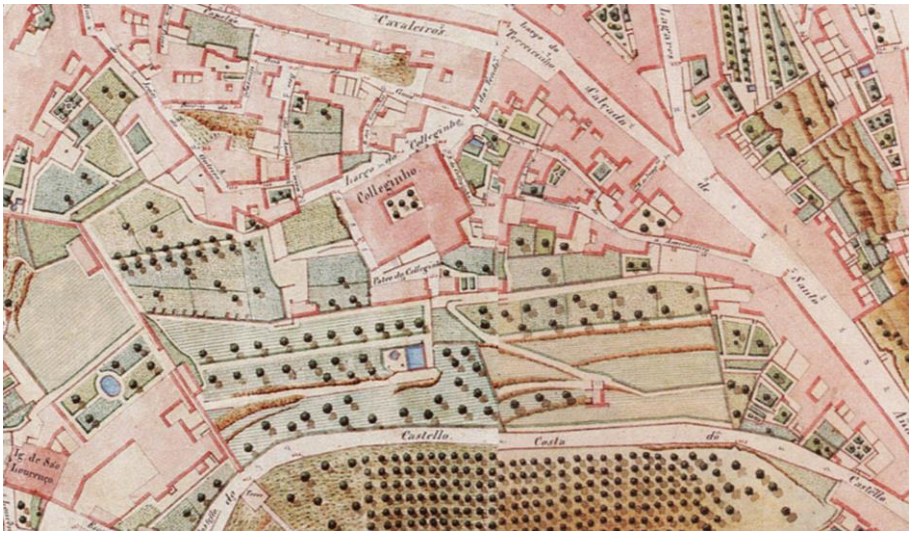
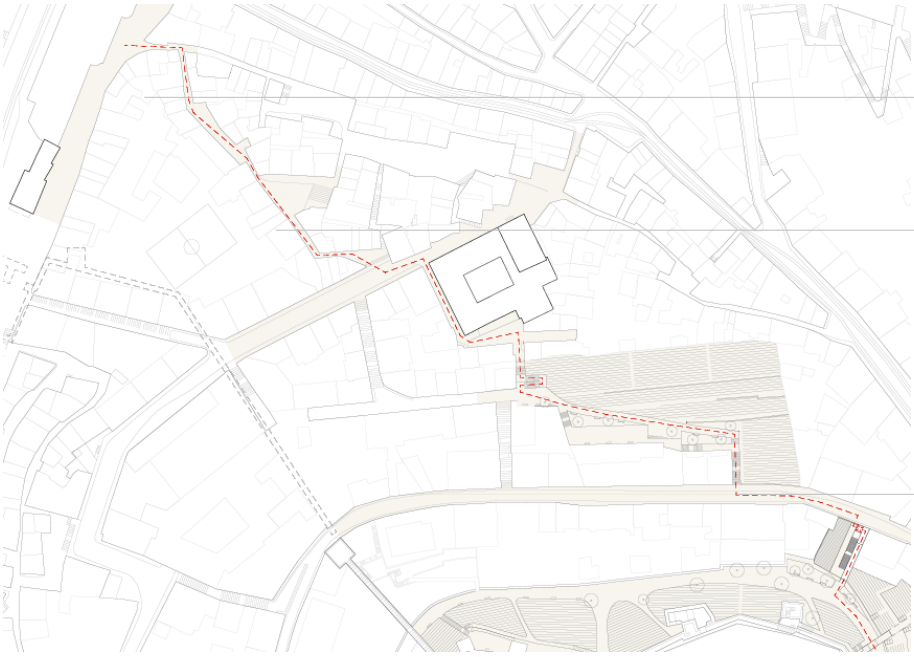


Fig.75 Coleginho, 1858

Chegados ao Pátio do Coléginho seguimos até à Rua Marquês Ponte de Lima onde voltamos à esquerda, aí entramos pela Rua João do Outeiro à nossa direita. Atravessamos agora o tecido típico da Mouraria, passando junto a dois Largos, um deles o Largo da Severa. Já no fim da nossa caminhada passamos junto a um parque infantil na Rua do Capelão que termina no nosso destino, a Rua da Mouraria.

Em suma, como resultado do estudo de diferentes condicionantes do território, procurou-se definir um percurso que potencie as oportunidades, que dê resposta às problemáticas encontradas e que vença as barreiras existentes, oferecendo um conjunto de atividades, experiências e sensações a quem circula pela cidade.



a

b

c

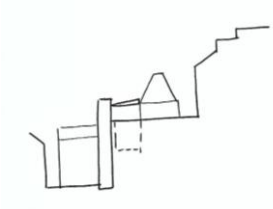
Fig.76 Percurso na Mouraria

4.2. O Construído

Como referido, o presente trabalho apresenta três projetos inseridos no percurso definido. As três propostas justificam-se pelo facto de o percurso intercetar três zonas de grande potencial, dadas a sua posição relativa na cidade, no percurso, as suas características morfológicas, o seu valor patrimonial, o seu sistema de vistas, entre outros, mas que atualmente resultam em lugares esquecidos, abandonados e ruinosos. Estes três lugares são, o Pátio de Santa Helena, o Pátio de Dom Fradique e a Costa do Castelo nº 134, coincidentes com as três barreiras que inviabilizam o percurso, dada a diferença de cotas que os marcam, problemática com enorme potencial, pois, o que hoje funciona como barreira, pode vir a funcionar como miradouro. Em suma, é proposto intervir-se nos três lugares abandonados que o percurso cruza, resolvendo as três situações intransponíveis que o inviabilizariam.

Pretende-se que os projetos sirvam o espaço público, em oposição ao edifício privado que se fecha para este espaço, procurando que seja o último a servi-lo. Assim, as intervenções cultivam uma forte relação interior e exterior, funcionando como prolongamento da rua, numa simbiose entre as atividades interiores e a rua, com o objetivo de potenciar as vivências urbanas, oferecendo à cidade espaços ativos, interessantes e convidativos. Aposta-se, em programas sociais e recreativos de interesse para a população, com base nas necessidades, cultura, e memória de uma comunidade, inseridos em espaços coletivos que, quer pelo bom desenho, quer pela atividade, pela vista, pela posição ou situação urbana, se tornam atrativos, não só para quem habita a Colina, mas também para quem a visita.

4.2.1. Pátio Santa Helena



O Pátio de Santa Helena, que pertence à CML, atualmente encontra-se em abandono. Situa-se no interior do quarteirão delimitado pela Rua Castelo Picão, pelas Escadas de Santa Helena, pela Calçadinha da Figueira e pela Rua Norberto de Araújo, confinado entre o tardoz dos edifícios com fachadas voltadas para a Rua Castelo Picão, com 22 metros de cota, e o miradouro das Portas do Sol, com 53 metros, numa cota intermédia entre eles, a 37 metros. É acedido pelo nº9 no Beco de Santa Helena e por uma porta no fim das escadas da Rua Norberto de Araújo, onde a curiosidade é

desperta por ser possível, através de umas grades, espreitar o pátio bem como a sua vista.

No pátio propõe-se uma cozinha e espaço de refeição comunitário ao ar livre no Bairro de Alfama, possibilitando que qualquer pessoa possa fazer lume num espaço apropriado, preparar uma refeição, e comer sentado à mesa enquanto convive com a vizinhança, com os amigos ou com os turistas, num lugar de vista privilegiada. Assim, esta intervenção concilia um elevador que possibilita uma ligação direta entra a Rua Castelo Picão e o Pátio, uma zona de refeição servida por outra de confeção e por último um miradouro que contempla a vista sobre o Tejo e Alfama, todos eles, espaços públicos de carater coletivo.

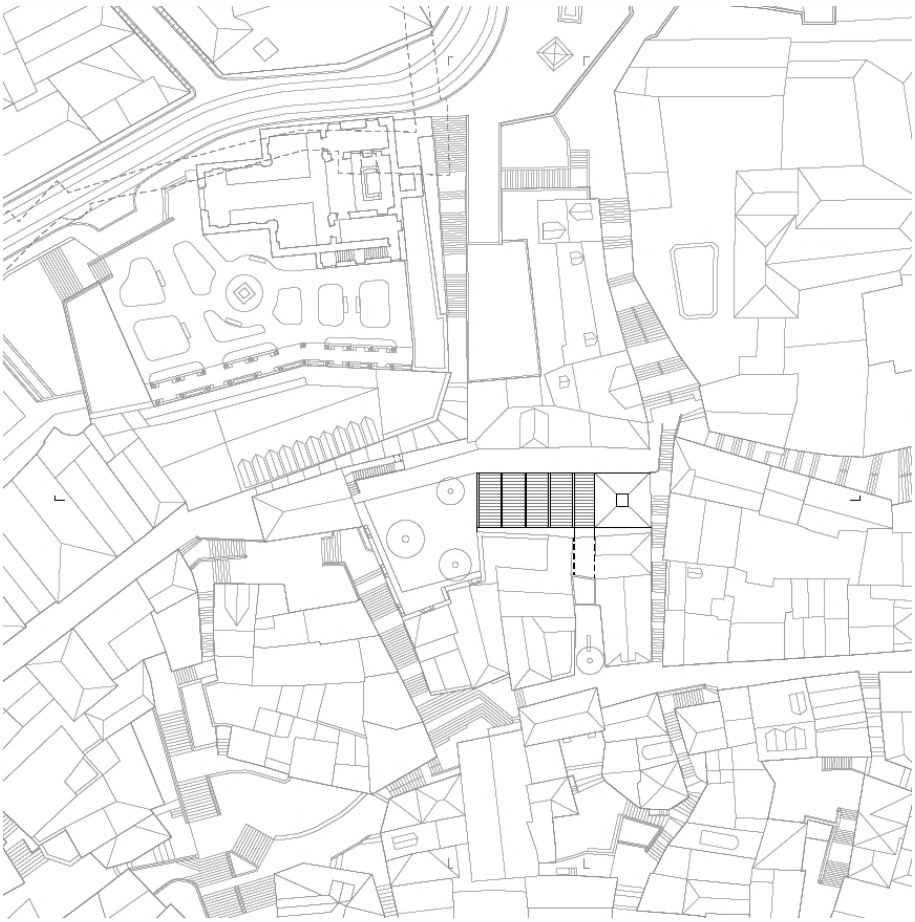


Fig.77 Planta cobertura Pátio Santa Helena

O elevador vence uma diferença de cotas de 17 metros. À cota baixa, é acedido pelo lote nº13 que nos leva até ao interior do quarteirão. À cota do pátio, o elevador é acedido através do atravessamento do último piso de um edifício contíguo ao pátio.

No lado nascente do pátio, onde atualmente existe um pequeno edifício, que será demolido e onde a vista é obstruída pelo tardoz dos edifícios da Rua Castelo Picão, é desenhado um elemento em betão que recebe a zona de confeção, e uma pérgula sobre a zona de refeição. Deste modo é libertado o lado poente que funciona como jardim miradouro, com zonas para sentar, algumas delas criadas pelas existentes namoradeiras de pedra, forradas a azulejo, semelhantes às do Miradouro de Santa Luzia.

O elemento construído em betão, foi desenhado com a forma de uma chaminé que se apoia sobre dois maciços, um que funciona como fugão e churrasco a lenha, e outro onde se instala um tanque como auxílio às atividades de confeção. A esta peça, contruída em betão pigmentado aproximando-se dos tons claros das pedras calcárias de Lisboa, agrega-se a pérgula que sombreia a zona de acesso ao elevador e a zona de refeição. A pérgula é constituída por pórticos feitos com perfis metálicos e por cabos de aço por onde vai crescer vegetação.

O mobiliário, tal como, bancos de jardim, mesas e bancos de refeição e bancadas, é composto por paralelepípedos de lioz, já a confeção é feita num equipamento de fogão e churrasco, a lenha.

Com a intervenção proposta, o Pátio de Santa Helena passa a poder ser acedido, por elevador, pela Rua do Castelo Picão, para além das entradas, que são preservadas, pelas Escadas de Santa Helena e pela Rua Norberto de Araújo. O pátio é assim oferecido à cidade passando a pertencer ao sistema de circulações do bairro e ganhando um propósito programático que o torna convidativo.

4.2.2. Pátio de Dom Fradique

O Pátio de Dom Fradique situa-se na base da antiga Muralha de Alcáçova, entre o Miradouro do Recolhimento e a Rua dos Cegos. Atualmente encontra-se num lamentável e impactante estado de degradação, é acedido pela Porta de Dom Fradique na Cerca Moura e pela Rua dos Cegos. O seu estado de ruína, a sua proximidade ao casco mais antigo da cidade, a sua complexidade e a sua atmosfera serena, recolhida da agitação urbana, despertam especial interesse o que leva a um programa mais ambicioso, e por isso, este projeto é desenvolvido a uma escala mais aproximada.

O Pátio de Dom Fradique pertencia ao Palácio Belmonte, atualmente o Hotel Belmonte, que lhe serve o acesso por um túnel abobadado, a antiga Porta de Dom Fradique. No tempo da ocupação Moura, no Pátio existiam banais terrenos fora de portas e no lugar do palácio existiam edifícios correntes construídos junto à muralha, como era hábito nesse tempo. Em 1449, D. Manuel-Braz Afonso, corregedor de D. Manuel, compra os terrenos que atualmente correspondem ao palácio, sendo pertença da família durante várias gerações. Neste período as construções originais foram sendo alteradas até que no séc. XVI o complexo já apresentava uma forma apalaçada.

Fig.78 Pátio de Dom Fradique, 1858

O terreno que hoje dá lugar ao Pátio de Dom Fradique, era conhecido como Hortas de Dom Fradique, uma vez que eram pertença de D. Fradique Manuel, fidalgo do rei D. Manuel. Era um lugar de hortas, com habitações modestas, por onde se abria uma

passagem de acesso à cidade através do túnel por de baixo do Palácio Belmonte, justificando o nome da porta, a Porta de Dom Fradique.

Em 1684, as hortas são vendidas a descendentes de D. Manuel-Braz Afonso, e passam a dar lugar às habitações dos criados. O seu carater habitacional prolonga-se no tempo até à revolução industrial, que motivou o êxodo rural na procura de trabalho e melhores condições de vida. Tal originou uma grande procura de habitação, e, por isso, o pátio foi alugado como habitação operária, com condições de habitabilidade que estavam longe das desejáveis, como nos mostram as fotografias 79 e 80. Em 1972, a Constancel adquire os terrenos do Pátio de Dom Fradique, a fim de o transformar em alojamento turístico, mas nada faz, as condições das habitações vão-se degradando levando a um descontentamento dos residentes, o que motivou a CML a adquirir o Pátio. A CML também nada concretiza e acabou por se ver forçada à desapropriação das habitações tal era o seu estado degradação. O Pátio de Dom Fradique chegou a abrigar 40 famílias em 1970, até que atualmente, resulta num conjunto de ruínas vedadas, à espera de alguma intervenção, como comprova a figura 79.

Fig.79 Pátio de Dom Fradique, 2019

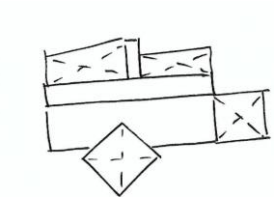
Fig.80 Panorâmica sobre o Pátio de Dom Fradique, início do séc. XX

Fig.81 Pátio de Dom Fradique, 1907

O Pátio de Dom Fradique é um lugar de descompressão que antecede uma das antigas portas da cidade, a Porta de Dom Fradique na Cerca Moura, onde, como que numa alusão ao Chão da Feira, é proposto um espaço capaz de receber todo o tipo de mercados e feiras adjacente a uma praça pública. Esta opção justifica-se pelo facto de o Chão da Feira, a par de semelhantes lugares, representar um espaço de descompressão que antecede a porta da cidade, lugar urbano onde aconteciam diversas atividades, uma das principias, a feira, que, neste caso, acabou por dar o nome à própria rua.

O programa proposto torna-se oportuno quando relacionado com a possibilidade de comercializar os produtos produzidos, a título particular, nos novos jardins produtivos da Colina do Castelo, podendo representar uma receita para a população, isto, obviamente complementado por diversas feiras e mercados, mais ou menos frequentes, pontuais ou regulares, com os mais diversos produtos, desde alimentos, roupas, artesanato, produtos típicos ou alusivos à cidade de Lisboa, muitas vezes procurados pelos turistas, entre outros.

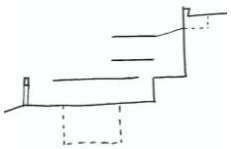
O espaço é desenhado de forma a também funcionar quando não acontecem os referidos eventos, dando lugar a um espaço público diversificado com outros diversos acontecimentos como conviver, contemplar a vista, brincar, tomar um café, assistir a atuações de rua espontâneas, o que atualmente acontece com um cantor que muitas vezes ali atua, etc.



Neste sentido de pluralidade de acontecimentos a intervenção insere-se num sistema de acessibilidades que cria uma ligação assistida ao Bairro do Castelo, ao Miradouro do Recolhimento. Esta ligação feita por elevador possibilita o acesso ao Menino de Deus e ainda uma segunda entrada no Bairro de Castelo que nos dias de hoje resulta como que num beco, cujo único acesso é feito pela Porta do Castelo, propondo-se uma nova transição da Muralha de Alcáçova. O cruzamento entre as circulações e o programa proposto torna-se fundamental para promover o acesso ao Pátio e assim potenciar atividades neste espaço público. Deste modo, projeta-se o referido espaço de comércio, uma zona de restauração e uma cisterna alimentada pela água da chuva que cai em todo pátio, que pretende contribuir para o sistema de regas do jardim produtivo envolvente. Estes programas inserem-se em várias tipologias espaciais, tais como, uma praça coberta, um pátio sobre a cisterna, um outro de carater mais

privado, uma praça descoberta sobre a coberta, um miradouro para o rio, Alfama e São Vicente e por último um logradouro que descobre parte da Muralha de Alcáçova, enterrada desde o séc. VXII, que se propõe escavar.

O projeto desenvolve-se em dois níveis e num sistema de três galerias a poente, junto à muralha, que resolve as acessibilidades, parte do programa e a transição entre a praça a escavação da muralha.



No primeiro nível, ao nível da entrada pela Rua dos Cegos, é mantido o eixo em rampa para a Porta de Dom Fradique, mas primeiramente é desenhado um espaço de entrada triangular que acede ao pátio sobre a cisterna. Esta transição é marcada por um elemento suspenso, que, ao ser atravessado marca um recinto quadrangular com uma lanterna ao centro que espreita a cisterna e que no seu interior cria um rasgo de luz. A este recinto segue-se uma praça retangular coberta, lugar onde acontecem as feiras e mercados, como tal, no seu perímetro são desenhadas caixas de betão onde se pousa a cobertura da praça. A frente destas caixas é feita por cortinas de correr em fole para que, quando existe algum tipo de comércio se possam abrir para a praça, ou fechar caso não exista, sem nunca condicionar a utilização contínua do espaço. O interior destas caixas é deixado como espaço livre de modo a que possam ser montadas diferentes bancas consoante o acontecimento que recebem, bancas estas que se podem também estender para a praça, ou até mesmo para outros espaços da intervenção.

A praça coberta acede a um pequeno pátio, a norte, de cariz mais íntimo, onde são criadas zonas de estadia com bancos e sombra, numa relação próxima com a natureza marcada por duas árvores, por parte do pátio deixado em terra e ainda pela presença de água, com o atravessamento de uma linha que vai até à cisterna. No lado oposto, após a delimitação da praça feita por um rebaixamento do teto, é descoberto uma abertura na cobertura que denuncia um logradouro verde que descobre a escavação da muralha, a um nível superior, onde são instaladas as comunicações verticais. No primeiro nível estão também as zonas de cargas e descargas, bem como zonas técnicas e cozinhas da restauração cuja ligação à zona de refeição é feita por elevadores monta pratos.

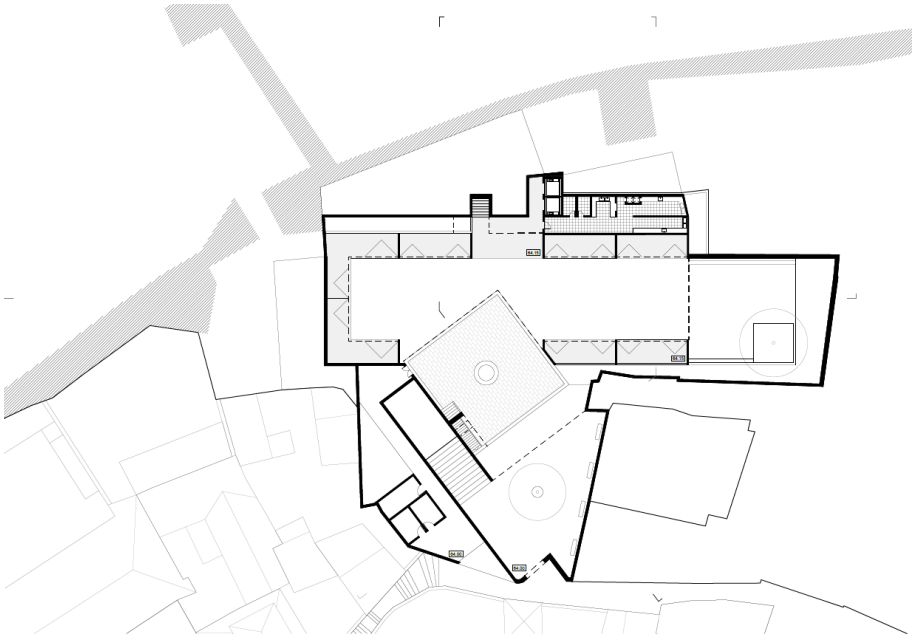


Fig.82 Planta piso 0 Pátio de Dom Fradique

Num segundo nível, à cota do inferior da muralha e da Porta de Dom Fradique, desenha-se uma praça retangular sobre a praça coberta. Este espaço é delimitado pelos pátios inferiores, onde nos seus limites, se pode olhar para estes pátios, já a poente, do lado da Muralha, o limite é marcado pelas três galerias cujo alinhamento respeita o eixo dos muros existente entre a cota inferior do pátio e a cota superior do Bairro do Castelo.

O alinhamento das galerias cria, no tardoz, a poente, do lado oposto à praça, dois saguões entre elas e os muros. Estas galerias não são mais do que meras lajes para que se estabeleça uma ligação visual entre estes lugares e a praça, denunciando algum acontecimento para lá do limite marcado pelas galerias. São assim criados dois logradouros, o primeiro mais a sul, junto ao Palácio Belmonte e ao Miradouro do Recolhimento, onde se mostra a escavação do troço da Muralha de Alcáçova, num espaço verde inacessível, com duas árvores, onde também acontecem as comunicações verticais por escadas. Pretende-se assim, desenhar três níveis de galerias que olham a muralha.

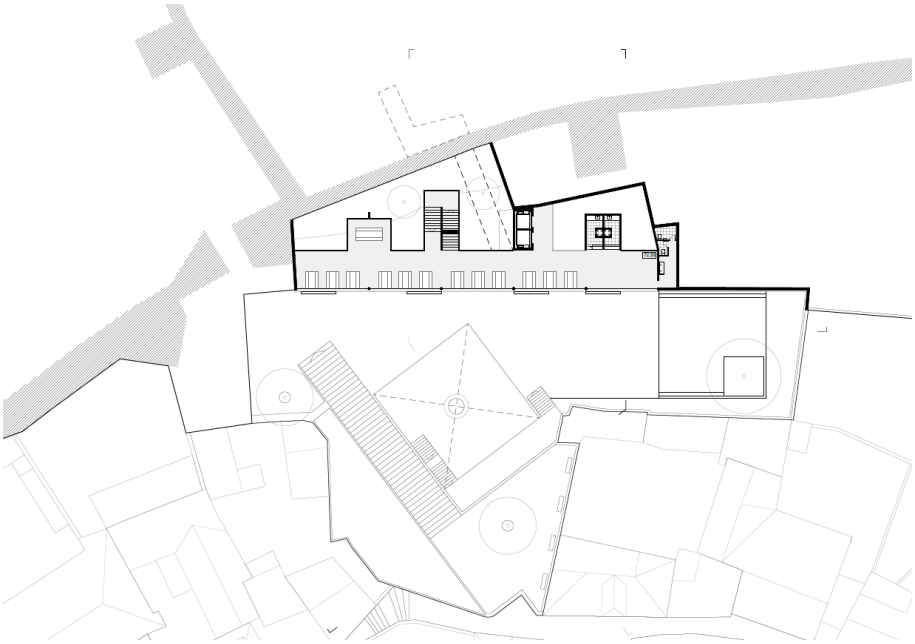


Fig.83 Planta piso 1 Pátio de Dom Fradique

A transição entre o saguão sul e o norte é marcada pelos elevadores. No saguão norte, delimitado por banais muros de contenção, é instalado um paralelepípedo, que se abre para as galerias através de painéis de correr em fole, dedicado à restauração, pousado sobre o espaço de gravilha. Num primeiro nível existe um café quiosque cuja esplanada pode-se estender pela praça em frente ou pela própria da galeria; num segundo nível são criados dois balções de restauração, servidos pelas cozinhas do piso baixo do edifício, sendo o segundo nível de galeria um espaço de refeição que olha, de um lado, numa consola, a escavam e do outro uma vista para o rio, para Alfama e para São Vicente. São ainda instaladas as instalações sanitárias nestas duas primeiras galerias.

O terceiro e último patamar do sistema laminar horizontal, é um espaço de miradouro que se liga à nova saída norte do pátio, que passa por de trás do Menino de Deus, permitindo o acesso ao lado exterior norte o Castelejo. Também se liga ao Bairro do Castelo atravessando o logradouro da muralha sobre uma ponte que termina numas escadas subterrâneas até ao Miradouro do Recolhimento.

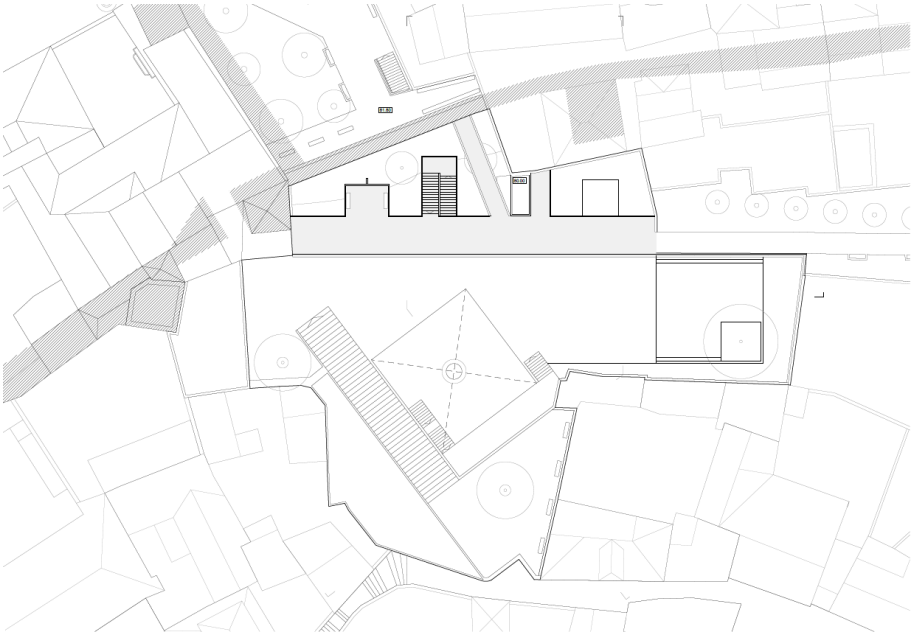


Fig.84 Planta cobertura Pátio de Dom Fradique

A materialidade do projeto pretende-se coerente com as restantes intervenções propostas, apostando no betão pigmentado, com elementos e o mobiliário paralelepipédicos de lioz, como bancos, bancadas ou degraus e por último com ferragens pintadas a branco, tais como corrimões e portas de correr das “caixas”.

Apresentado o projeto, pretende-se criar cidade no Pátio de Dom Fradique, resolve-se problemas de acessibilidade num espaço bem desenhado e com qualidade urbana. Um espaço polivalente, capaz de receber variadas atividades urbanas, tornando-se um lugar vivido por todos. Um lugar atrativo não apenas para quem circula e visita a Colina, mas também para aqueles que nela vivem.

4.2.3. Costa do Castelo

No número 134 da Costa da Castelo encontra-se um lote devoluto entre um muro de contenção de 7,20 metros, que se alinha com a frente de rua, e o muro de contenção da zona norte exterior ao Castelejo de 8,75 metros. Junto ao edifício nº 136 existem umas escadas que nos levam até ao patamar intermédio do lote, onde está construído um edifício de duas águas que se propõe demolir.

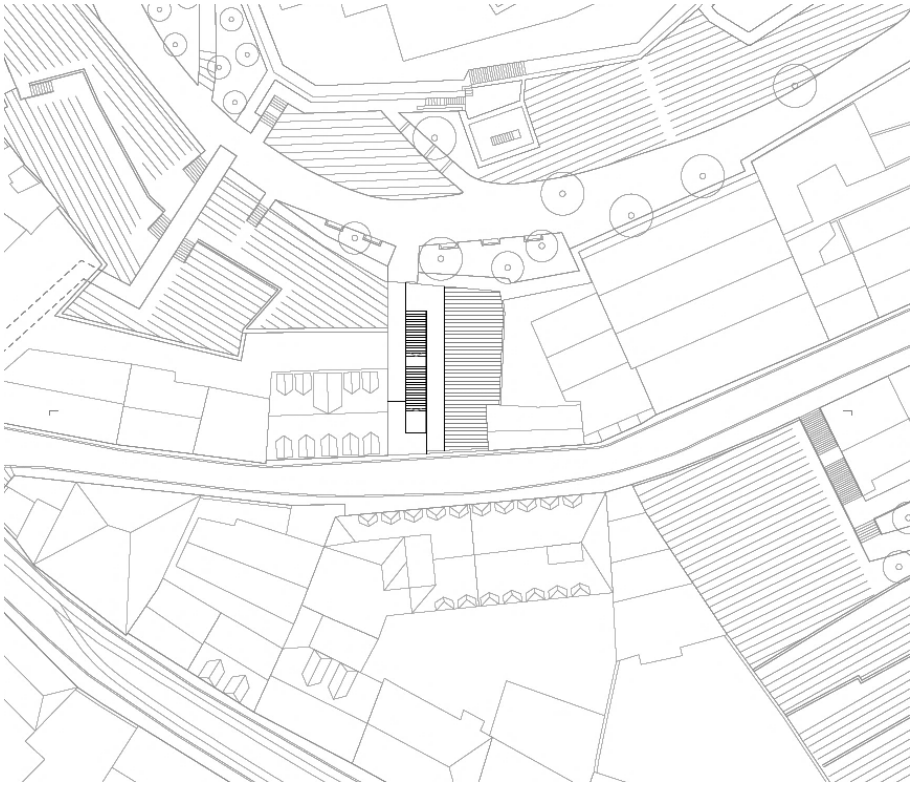
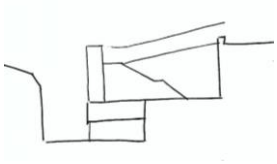


Fig.85 Planta cobertura Costa do Castelo

No lote da Costa do Castelo é programado um edifício de promoção e apoio às atividades produtivas que acontecem nos jardins urbanos vizinhos. Neste edifício serão dadas sessões de apoio e esclarecimento sobre estas atividades bem como workshops, aliando um espaço polivalente interior a um espaço de produção exterior. Esta intervenção pretende complementar-se com uma transição, por escadas e elevador, entre a cota baixa da Costa do Castelo e a cota alta do Castelejo.



O novo edifício é construído junto ao muro da Costa do Castelo e acedido por um vazio criado ao nível térreo. Neste primeiro piso está a receção e as instalações sanitárias equipadas com zona de duche, no segundo piso é desenhado uma sala polivalente de formações, palestras, workshops, etc., um gabinete e ainda uma sala de arrumos. Na cobertura, à cota do atual lote, bem como na restante área, é criado um espaço produtivo de formação e experimentação. Junto ao nº136 da Costa do Castelo é desenhada a transição entre a cota baixa e a cota alta, com uma peça à cota superior que se estende até, e balança sobre a Costa do Castelo, onde na extremidade abre uma janela que descobre o Convento da Graça. A descida é feita por escadas, recuperando também as já existentes, ou assistida por elevador.

A intervenção descrita permite uma transição entre a zona do Castelejo e a Costa do Castelo, aliada a um programa que assiste, promove e dinamiza atividades produtivas que, para além de criarem espaço público em lugares expectantes da cidade, promovem o uso do espaço exterior (atividades opcionais) e potenciam as relações interpessoais (atividades sociais), aliando os benefícios das atividades produtivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Lisboa tem assistido ao aumento do turismo, que tem um principal interesse pelo centro histórico da cidade, a Colina do Castelo. Tal tendência revela-se importante para a economia, para a reabilitação do edificado e para a internacionalização da cultura Portuguesa. Por outro lado, tem provocado uma consequente descaracterização do lugar, uma excessiva e constante agitação, e ainda levado a uma especulação imobiliária, fatores estes que têm provocado descontentamento por parte dos moradores, que acabam por abandonar os bairros.

Nos bairros históricos a população residente é cada vez menor, o sentido comunitário tem-se perdido bem como o sentimento de pertença do bairro, com a excessiva ocupação temporária, ou ainda, o comércio local tradicional, que se tem convertido num comércio dedicado ao turismo, pois representa um maior volume de negócio e um maior poder económico, relativamente ao dos moradores.

A importância destes lugares históricos como testemunho da cultura, tradição e herança de um povo e do território é inegável, por isso, o presente trabalho procurou promover as vivências de bairro, para que se assegure a continuidade dos valores anteriores, num compromisso entre eles e o setor turístico, tendo-se a consciência da importância de ambos para a cidade. É neste sentido de promoção das vivências urbanas que o trabalho procurou valorizar os moradores, não através da oferta de mais habitação, uma vez que a colina já a oferece, mas sim, dotando a Colina daquilo que ela não oferece à cidade, tendo a consciência da memória e das necessidades de uma população que convive e vive do turismo.

Tendo o propósito de dotar a cidade, foi necessário torná-la acessível, por isso definiu-se um percurso que permeabilize os bairros. Este último valoriza-se por momentos relevantes para os moradores, favorecendo-se também todos aqueles que circulam pela Colina. Para a definição deste percurso encontrou-se uma metodologia de leitura do território, a par do estudo da cidade, de cada lugar e dos conceitos que fazem parte do ideal de bairro. Este percurso atravessa lugares intransponíveis, onde se propõe equipamentos coletivos que participam na vida urbana, e percorre espaços inacessíveis que ficaram esquecidos no tardoz dos edifícios, onde se possibilitam espaços recreativos e produtivos, como forma de promover as atividades no espaço público, as relações interpessoais e uma comunidade ativa.

Deste modo, como resposta às questões de trabalho lançadas, que surgiram perante a problemática de uma cidade de tempos anteriores, que numa tentativa de se adaptar ao presente, tem perdido parte do seu património imaterial e da sua identidade, motivado em parte por um crescente défice da população residente. É assim defendida uma cidade vivida para que se torne mais para atraente aqueles que a habitam, criando-se espaços coletivos onde se enalteça os costumes do lugar e da comunidade.

O sucesso destes lugares crê-se na multiplicidade de atividades em equipamentos que funcionam como continuidade do espaço público, espaços de qualidade destinados aos moradores, e vivido por todos, ou seja, espaços inclusivos. Para além destes fatores, defende-se que a correta acessibilidade a estes lugares é fundamental para que as pessoas os atravessem, por isso, são inseridos num percurso, de modo a participarem no sistema de circulações do território, fazendo com que as pessoas de desloquem destes lugares, para eles e neles, ou até mesmo convidando à estadia aqueles que deambulam pela cidade e que com eles se cruzam, intencionalmente, ou não.

Como verificado estamos perante uma malha consolidada e de grande valor patrimonial, por isso acredita-se que em territórios como este devemos intervir de forma controlada, procurando solução com pouco impacto ou visibilidade formal, pois deve-se respeitar o lugar e o seu valor. São lugares onde apenas é necessário compreender as suas fragilidades de modo a potenciar o seu valor já presente. Por este motivo propõe-se intervir nos interstícios que ficaram esquecidos numa malha consolidada, dando uma resposta assertiva aos objetivos e programas traçados, consequentes das problemáticas encontradas, assumindo sempre uma imagem arquitetónica contemporânea para que, de forma imediata se reconheça os diferentes tempos numa cidade que resulta de sucessivas sobreposições temporais.

Uma cidade caracteriza-se pela sua gente, e como forma de tornar o lugar atrativo, intervimos no espaço público e oferecemos equipamentos coletivos e inclusivos, num diálogo entre a memória, entre os residentes e entre os visitantes, como forma de fomentar as atividades urbanas, numa cidade que se pretende vivida e ativa.

BIBLIOGRAFIA

Andrade, José Dérgio Velloso de (1851), *Memoria sobre chafariz, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belém, e muitos lugares do termo,* Lisboa, Imprensa Silviana.

Araújo, Norberto de (1993), *Peregrinações Em Lisboa*, Lisboa, Vega, 2ª ed.

Ascher, François; Godard, Francis (2003), *Modernité: la nouvelle carte du temps,* Paris, Aube.

Bauman, Zygmunt (2006), *Confiança e Medo na Cidade,* Lisboa, Relógio D`Água.

Blundell Jones, Peter (2005), *Architecture and Participation*, Nova York, Spon Press.

Burckhardt. Jacob (1958), *Sullo studio della storia*, Turim, Einaudi.

Borja, Jordi (2003), *La Ciudad Conquistada*, Madrid, Alianza Aditorial, S.A.

Calado, Maria; Henriques, Mateus; Mendes, Clara ; Jorge, Filipe; Meneses, Cristina (2013), *Lisboa Vista do Céu,* Lisboa, Argumentum.

Careri, Francesco (2002), *El andar como práctica estética*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili.

Caseiro, Carlos; Pena, Américo; Vital, Raul (1999), *Histórias e outras memórias do aqueduto das Águas Livres,* Lisboa, EPAL.

Cullen, Gordon (1977), *El Paisaje Urbano*, Espanha, Editorial Blume.

CML (2015), *Uma Praça em cada Bairro*, Lisboa, Divisão de Projetos e Estudos Urbanos.

CML (2011), *Carta Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa – 2011/2024,* Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Deleuze, Gilles; Guatiari, Félllx (1980), *Mil/e plateaux: capitalisme et schizophrénie,* Paris, Les Éditions de Minuit.

Dias Coelho, Carlos (coord.) (2015), *Os Elementos Urbanos,* Lisboa, Argumentum.

Dias Coelho, Carlos (coord.) (2018), *O Tempo e a Forma,* Lisboa, Argumentum.

Donzelot, Jacques (1999), “La nouvelle question urbaine”, *Esprit,* novembro, pp. 87-114.

Fawcett, A. Peter (1998), *Architecture,* Oxford, Architectural Press.

Fernandes, Sérgio (2015), O Traçado, in Dias Coelho, Carlos (coord.), *Os Elementos Urbanos,* Lisboa, Argumentum, pp.36-57.

França, José Augusto (1997), *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa, Estúdios Horizonte.

Gehl, Jan (2017), *A Vida entre Edifícios*, Lisboa, Livraria Tigre de Papel.

Gehl, Jan (2013), *Cidades Para Pessoas*, São Paulo, Editora Perspetiva S.A.

Goitia, Fernado Chueca (1982), *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença.

Halbwachs, Maurice (1997), *La mémoire collective*, Paris, Albin Michel.

Krier, Léon (1999), *Arquitectura Escolha ou Fatalidade*, Lisboa, ESTAR.

Lefebvre, Henri (2009), *O Direito à Cidade*, São Paulo, Centauro.

Leite, João (2015), A Parcela, in Dias Coelho, Carlos (coord.), *Os Elementos Urbanos,* Lisboa, Argumentum, pp.144-163.

Lynch, Kevin (1982), *A Imagem da Cidade*, Lisboa, Edições 70.

Mendes, Luís (2014), *Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith*, São Paulo, Cad. Metrop.

Mendes, Maria Manuela; Sá, Teresa; Crespo, José Luís; Ferreira, Carlos Henriques (2012), *A Cidade entre Bairros*, Lisboa, Caleidoscópio_Edição e Artes Gráficas, SA.

Moita, Irisalva (1990), *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Pirenne, Henri (1927), *Les villes du Moyen-Age, essai d'histoire économique et sociale,* Bruxelas, Lamertin.

Poète, Marcel (1925), *How Paris Developed,* 2181, Paris, Hachette.

Rapoport, Amos (1978), *Aspectos humanos de la forma urbana,* Barcelona, GG.

Rémy, Jean; Voyé, Liliane (1997), *A cidade: rumo a uma nova definição?,* Porto, Afrontamento.

Rossi, Aldo (2001), *A Arquitetura da Cidade*, Lisboa, Edições 70.

Silva, Augusto Vieira da (1987), *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, Augusto Vieira da (1987), *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

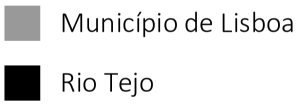
Silva, Augusto Vieira da (1968), *Dispersos, Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa.

Simmel, George (1999) [1908], *Sociologie*, Paris, PUF.

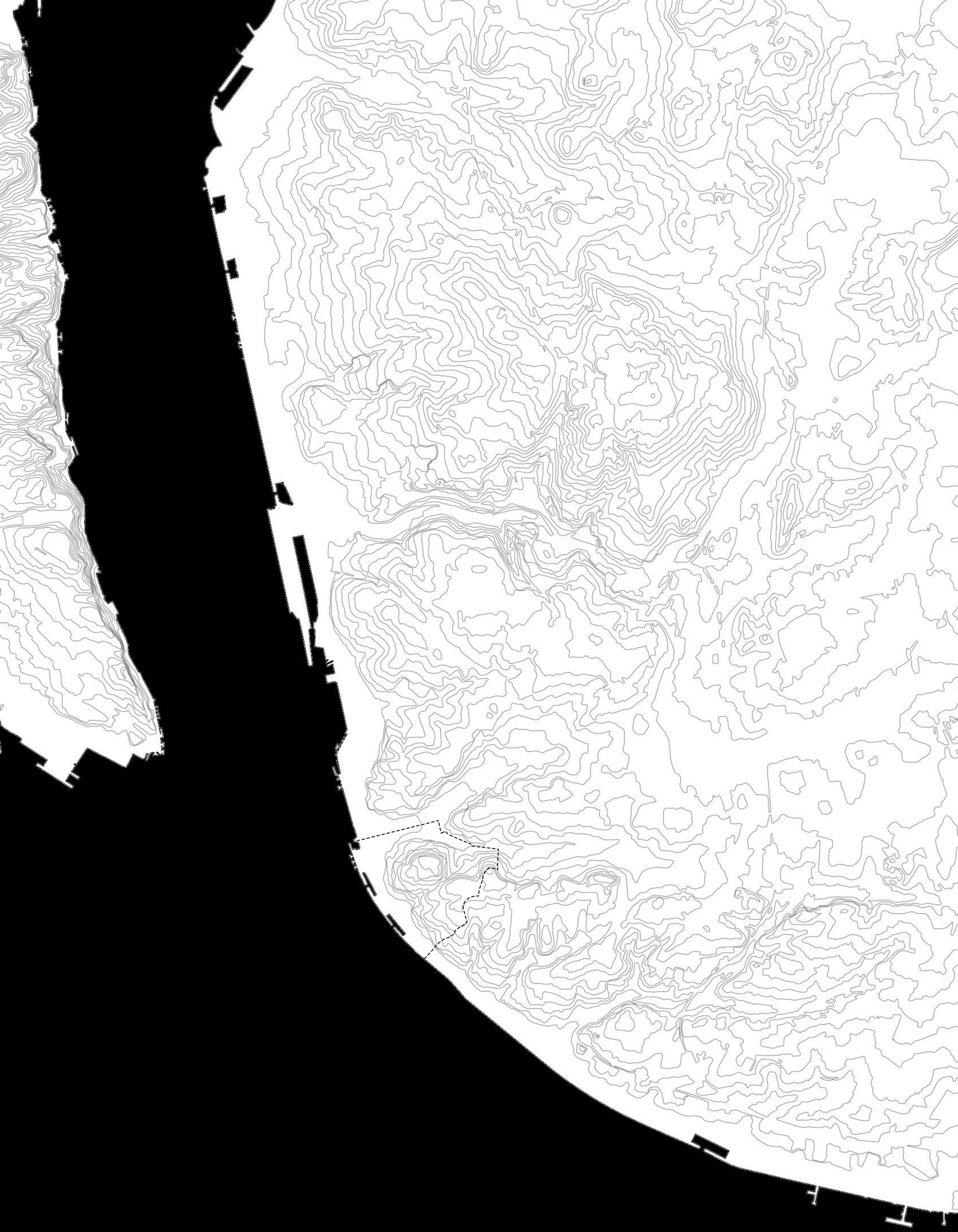
Smith, Neil (1987), *Gentrification and the Rent Gap*, Londres, Taylor & Francis, Ltd.

Trindade, Luísa (2015), A Malha, in Dias Coelho, Carlos (coord.), *Os Elementos Urbanos,* Lisboa, Argumentum, pp.58-81.

ANEXOS | Leitura do território



ESTUÁRIO DO TEJO



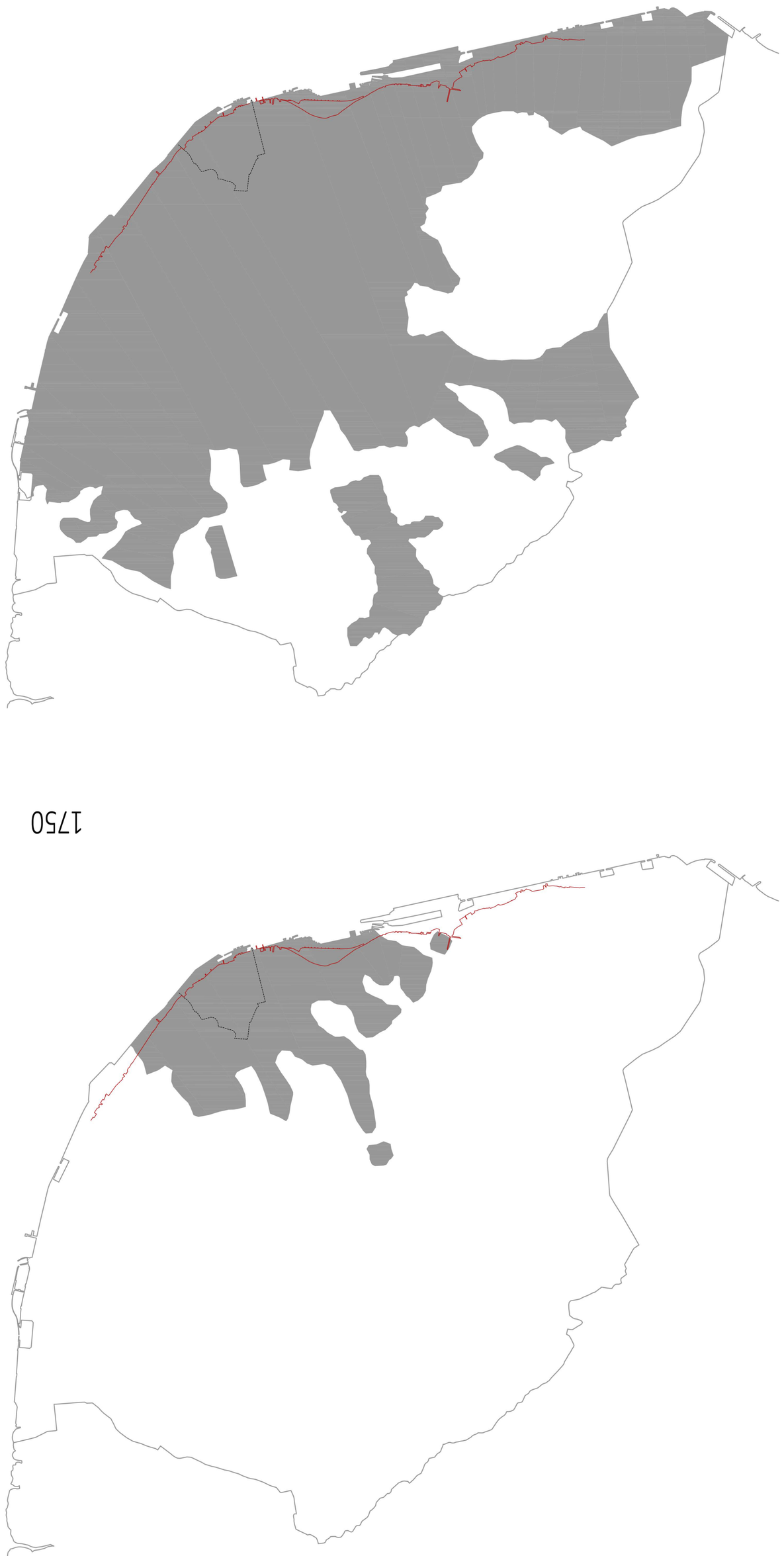
Rio Tejo

Curvas de Nível

Colina do Castelo

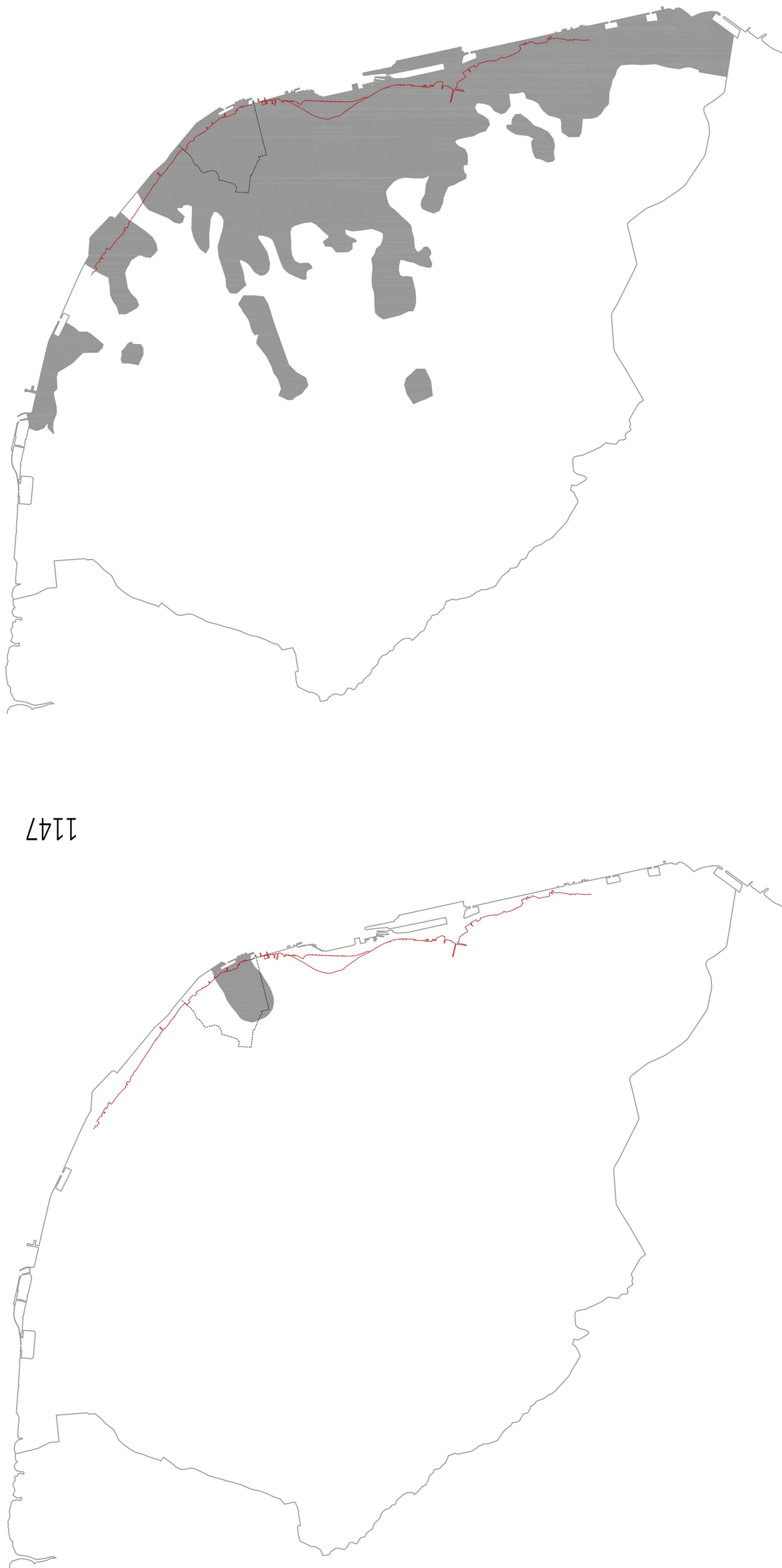
TOPOGRAFIA

1980



1950

1850



1750

1375

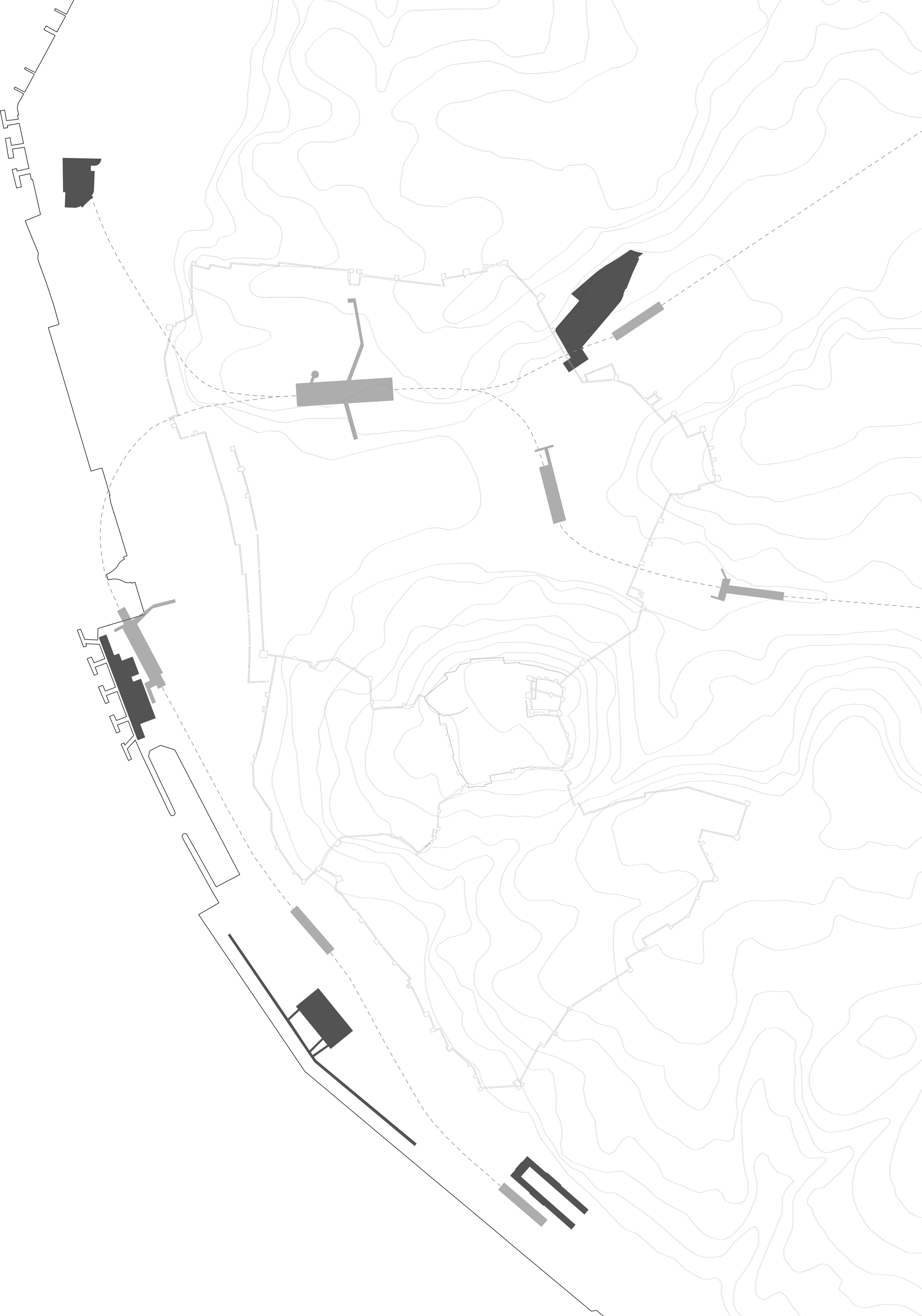
1147

CRESCIMENTO DA CIDADE DE LISBOA

Vias Principais

Antigas Cercas de Lisboa

VIAS PRINCIPAIS



Parque Automóvel

Estações de Metro

Estações de Comboio e Fluviais

Linhas de Metro

Linhas de Comboio

ACESSIBILIDADE

Mobilidade Assistida por Meios Mecânicos

Percursos Pedonais Traçados

Linhas de Elétrico

ACESSIBILIDADE

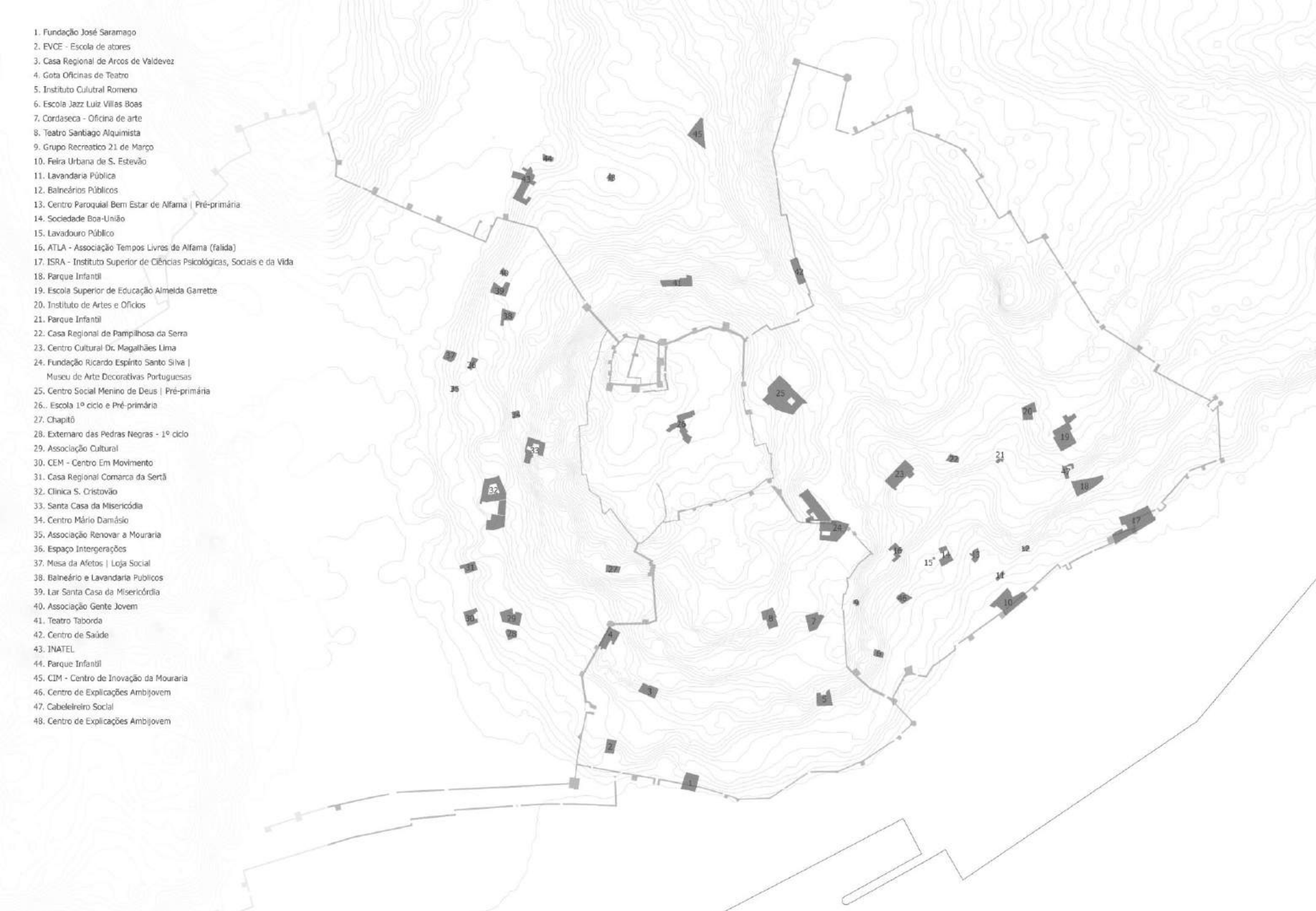
Perímetro das Praças

PRAÇAS E LARGOS

Edifícios Notáveis

EDIFÍCIOS NOTÁVEIS

1. Fundação José Saramago
2. EVCE - Escola de atores
3. Casa Regional de Arcos de Valdevez
4. Gota Oficinas de Teatro
5. Instituto Culutral Romeno
6. Escola Jazz Luiz Villas Boas
7. Cordaseca - Oficina de arte
8. Teatro Santiago Alquimista
9. Grupo Recreatico 21 de Março
10. Feira Urbana de S. Estevão
11. Lavandaria Pública
12. Balneários Públicos
13. Centro Paroquial Bem Estar de Alfama | Pré-primária
14. Sociedade Boa-União
15. Lavadouro Público
16. ATLA - Associação Tempos Livres de Alfama (falida)
17. ISRA - Instituto Superior de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida
18. Parque Infantil
19. Escola Superior de Educação Almeida Garrette
20. Instituto de Artes e Ofícios
21. Parque Infantil
22. Casa Regional de Pampilhosa da Serra
23. Centro Cultural Dr. Magalhães Lima
24. Fundação Ricardo Espírito Santo Silva |
Museu de Arte Decorativas Portuguesas
25. Centro Social Menino de Deus | Pré-primária
26.. Escola 1º ciclo e Pré-primária
27. Chapitô
28. Externato das Pedras Negras - 1º ciclo
29. Associação Cultural
30. CEM - Centro Em Movimento
31. Casa Regional Comarca da Sertã
32. Clinica S. Cristovão
33. Santa Casa da Misericódia
34. Centro Mário Damásio
35. Associação Renovar a Mouraria
36. Espaço Intergerações
37. Mesa da Afetos | Loja Social
38. Balneário e Lavandaria Publicos
39. Lar Santa Casa da Misericórdia
40. Associação Gente Jovem
41. Teatro Taborda
42. Centro de Saúde
43. INATEL
44. Parque Infantil
45. CIM - Centro de Inovação da Mouraria
46. Centro de Explicações Ambijovem
47. Cabeleireiro Social
48. Centro de Explicações Ambijovem



Equipamentos

EQUIPAMENTOS

ANEXOS | O Percurso

Intenção de Percurso

Perímetro das Praças

ESPAÇO PÚBLICO

Intenção de Percurso

Estações de Metro

Estações de Comboio e Fluviais

Percursos Pedonais Traçados

Vias Principais

Linha de Elétrico

ACESSIBILIDADES

Intenção de Percurso

Edifícios Notáveis

EDIFICADO

ANEXOS | Caderno Fotográfico do Percurso

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA

O CAMINHO DAS VIVÊNCIAS URBANAS

EQUIPAMENTOS DE UM PERCURSO NA COLINA DO CASTELO

Tomás de Azevedo Rodrigues Duarte Filipe

(Licenciado)

Projeto Final de Mestrado
Para a obtenção do Grau Mestre em Arquitetura

Orientação Cientifica

Especialista, Arquiteto João Favila Menezes

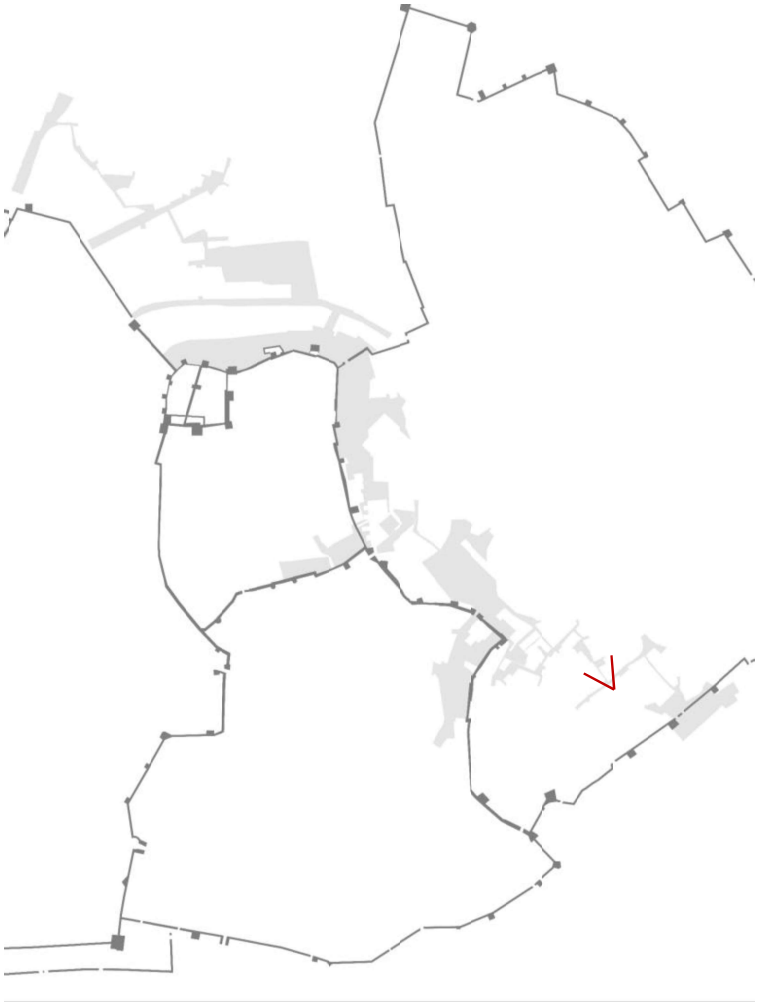
Professor Doutor José Luís Crespo

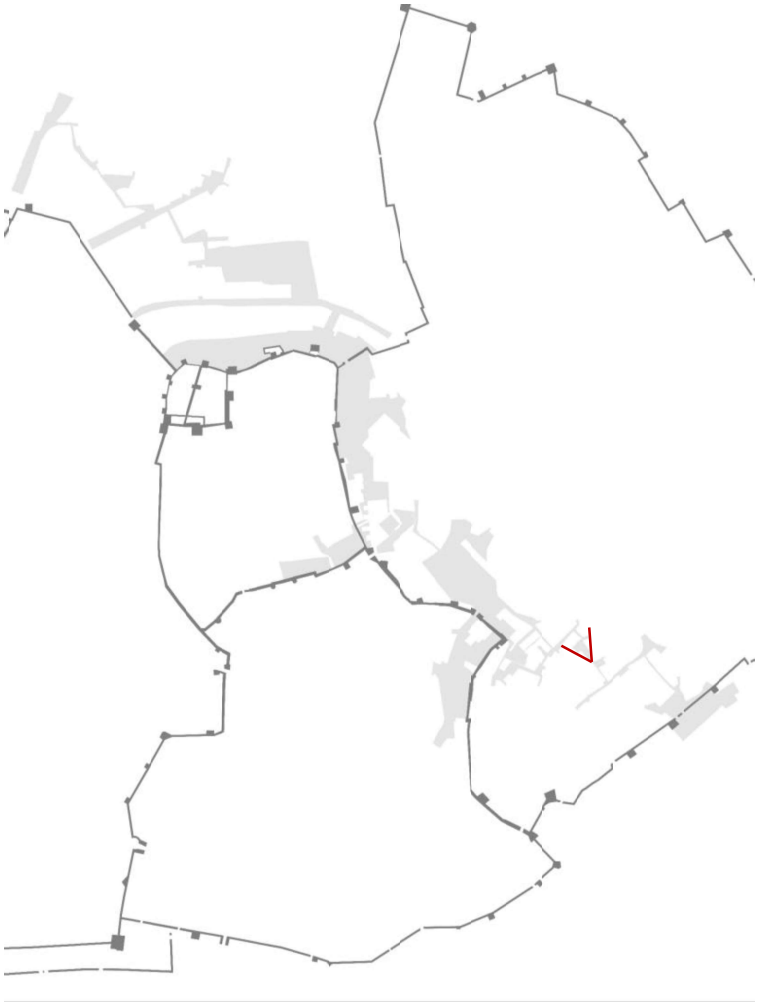
CADERNO FOTOGRÁFICO DO PERCURSO

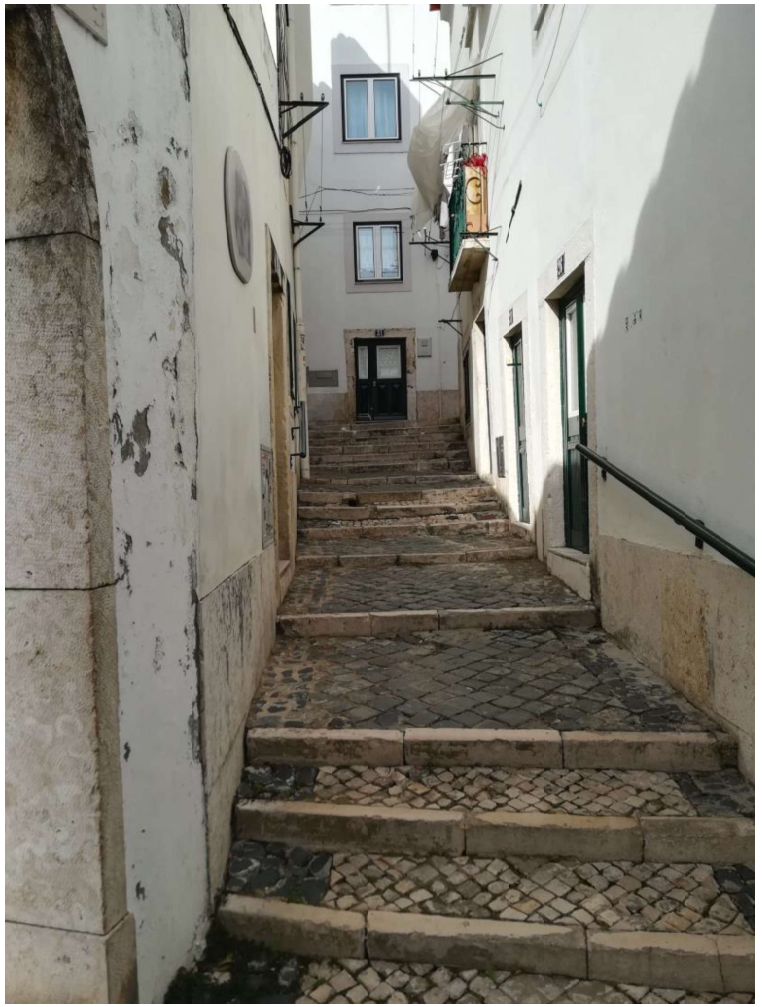
Lisboa, FA.Ulisboa, Dezembro 2019

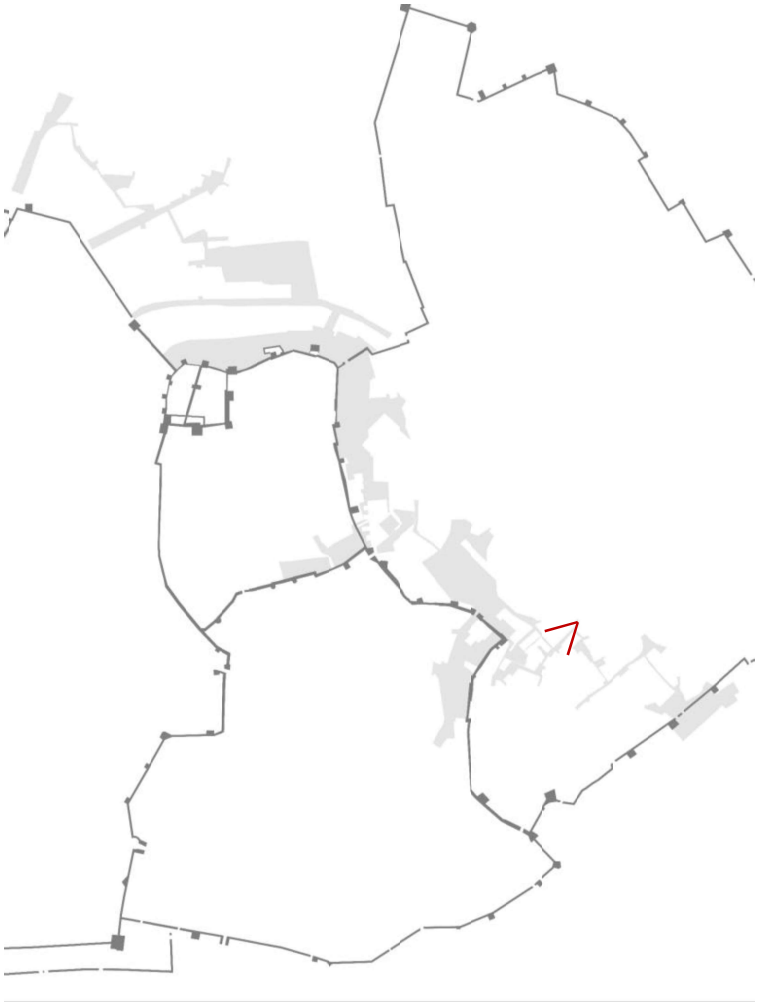
ALFAMA | MOURARIA

HOSTEL
O CARTACHEIRO

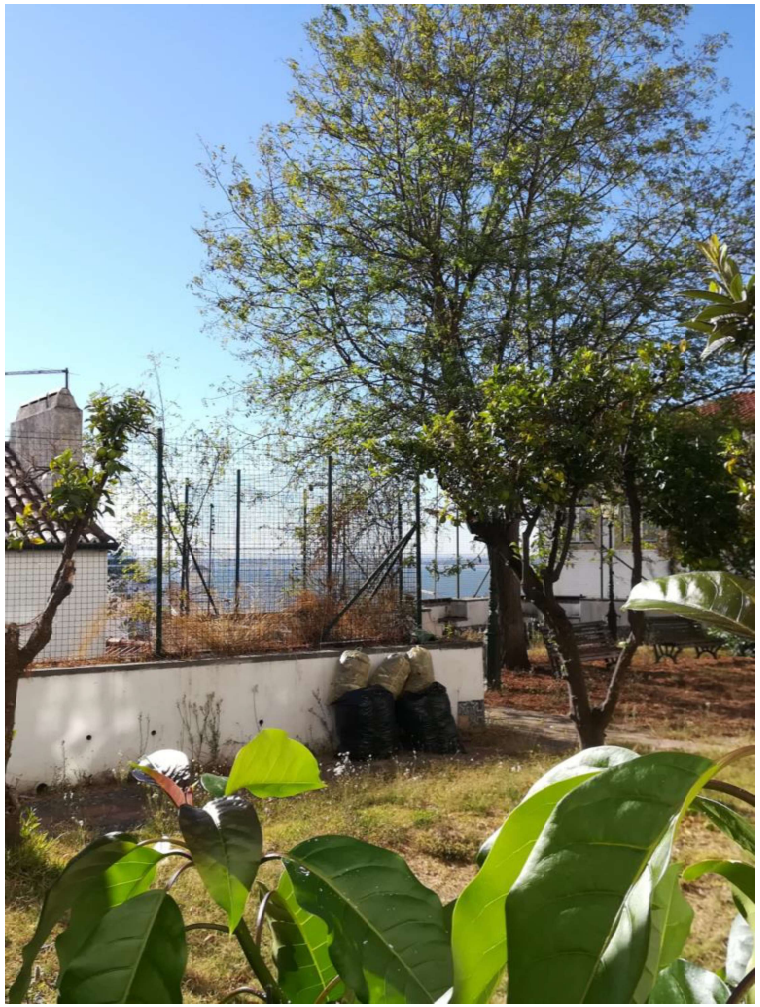


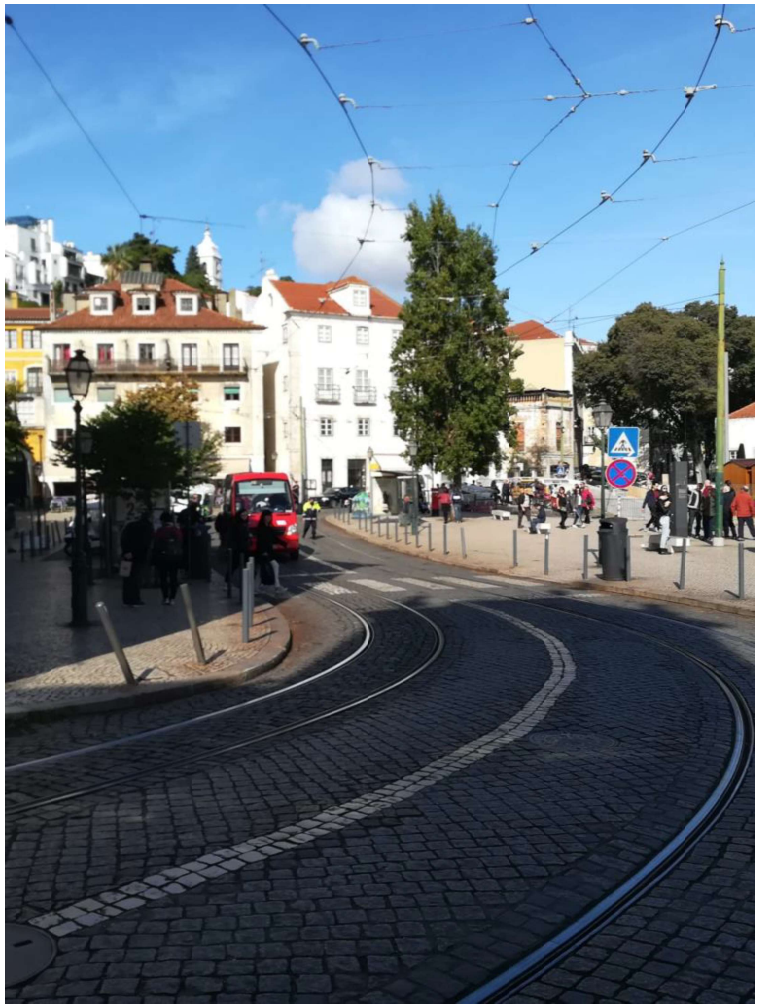




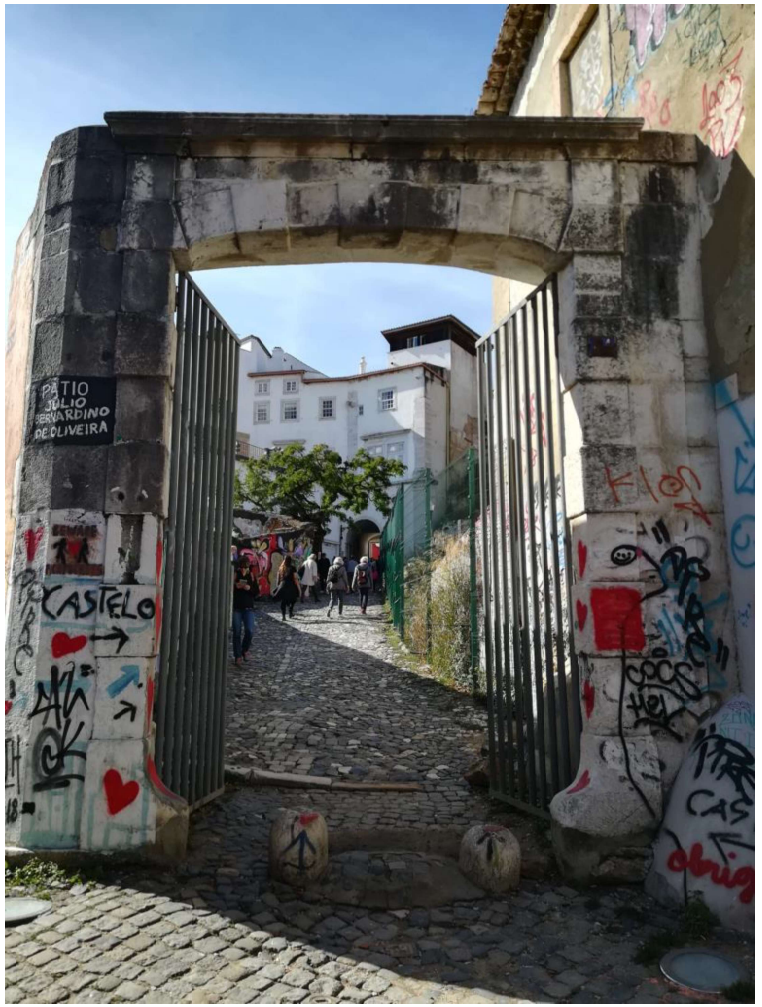


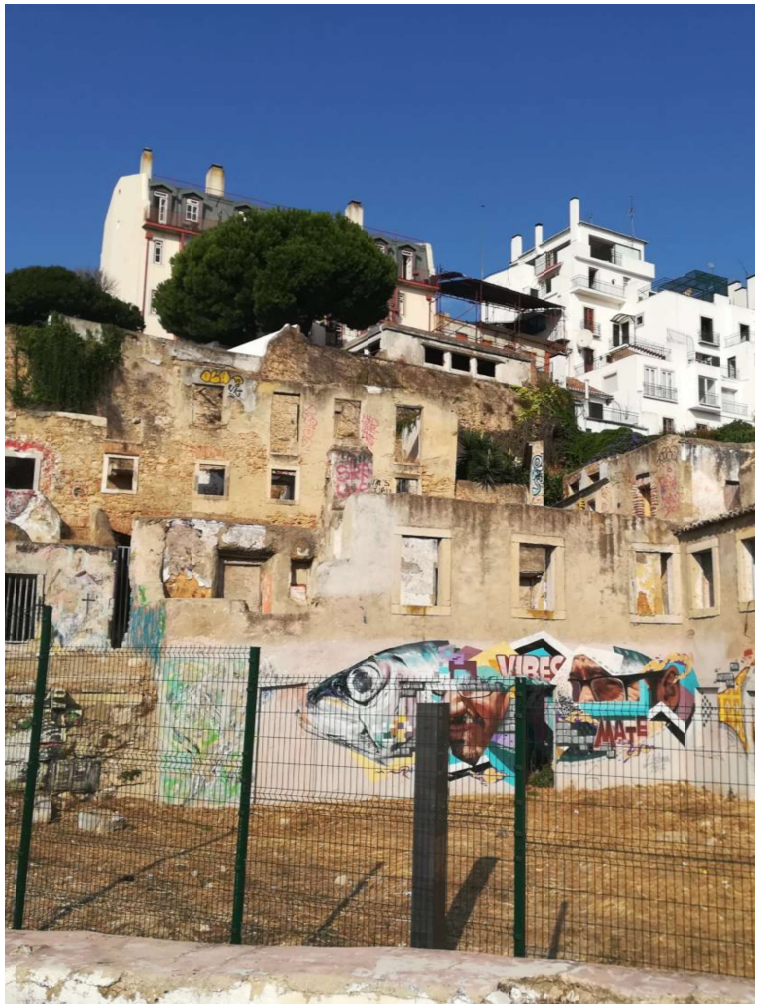
RUA
DO
CASTELO
PICADO

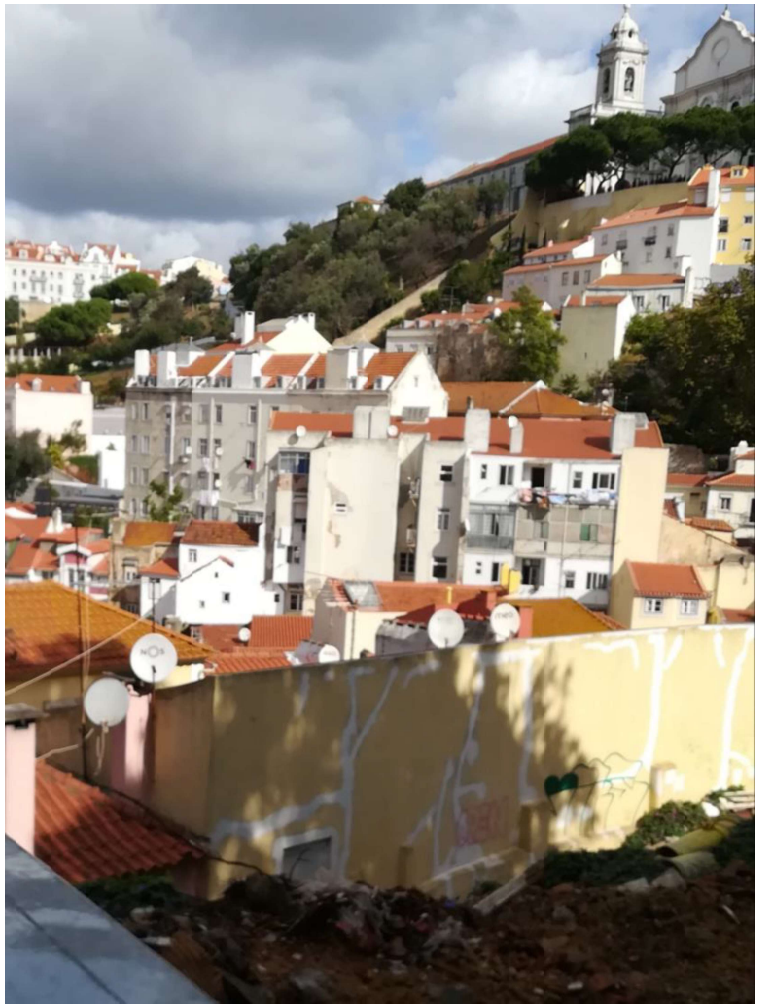




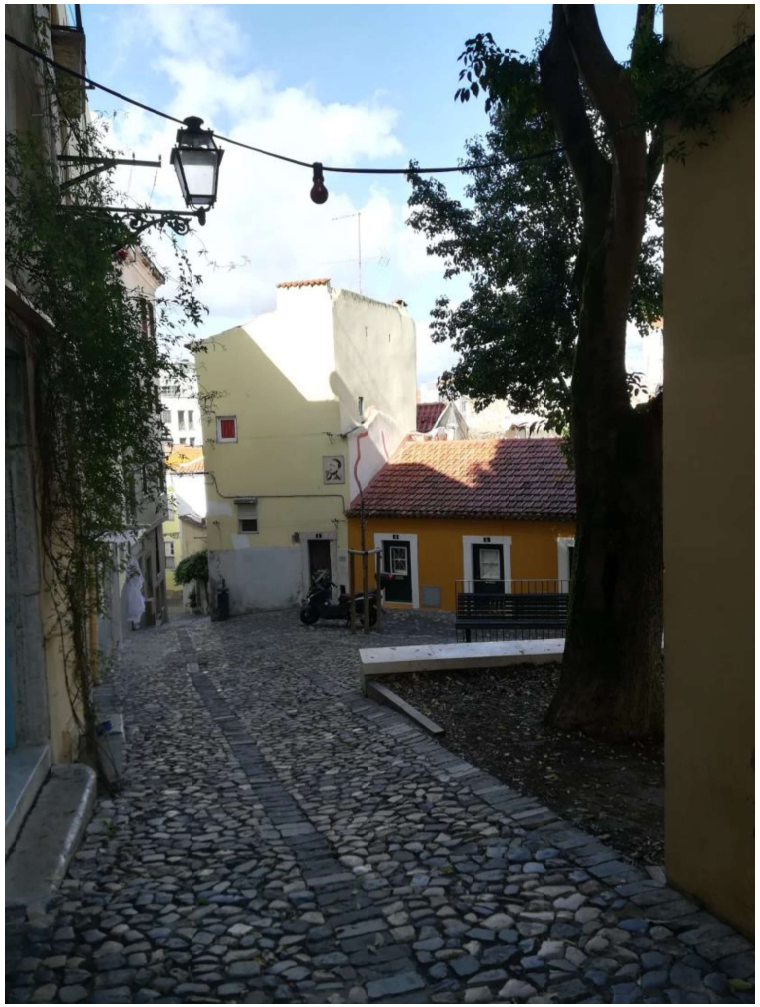
carris
abrir.
TRÂNSITO
LISBOA
POLÍCIA

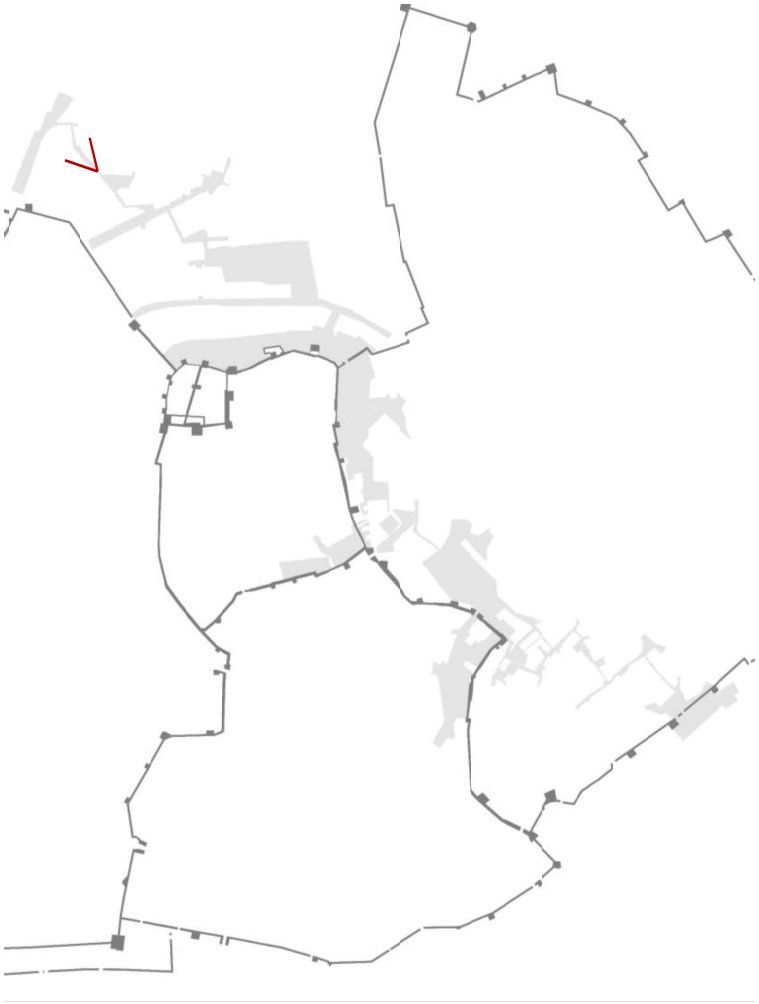

PÁTIO
JÚLIO
BERNARDINO
DE OLIVEIRA
CASTELO

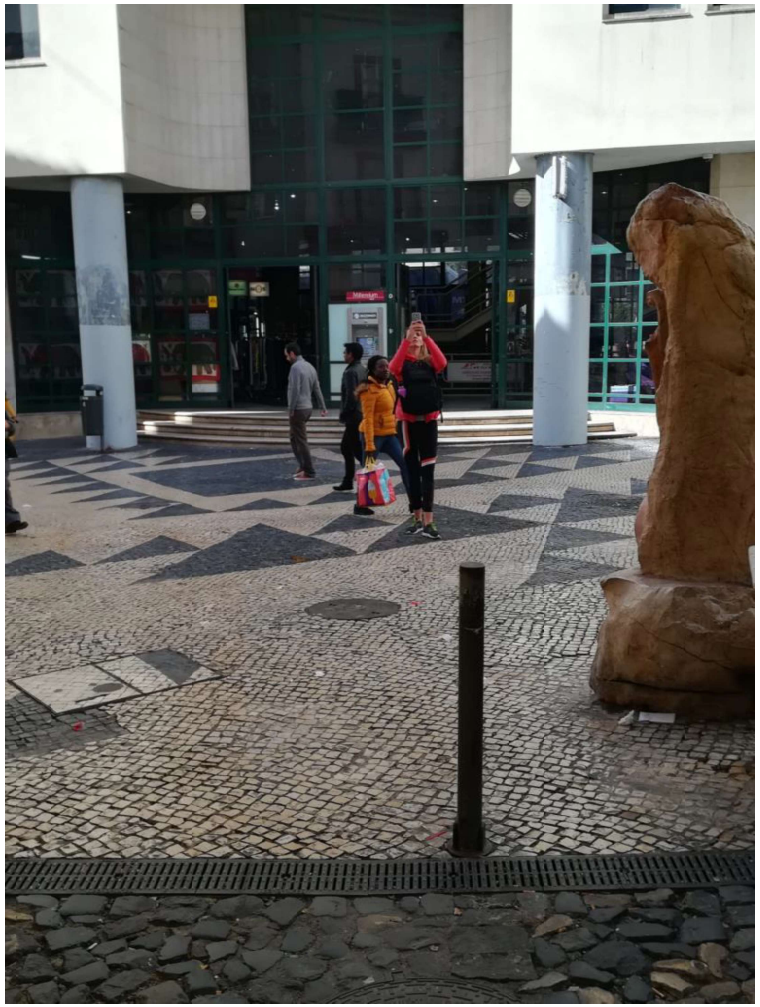

VIBES



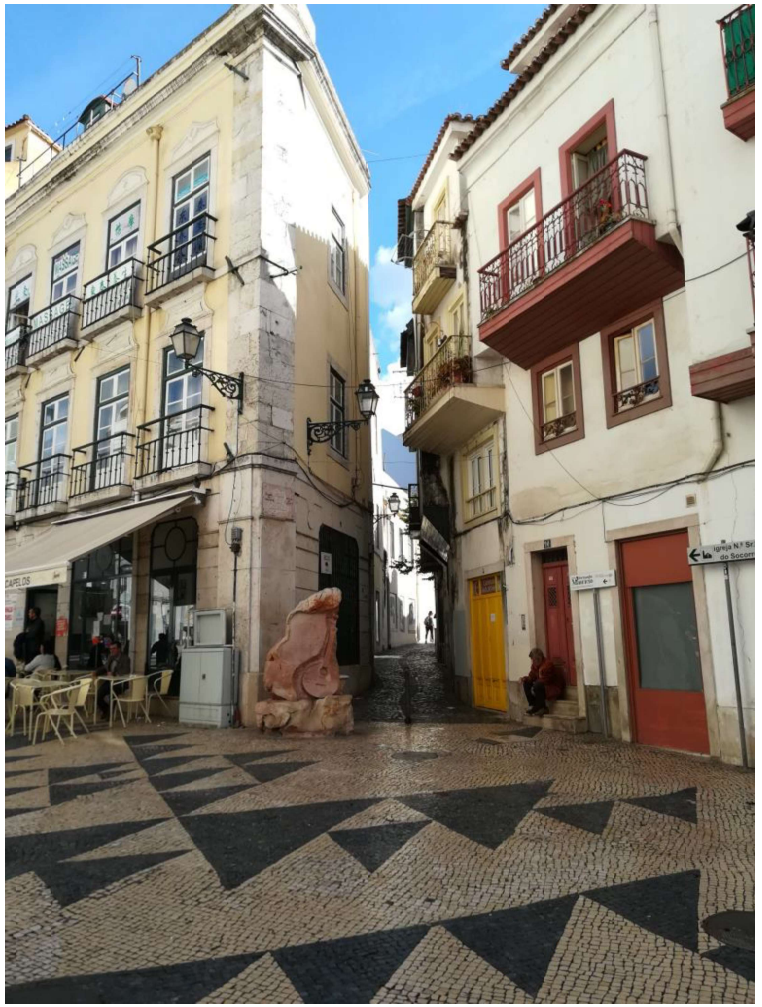
PEACE
Non mais
Allo !!

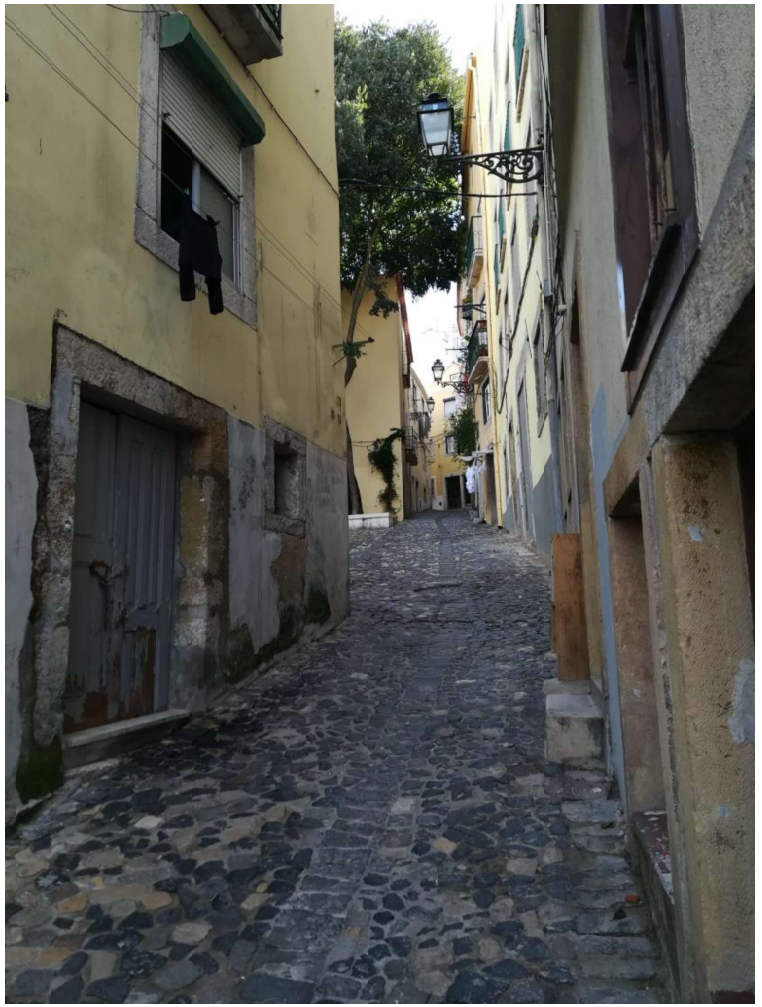


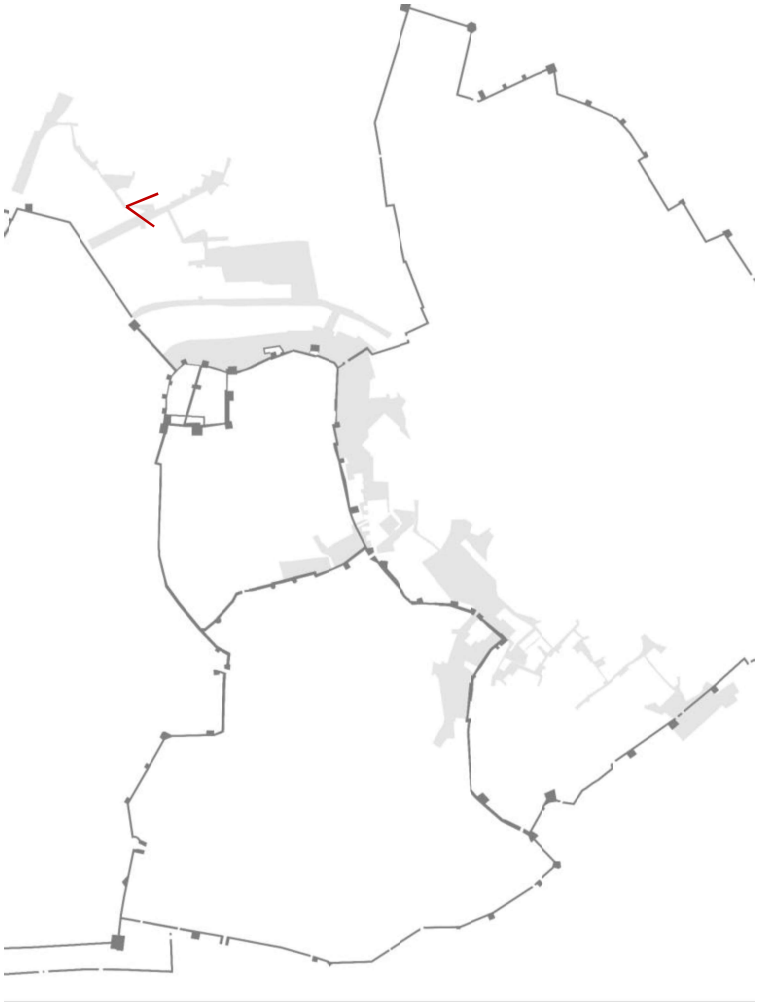




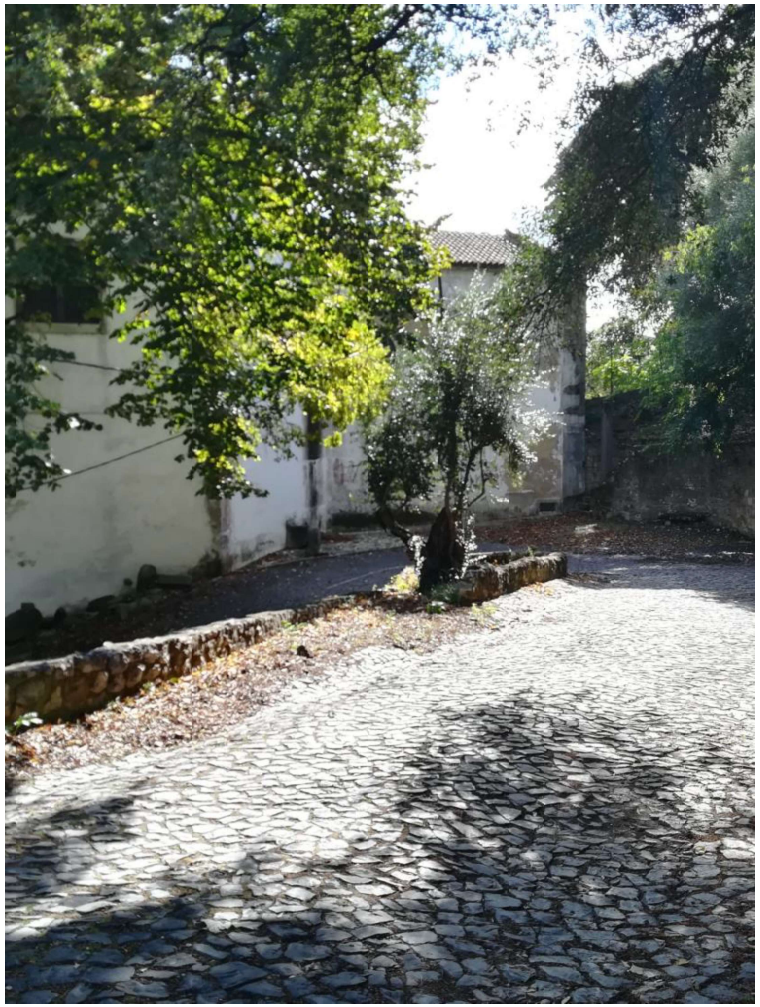
MOURARIA | ALFAMA

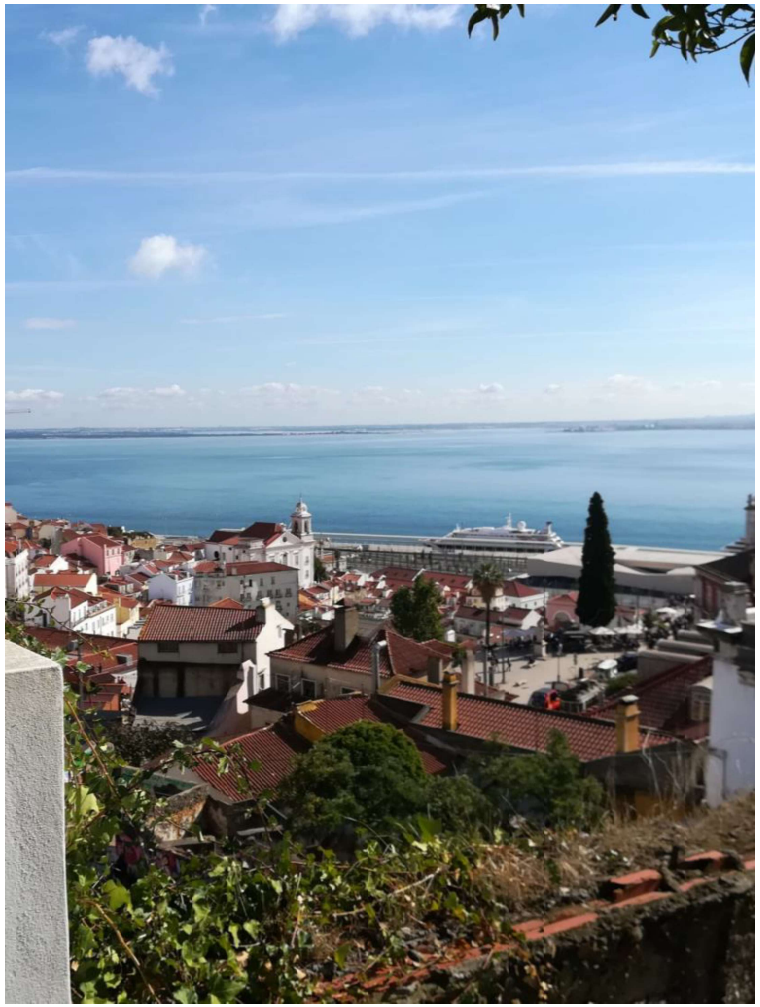




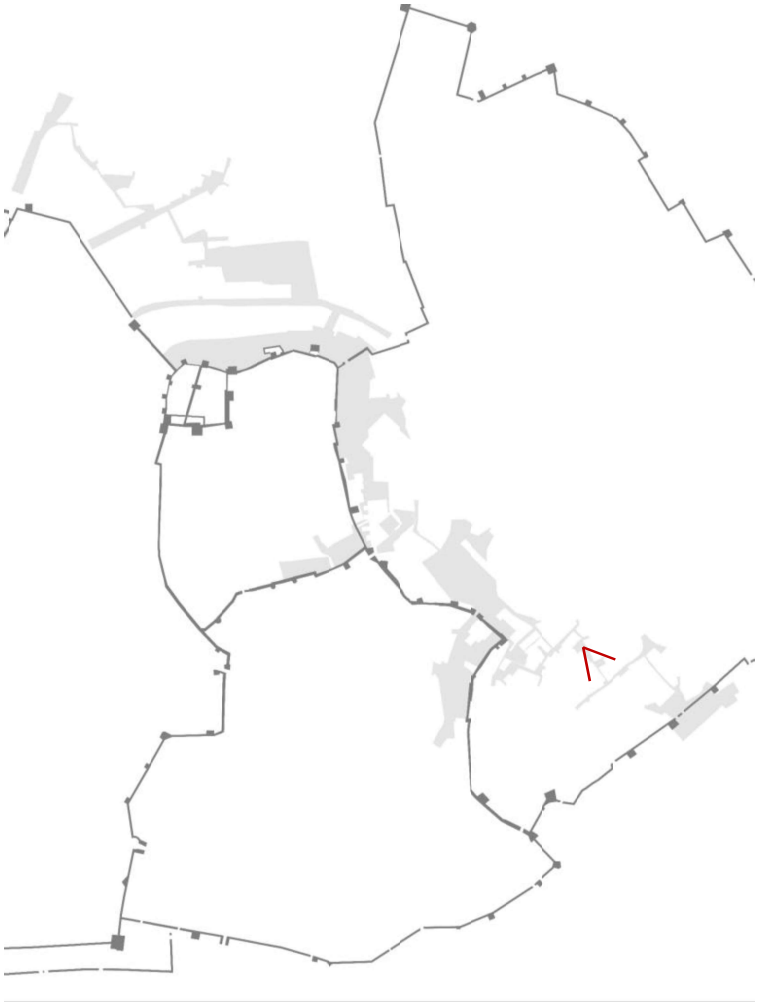


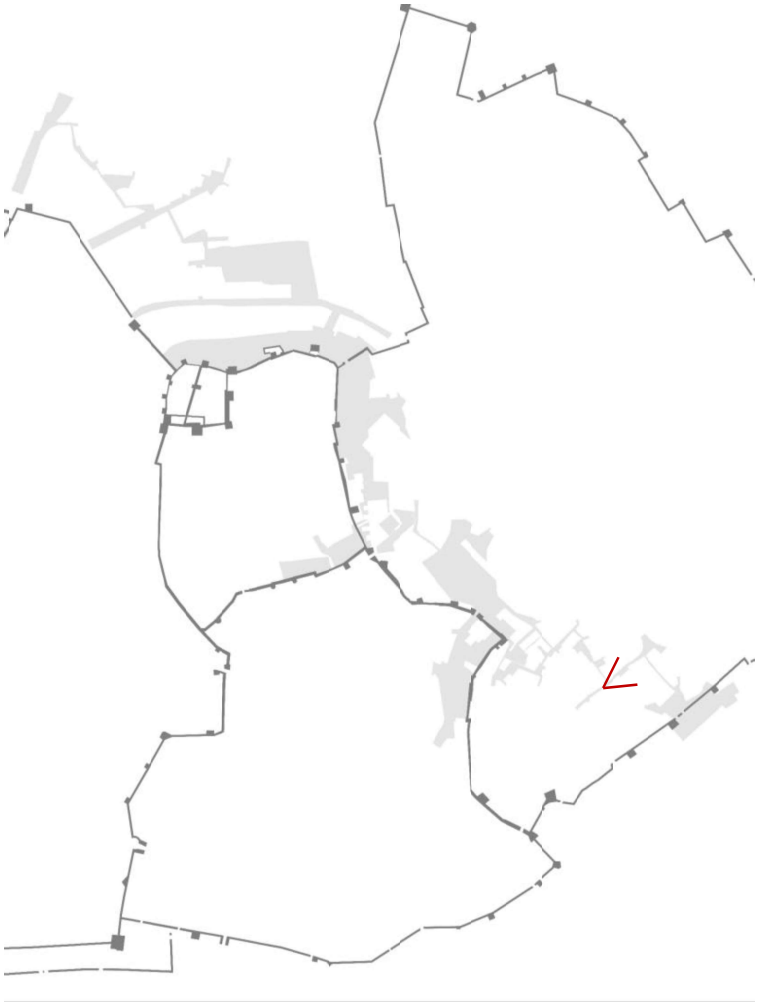
STA. MARIA MAIOR
HIGIENE URBANA





28
BECO
DAS
CRUZES





ANEXOS | Painéis

U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA

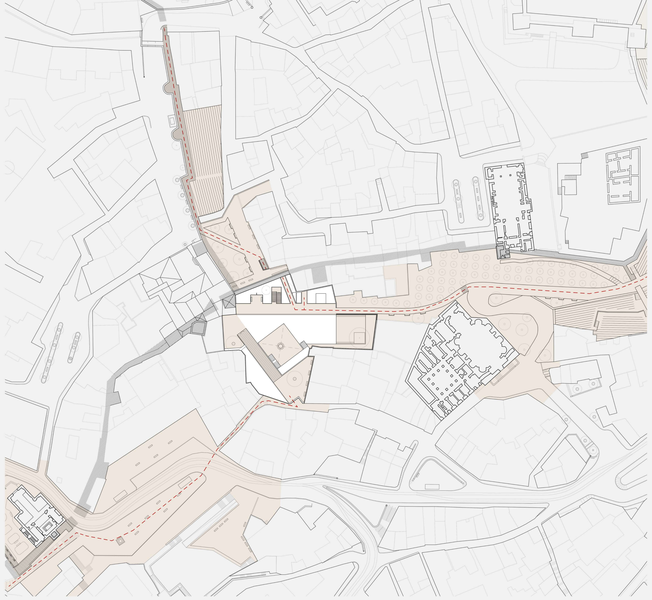
FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

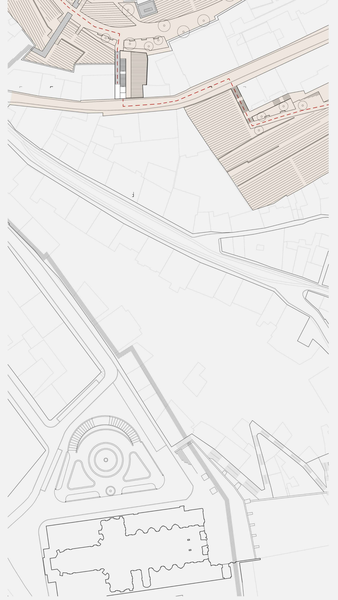
O CAMINHO DAS VIVÊNCIAS URBANAS

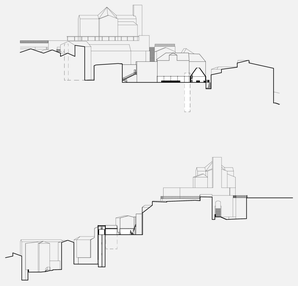
EQUIPAMENTOS DE UM PERCURSO NA COLINA DO CASTELO

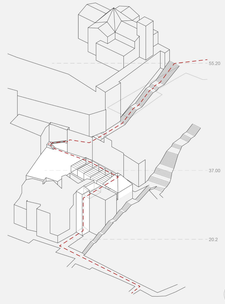
Orientação de Prof. Arq. João Favila Menezes, Prof Dr. José Luís Crespo | Tomás Duarte Filipe

1/1500 | SITUAÇÃO URBANA

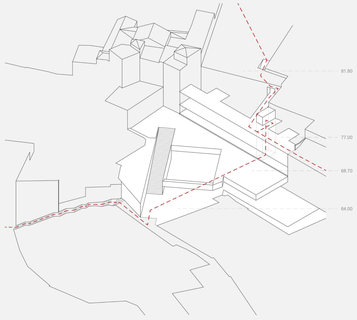


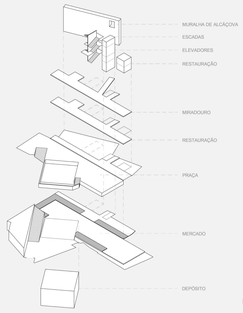




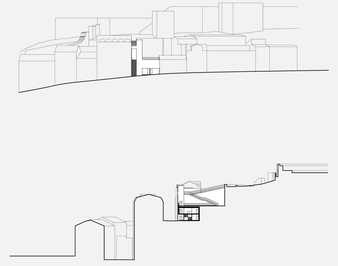


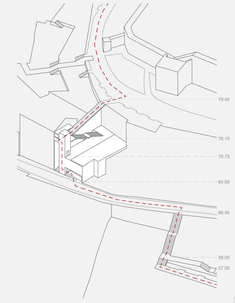
ZONA DE REFEIÇÃO SANTA HELENA





MERCADO DE DOM FRADIQUE





EDIFÍCIO AGRÍCOLA

MUSEU DO FADO

CHAFARIZ DE DENTRO

LAVADOURO

PARÓQUIA

ASSOCIAÇÃO BOA UNIÃO

ZONA DE REFEIÇÃO SANTA HELENA

MIRADOURO E IGREJA DE S.ª LUZIA

PORTAS DO SOL

PALÁCIO HOTEL BELMONTE

MERCADO DE DOM FRADIQUE

MENINO DE DEUS

IGREJA DE Sª CRUZ DO CASTELO

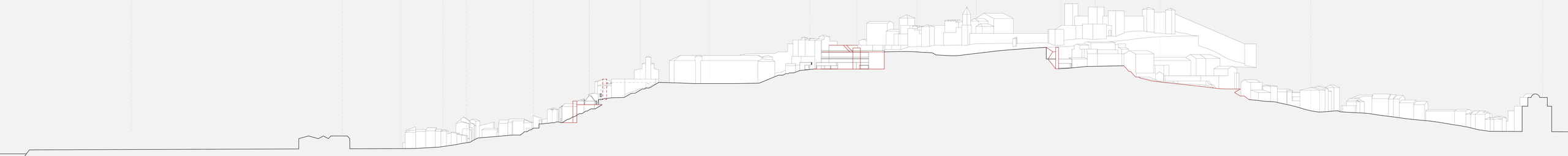
EDIFÍCIO AGRÍCOLA

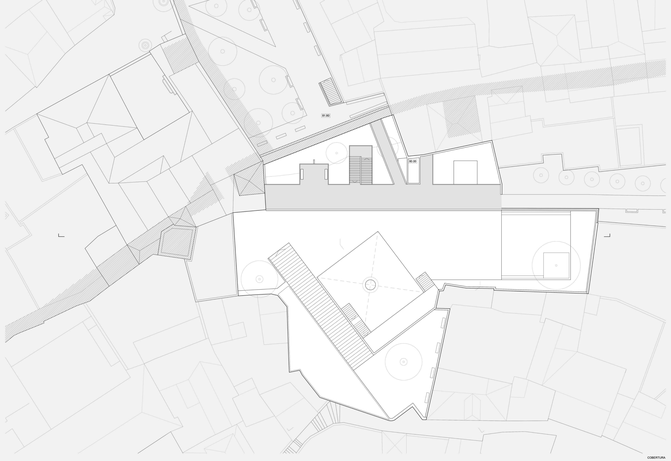
CASTELO

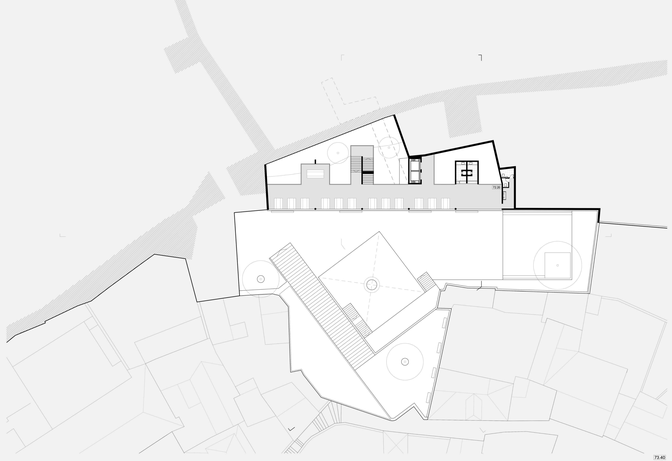
CAPELA

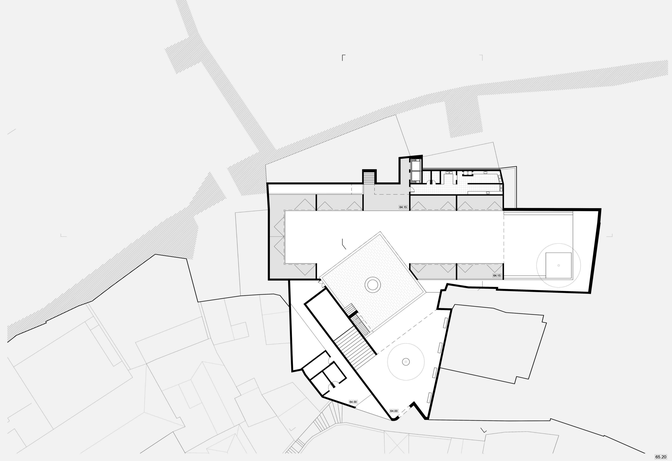
COLEGINHO

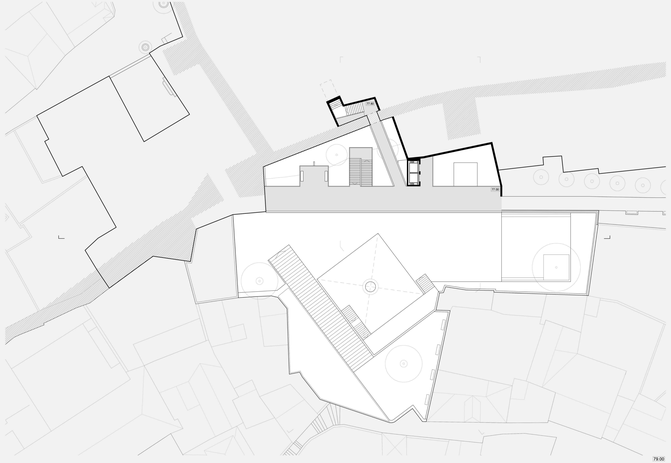
MARITIM MONIZ

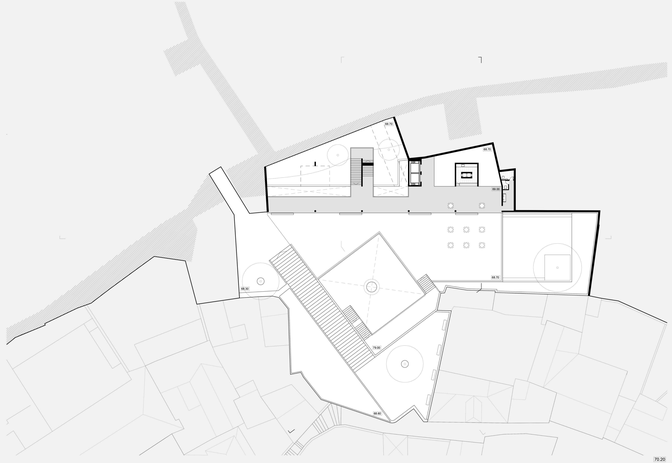


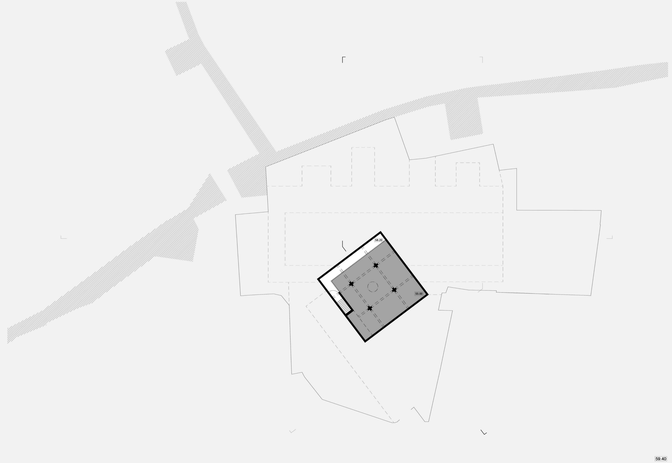

39.80
38.00
COBERTURA

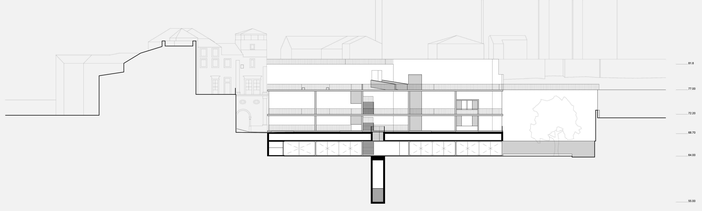

73.40

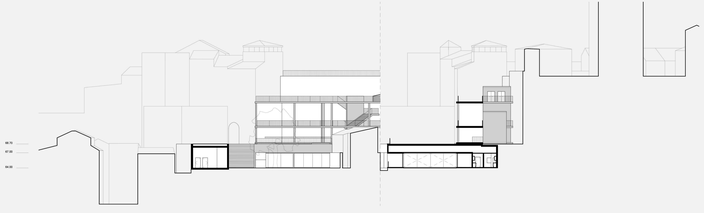

85.20

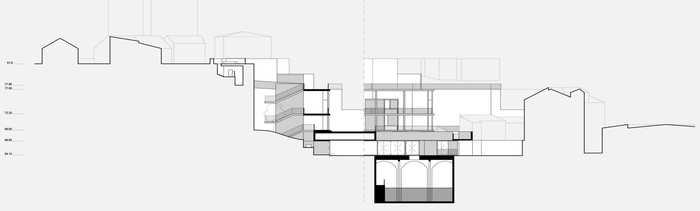

79.00

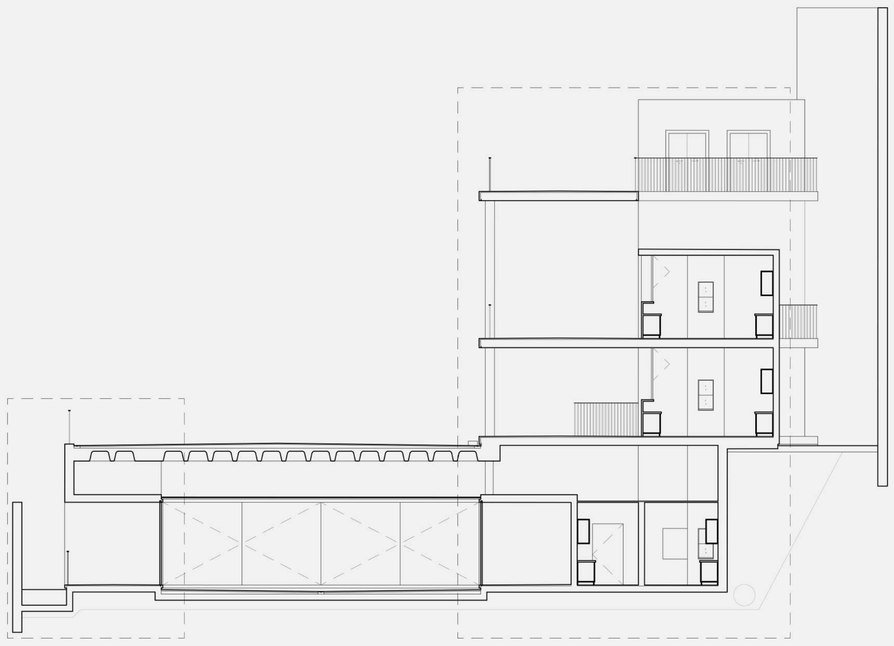

79.20

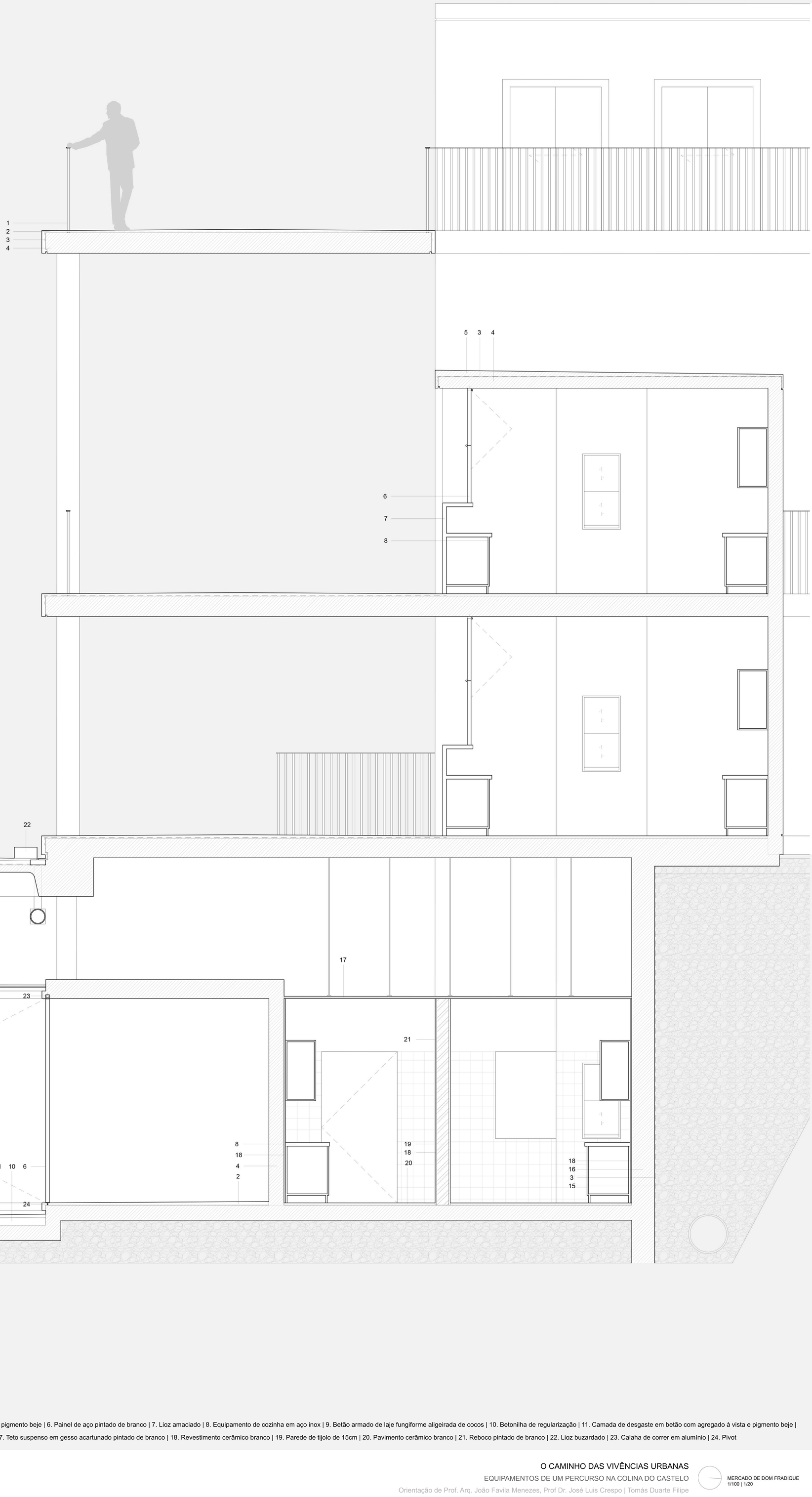

59.40


91.8
77.60
77.00
72.20
68.60
68.00
64.10
91.8
77.00
72.20
68.70
67.00
64.00
59.20
59.00


80.50
77.00
72.10
72.00
68.70
64.00
68.70
67.00
64.00


91.8
77.60
77.00
72.20
68.60
68.00
64.10
91.8
77.00
72.20
68.70
67.00
64.00
59.20
59.00





1. Guarda em aço escovado | 2. Camada de desgaste em betão com pigmento beje | 3. Tela asfáltica | 4. Betão armado com pigmento beje | 5. Betão com pigmento beje | 6. Painel de aço pintado de branco | 7. Lioz amaciado | 8. Equipamento de cozinha em aço inox | 9. Betão armado de laje fungiforme aligeirada de cocos | 10. Betonilha de regularização | 11. Camada de desgaste em betão com agregado à vista e pigmento beje | 12. Caleira de pavimento em aço galvanizado | 13. Bucha quimíca | 14. Caneiro de água com pedra rolada branca | 15. Tout venant | 16. Betão armado | 17. Teto suspenso em gesso acartunado pintado de branco | 18. Revestimento cerâmico branco | 19. Parede de tijolo de 15cm | 20. Pavimento cerâmico branco | 21. Reboco pintado de branco | 22. Lioz buzardado | 23. Calaha de correr em alumínio | 24. Pivot

ANEXOS | Fotografias das Maquetes

esc. 1/1500

esc. 1/200

esc. 1/100